

Fevereiro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:
Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:
Development Workshop-Angola

Endereço:
Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:
+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:
cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:
LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1	Redução da Pobreza e Economia	1
1.1	Governo esta em condições de aumentar o ordenado mensal da função publica.....	1
1.2	Reconciliação nacional so com erradicação da pobreza.....	1
1.3	Redução da Pobreza ilustrada em filme	2
1.4	UNACA quer tirar camponeses da pobreza	3
1.5	Globalização não reduz desigualdade e pobreza.....	3
1.6	FIDA concede novo financiamento a Angola	4
1.7	Huambo tem mais 39 unidades económicas no meio rural	4
1.8	Paulo Kassoma destaca empenho do MPLA no combate à pobreza.....	5
1.9	Misérias da guerra continuam presente	5
1.10	200 famílias na Huíla apostam na auto-suficiência	6
2	Mercado Informal e Microfinanças	8
2.1	Fórum aborda entraves na constituição de empresas.....	8
2.2	Mulheres parlamentares e empresarias criam parcerias.....	8
2.3	Burocracia dificulta constituição de empresas no País.....	8
2.4	Angola tem processos de constituição de empresas mais longo e caro	9
2.5	Banco Sol aumenta créditos no Bié.....	10
2.6	O que acham os cidadãos da actuação da policia fiscal do GPL.....	10
2.7	Entre a extorsão e a imposição da ordem	11
2.8	Guerra sem fim contra ambulantes.....	11
2.9	Venda ambulante de livros pode desaparecer	12
2.10	Sonangol vai conseguir acabar candonga de combustíveis?.....	13
3	Governança e Descentra-lização	15
3.1	Huíla quer aumento orçamental	15
3.2	Redução da Pobreza ilustrada em filme	15
3.3	Orçamento do estado abranda dupla tributação.....	16
3.4	Cabinda arrecada 20 biliões de Kwanzas para o OGE.....	16
3.5	Poder autárquico é fundamental para o desenvolvimento nacional	17
3.6	Andulo e Kamacupa terão tribunais municipais	17
3.7	"A administração deve prestar serviços de melhor qualidade"	17
3.8	A administração local e os cidadãos.....	18
4	Eleições e Educação Cívica	19
4.1	Autoridades tradicionais chamadas ao registo.....	19
4.2	Governo põe as mãos onde não é chamado.....	19
4.3	Não há desenvolvimento sem educação cívica	20
4.4	Registo abrange municípios do Kuando Kubango.....	20
4.5	«A maior parte dos partidos são feudos onde se cria a cultura da autocracia».....	21
4.6	Constrangimentos no registo eleitoral.....	21
4.7	As eleições e a figura do deputado independente.....	22
4.8	Partidos querem verbas astronomicas para fiscalizar o registo.....	23
4.9	Raul Araújo, Jurista «Não acredito em medidas administrativas»	24
4.10	Para quando o registo no exterior de Angola?	24
4.11	«Não acredito em medidas administrativas».....	25
4.12	Assim não vamos a lado algum	25
5	Educação, Juventude e Criança	26
5.1	Preço do material escolar inquieta Luandenses.....	26
5.2	Ministro da educação defende a formação continua de professores	26

5.3	Preços dos livros escolares	27
5.4	Novos institutos vão albergar treze mil alunos	28
5.5	Ex-crianças soldados apela para tomada de medidas contra criminosos	29
5.6	Barra do Dande tem mais 22 escolas	29
5.7	140 mil alunos vão à escola em Cabinda	30
5.8	Governo impõe reforma educativa sem meios	30
5.9	É preciso massificar a educação e o ensino	31
5.10	Merenda escolar	32
6	Terra, Habitação e Urbanização	33
6.1	Governar sem perspectiva	33
6.2	Zango longe de ser a terra prometida	33
6.3	"Patriota" já vai em 60 milhões de dólares	34
6.4	«Falsos» brigadeiros e coronéis assaltam moradores do Gika	35
6.5	Cooperatia de Benguela constroi novas casas	36
6.6	Bancos financiam projecto "Nova Vida"	37
6.7	Ofensa selvagem do imobiliario em Luanda engole parque de estacionamento do Karl Marx	37
6.8	PRESILD deixa pessoas sem casas no Sumbe	38
6.9	Administradora municipal ordena demolição de casas	39
6.10	SOS habitat reage as acusações do Governo	39
6.11	Administrador do Cacuaco factura a vender terrenos	40
6.12	Governo aposta em 180 mil casas	40
7	Serviços Básicos	42
7.1	Governo aprova plano de emergencia	42
7.2	26 anos depois "Inundações de Luanda"	42
7.3	Novas chuvas podem cair sobre Luanda	43
7.4	As chuvas, a governação de Luanda e a anarquia	43
7.5	Mais chuva, mais cólera	44
7.6	Governo de Benguela joga na antecipação	46
7.7	Governo tem de assumir a sua «incompetência»	46
7.8	Mais cinquenta famílias são abrigadas	47
7.9	Chuvas provocam prejuizos 85 milhões de dólares	47
7.10	Agua volta a jorrar nas torneiras de Kanganjala	47
7.11	Colera matou mais de 200 pessoas em Angola	47
7.12	Epidemia da colera em Angola apresenta alguns sinais de abrandamento	48
7.13	Energia em Luanda: Mais geradorres que EDEL	48
7.14	Capapinha dita regras na recolha do lixo	49
8	Paz e Reconciliação	50
8.1	Reintegrados 4 mil ex-militares no K-Sul	50
8.2	UNITA e Governo discutem extinção da defesa civil	50
8.3	Clima de intimidacao regressa ao Balombo	51
8.4	Extinção da defesa civil: uma medida acertada que peca por ser tardia	51
8.5	Sociedade civil capacitada sobre gestão de conflitos	52
8.6	Destacado modelo de resolução de conflitos em Angola	53
8.7	"Nunca recusamos negociar com Angola"	53
8.8	Segunda fase do Memorando para paz em Cabinda	54
8.9	Padre Congo recusa amnistia	55
8.10	JMPLA implicada em violencia politica no Londuimbali	55
8.11	Cônsul em Brazzaville informa comunidade sobre evolução do processo de Paz em Cabinda	56
8.12	Ex-militares formam brigadas especiais de construção civil	57

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Governo esta em condições de aumentar o ordenado mensal da função publica

Angolense..03-02-07

É nos meses de Novembro e Dezembro que se registam maiores variações do preço da cesta básica. Dado assente é que desde o ano 2000, altura em que se o Concelho Nacional de Concerração Social aprovou o salário mínimo equivalente a 50 dólares, o valor da cesta básica, que se convencionou fixar a sua constituição em 9 produtos base. A inflação não se fez esperar.

Hoje, depois de várias revisões, o salário mínimo nacional está fixado em kwanzas, o equivalente a 80 dólares norte americanos. E mesmo assim ainda apresenta-se muito exíguo para custear os 9 produtos estabelecidos para a cesta básica, visto que a cotização destes produtos dariam em kwanzas o equivalente a 48 dólares. Segundo o economista Alberto Rosa, a experiência dos últimos anos leva a ter a economia angolana é a de registos de significativas variações em que se incrementa os valores dos preços. "O valor da cesta básica aumenta e o seu nível é especulativo, quer dizer que se ao longo do ano a cesta básica tiver um valor, nos meses de Dezembro é mais caro", disse.

Questionado sobre se a nossa economia estaria já mais preparada para suportar um salário mínimo maior do que o actualmente praticado, Alberto Rosa refere que já produz o suficiente para garantir um salário base superior a 80 dólares. "Acredito que podemos subir o salário mínimo um pouco mais e termos assim um pagamento mínimo um pouco acima do actual".

Alberto Rosa assegura que os indicadores que a economia vem registando sustentam a teoria de que é possível pagar-se como salário mínimo nacional acima do valor do ora praticado. "A prova disso é o Governo ter dito que nos últimos tempos têm subido as reservas internacionais líquidas, também sabemos que as estimativas do preço do barril de petróleo para o orçamento foram feitas em determinado patamar e hoje o preço está fixado em aproximadamente 50% daquilo que se estimou". Este novo cenário mostra assim, segundo este economista, que o país está a arrecadar mais do que a metade daquilo que previu. "Isso faz com que tenhamos mais dinheiro disponível. E com isso podemos aplicá-lo. Agora como o Governo o tem aplicado só pode ser ele mesmo a responder. Penso que esteja a aplicar na formação bruta de capital

fixo. Quer dizer que aplica em despesas de investimento. Despesas estas que vão catapultar o nível da economia. O Governo está a investir em estradas, caminhos-de-ferro e aeroportos, está a investir na sustentabilidade da economia", referiu. Aproveitando o grande influxo que a economia angolana está a viver o Estado só ganharia em incrementar o salário mínimo nacional, acredita Alberto Rosa. Por um lado, "pagando mal o aparelho governativo pouco pode exigir", declarou o economista.

"Se houvesse mais exigência não teríamos tanto absentismo nos empregos e sabemos que há. Sabemos que as pessoas quase não param nos serviços e têm poucas horas de trabalho nos locais de emprego ou ainda quando lá estão, não estão de facto a trabalhar. Se o Governo pagar bem, poderá exigir que estas pessoas cheguem a tempo, que se aprimorem e tenham maior produtividade.

O economista não fica por aqui na análise dos benefícios de um eventual aumento do salário mínimo nacional, relatando ainda que com o incremento o Estado ganharia muito mais e também incrementava a produção interna, uma vez que o poder de compra dos cidadãos aumentava. Isso também levaria a que os agentes económicos se tornassem mais dinâmicos e produzissem mais .

1.2 Reconciliação nacional so com erradicação da pobreza

Folha8..10-02-07

A reconciliação nacional tem como um dos principais pressupostos a erradicação da pobreza, disse o arcebispo de Luanda. D. Damião Franklin, depois da cerimónia de abertura da III Semana Social. "A Igreja quer contribuir para a reconciliação nacional, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para que isso aconteça, mas para isso temos que erradicar o grande problema de Angola que é a pobreza".

Segundo o prelado, o perigo de Angola voltar à guerra já não existe, mas a pobreza que assola o país pode, se não for combatida, causar dissabores à reconstrução e à reconciliação de Angola, "Não existe o perigo de voltarmos à guerra, A pobreza é o grande, perigo que agora assola Angola. Há muita miséria: 69 por cento dos angolanos vivem na miséria, sem as condições indispensáveis para sobreviver, salientou D. Damião Franklin, acrescentando haver. uma desertificação do interior. Todas as pessoas querem vir para Luanda, isso demonstra que no" interior, que é tão rico, não há condições básicas para as pessoas viverem e estas preferem vir para aqui, sem terem casa ou emprego, do que ficarem nas suas terras", acrescentou,

D. Damião Franklin, líder da Conferência Episcopal de

Angola e São Tomé (CEAST), presidiu à cerimónia de abertura da III Semana Social Nacional que teve como convidado o reitor da Universidade Católica de Goiás (Brasil), Wolmir Amado.

Organizada pela CEAST e pelo Centro Cultural Mosaiko, ligado aos Missionários Dominicanos de Angola, esta III Semana Social Nacional teve intervenções sobre "Educação e Saúde", "Trabalho e Segurança Social", "Promoção Social no Meio Rural" e "Acesso à Terra e Justiça Social".

Também foram discutidos temas como a "Transparência na Gestão dos Recursos Naturais: o Caso do Petróleo", o "Sistema Judicial Angolano: Virtualidade, Limitações e Perspectivas", bem como a "Promoção do Direito à Defesa".

No último dia de trabalhos, discutir-se-á o papel da Igreja em Angola, encenando os trabalhos do presidente da Comissão Episcopal de Justiça, Paz e Migrações, D. Zacarias Kamwenho, antes da eucaristia celebrada pelo cardeal D. Alexandre do Nascimento.

De acordo com D. Damião Franklin, a realização desta III Semana Social Nacional serve para uma tomada de consciência sobre os problemas de Angola e para os enquadrar na preocupação de todo o episcopado africano.

"Está em prossecução o segundo sínodo sobre África. O prazo de entregas de perguntas é até 2008 e esta semana de justiça social serve também um pouco para isso. Para ajudar a fazer perguntas", frisou.

Na sua intervenção Wolmir Amado introduziu as bases teóricas do tema "Justiça Social" e apesar de não se socorrer demasiado dos exemplos angolanos para falar de justiça social, o reitor da Universidade de Goiás acabou por suscitar com a sua intervenção as perguntas/críticas da plateia em relação ao estado actual de Angola.

Falta de "confiança social" para levar acabo determinadas iniciativas ou a "cultura da medo" que prevalece na sociedade angolana e que leva as pessoas a não questionar as posições dos governantes, mesmo as manifestamente injustas, foram, exemplos referidas pelos assistentes. Para Wolmir Amado, "sê há sentimento realmenté perigoso é o medo porque todo o medo que vá para além do que é normal por questões de sobrevivência "ultrapassa o nível da protecção" e transforma-se num obstáculo. "É preciso definir estratégias adequadas para superar o medo", porque do "contraste" entre o medo e a confiança é que se desenvolve a sociedade.

O Que fazer quando "os detentores do poder público são também os detentores do poder económico", como "se pode obrigar os governantes a prestar contas públicas" da sua actuação, perguntou Fernandino Leitão, presente na plateia.

O professor brasileiro respondeu com a necessidade de

formar líderes com "mentalidade mais colectiva" e de "fomentar formas alternativas de participação" na vida pública, incluindo promover a intervenção do povo no Orçamento de Estado (OE).

"Se não conseguirmos influenciar as rubricas do OE, este será influenciado por quem tem mais poder", explicou o reitor da Universidade Católica de Goiás.

1.3 Redução da Pobreza ilustrada em filme

Agora...10-02-07

Um filme em DVD intitulado, "Juntos na luta contra a pobreza" será exibido na próxima semana, em Luanda, pelo Programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUPP) em parceria com o Ministério da Administração do Território (MAT).

Com duração de 80 minutos, ilustra o empenho das comunidades, autoridades e provedores de serviços no combate à pobreza. A sua exibição visa partilhar a experiência acumulada pelo LUPP durante os sete anos de trabalho com as comunidades e mostrar as várias formas de combate a este fenómeno.

É um excelente documentário enriquecido com um vídeo clipe e entrevistas a governantes e actores consagrados que falam de temas como a importância da organização das comunidades o planeamento participativo, a descentralização e os espaços de engajamento como o Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kiaxi. o trabalho foi produzido pela Walmires Audiovisuais, com suporte musical e letra de Dodó Miranda, com a colaboração de Hendrick Bumba.

O DVD será distribuído gratuitamente, por todo o país, pelo Ministério da Administração do Território e ONGs locais, para as quais estão disponíveis cópias em português, inglês e francês.

O filme pode ainda ser utilizado para animar os debates sobre a participação das comunidades como agentes de transformação na luta contra a pobreza. Inspira às comunidades no que respeita à organização e engajamento das autoridades para abraçar o plano participativo e promover o desenvolvimento sustentável.

a LUPP é um consórcio de organizações não governamentais formado pela Development Workshop, Care Internacional, One World Action e Save The Children UK que para além de projectos de governação trabalha em Luanda desde 1999 no domínio da água e saneamento, programas infantis comunitários, micro-finanças, pesquisa e micro-crédito.

1.4 UNACA quer tirar camponeses da pobreza

Angolense...10-02-07

A actividade camponesa continua a ser subjugada, tudo porque os produtos agrícolas são adquiridos a baixo custo. Esse é o sentimento do presidente da UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola, Paulo Vime. "Os camponeses têm de deixar de morrer pobres", defendeu. Para o efeito, entende que o fim da miséria dos homens da enxada passa pela organização dos mesmos em associações e cooperativas agrícolas. Dessa forma, na óptica do nosso entrevistado, os camponeses podem beneficiar de sementes, instrumentos de agrícolas, catanas, enxadas, limas, machados, créditos bancários e outros incentivos do Governo. "Essa é a solução, de outra forma os camponeses estão condenados a morrer pobres. Os créditos bancários já lhes permitem alugar uma máquina preparar a terra, comprar combustível e não só", argumentou.

O apoio técnico do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), a facilidade de acesso ao crédito bancário, concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e pelo Banco Sol, assim como a preparação da terra pela Mecanagro são algumas vantagens apontadas pela fonte como solução para a saída dos camponeses da miséria. A UNACA controla 508 mil e 971 filiados distribuídos em quatro mil e 788 associações de camponeses e em 966 cooperativas agrícolas.

Outra estratégia definida pela fonte é a reabertura de lojas para as cooperativas agrícolas. Essas segundo disse, vão ser abertas nas províncias do Huambo, Kwanza-Norte e Luanda, um processo que se vai estender as restantes. O surgimento das lojas, de acordo com Paulo Vime, vai permitir que os camponeses deixem de gastar dinheiro na aquisição de instrumentos de trabalho na capital do país, assim como valorização dos produtos, ou seja, é uma forma de se vender os bens agrícolas a um preço real. "O que se passa é o seguinte: o camponês aluga uma viatura para a transportação de frutas, quando chega ao mercado as quitandeiras é que ditam o preço e o proprietário do carro também quer como pagamento frutas. Quanto é que ele vai ganhar, daí o surgimento dessas lojas", explicou.

Ainda em relação ao desperdício de dinheiro, Paulo Vime acredita que as lojas vão atenuar grandemente as dificuldades dos camponeses em relação aquisição de instrumentos agrícolas. "Os empresários que importam instrumentos agrícolas vendem-nos na capital, por vezes um camponês sai de uma determinada província para comprar uma catana ou uma enxada no Kicolo.

Eles não operam nas províncias", informou.

Esses estabelecimentos irão também permitir a compra de instrumentos agrícolas, sementes, fertilizantes e produtos do campo e industriais sendo uma forma de se combater a especulação dos preços dos mesmos no mercado informal, frisou a fonte. O nosso interlocutor que acredita na melhoria das estradas a breve trecho, lamentou a dificuldade dos camponeses em escoarem os produtos devido o mau estado das vias. "No Kwanza Sul e Huíla para citar alguns exemplos, os produtos estão a deteriorar-se devido a falta de mercado. Esta uma situação que nos preocupa, mas acreditamos que o quadro se altere nos próximos tempos", referiu. Para Paulo Vime, a presente campanha agrícola será muito proveitosa devido a abundância das chuvas e acredita que com o aumento do excedente da produção agrícola, o país venha um dia a acabar com a importação de alguns bens alimentares, como é o caso da fuba de milho.

A União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), tornou-se num dos principais parceiros do Governo nas acções de mobilização das famílias camponesas para o cultivo e na distribuição de instrumentos agrícolas e sementes. Alguns dos seus ganhos são a redução da pobreza, o combate à fome e a auto-suficiência alimentar das populações.

1.5 Globalização não reduz desigualdade e pobreza

Jornal de Angola...14-02-07

A globalização e liberalização como motores do crescimento económico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas, segundo livro divulgado neste sábado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A publicação, que leva o título "Fiat World, Big Gaps" (Um Mundo Plano, Grandes Disparidades, em tradução livre), foi editado por Jomo Sundaram, secretário-geral adjunto da ONU para o Desenvolvimento Económico, e Jacques Baudot, economista especializado em temas de globalização. O seu lançamento coincide com a realização da 45.ª sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Social da ONU, que revisa os objectivos da cúpula mundial de Copenhague de 1995.

"A redução da desigualdade não está separada de questões como a pobreza e a falta de emprego", disse Baudoto "A ideia do livro é recuperar e situar como uma prioridade na agenda internacional o vínculo existente entre estes indicadores."

Para Baudot, centrar as actividades para reduzir a pobreza no crescimento económico conduz a estratégias nacionais e regionais que não respeitam o meio

ambiente, outro factor para continuar com a desigualdade e a pobreza.

No trabalho constata-se que a distribuição das receitas individuais melhorou levemente, graças ao crescimento económico na China e Índia. mas, mesmo assim, a repartição da riqueza mundial piorou e os índices de pobreza . mantiveram sem mudanças entre 1980 e 2000. A desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder económico.

O livro indica que a desigualdade económica nos países do Oriente Médio e o Norte da África mudou, ao contrário da crença generalizada, mas aumentou na maioria dos outros países em desenvolvimento.

1.6 FIDA concede novo financiamento a Angola

Jornal de Angola...18-02-07

Um novo financiamento, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) será concedido para a implementação de projectos agrícolas nas províncias do Huambo, Bié e Malanje.

Co-financiado pelo Banco Mundial, o montante vem acrescer aos 20,7 milhões de dólares que estão a ser aplicados desde 1999 no desenvolvimento de culturas alimentares na região norte (Uije, Malanje e Kwanza, Norte), bem como no apoio à pesca artesanal. O projecto previsto para a região a Planalto central vai ajudar a reduzir o défice alimentar, segundo o embaixador de Angola junto das agências das Nações Unidas, Manuel Pedro Pacavira.

Falando em Roma (Itália) durante os trabalhos da 30ª sessão do Conselho de governadores do FIDA, Manuel Pacavira explicou que numa forma geral, ao longo do ano comercial 2005/2006, melhorou-se a disponibilidade dos principais produtos alimentares, o que contribuiu para que os preços dos produtos básicos não sofressem variações acentuadas".

Manuel Pedro Pacavira frisou que o Governo está a realizar acções com vista a aumentar a renda familiar, através da criação de escolas profissionais, implementação de pequenos negócios, reabilitação e a construção de estradas e pontes, reactivação de canais de irrigação e a organização do comércio e do transporte. Na sua opinião, estas medidas, aliadas ao conjunto de medidas macro-económicas em curso, estão a favorecer o aumento do investimento privado em Angola.

1.7 Huambo tem mais 39 unidades económicas no meio rural

Jornal de Angola...20-02-07

Vinte e sete lojas e 12 pequenas indústrias, de transformação de farinha de milho (moagens) foram instaladas, em 2006, nos onze municípios da província do Huambo, para permitir transacções comerciais de produtos agrícolas e manufacturados, beneficiando milhares de pessoas no meio rural

A acção decorre do Programa de Investimentos Públicos (PIP) para o fomento do comércio rural e fornecimento de produtos de primeira necessidade e foi executada pela agência local de desenvolvimento sócio-económico, Microform II.

O director geral da Agência de desenvolvimento sócio económico, Microform II, Luís Sampaio, revelou que, das 27 lojas e 12 moagens instaladas no ano passado, três foram no município da Tchikala-Tcholoanga e igual número no Tchindjendje. O município sede da província do Huambo, segundo o interlocutor da Angop, beneficiou de três lojas, nas localidades de petróleo e nas comunas de Kalima e da Chipipa, tendo a última beneficiado ainda de uma moagem. As restantes 18 lojas e nove moagens, segundo a mesma fonte, foram instaladas em localidades dos municípios do Bailundo, Mungo, Katciungo, Ukuma, Longonjo, Londumbali, Caála e do Ekunha.

Luís Sampaio considerou ser positivo o balanço do PIP, no primeiro ano de actividades, permitiu encurtar as longas distâncias que as comunidades rurais faziam para vender e adquirir os produtos da primeira necessidade, bem como permitiu que os beneficiários (comerciantes) aumentassem o volume e diversificar as suas mercadorias a comercializarem.

Na abertura das lojas, cada comerciante havia recebido a crédito uma quantia de 310 mil kwanzas, equivalente naquela altura a 3 mil e 500 dólares, para aquisição de mercadorias diversas e uma parte para pequenas reparações do imóvel, enquanto as moagens haviam sido fornecidas também a crédito no valor de 600 dólares cada.

As modalidades de pagamento, de acordo com Luís Sampaio, são benéficas para os devedores, com dois por cento sobre a taxa de juro anual, com um período de reembolso de 12 meses para as lojas e 18 para as moagens, onde 50 por cento do valor recebido é a fundo perdido, além de dois meses de carência.

1.8 Paulo Kassoma destaca empenho do MPLA no combate à pobreza

Jornal de Angola...22-02-07

O primeiro secretário do MPLA no Huambo, Paulo Kassoma, reafirmou a posição do seu partido, segundo a qual o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento social do país dependem, em grande medida, do aumento do rendimento nacional e da melhoria da sua distribuição.

O governante discursava recentemente num encontro entre dirigentes locais do partido, membros do governo, de associações empresariais, de cooperativas agro-pecuárias e gerentes de bancos comerciais sedeados na circunscrição. Paulo Kassoma advogou que a melhoria da distribuição do rendimento nacional deve ser feita através da adopção de novos critérios de redistribuição que privilegiem os angolanos e, em especial, das camadas mais vulneráveis e carenciadas. Alertou que a justa distribuição da riqueza "não deve ser entendida como a repartição simples, por todos os cidadãos angolanos, dos rendimentos obtidos a partir da exploração dos recursos ou resultados das empresas e serviços".

"Ela é acima de tudo a possibilidade que se oferece a cada cidadão de ter acesso aos meios necessários para a sua educação, formação e emprego", considerou, defendendo ser importante que os rendimentos resultantes do trabalho dos cidadãos sejam suficientes para lhes assegurar uma vida digna, sustentável e dentro dos padrões gerais da humanidade.

Foi neste quadro que o dirigente político asseverou que o seu partido na província do Huambo continua a velar e apoiar a execução de programas que visam o incremento da produtividade e o aumento do rendimento local.

Enalteceu a importância dos bancos comerciais que, através dos seus produtos e serviços, beneficiam em créditos os vários interessados e, estes, por sua vez, criam condições de participação na construção e reconstrução da província, com imaginação e talento.

Paulo Kassoma fez ainda notar a necessidade de se continuar a executar, com mais sagacidade, os vários projectos em curso e de se conceber outros com à iniciativa privada para o surgimento de mais escolas, unidades sanitárias, cooperativas agro-pecuárias, fazendas agrícolas, lojas, pontes, estradas, cerâmicas, pequenas indústrias, pensões, hotéis, farmácias, restaurantes e livrarias.

Em sua opinião, este tipo. de projectos, que também

devem ser extensivos ao meio rural, aliados a outros objectivos produtivos, têm de gerar emprego e rentabilizar as potencialidades e a prestação de serviços da província.

"O nosso povo, sobretudo o das aldeias e quinibos, trabalha, de facto. Da madrugada ao pôr do sol, todos os dias. Entretanto, mesmo sob esse desmedido esforço no dia a dia, o povo do meio rural continua a ser maioritariamente pobre, afirmou, reconhecendo que "o Governo tem as suas responsabilidades bem definidas e delimitadas na redução desse estado de situação".

"Não poderá haver êxitos nessa empreitada se o Governo não contar com a comparticipação, com a intervenção dos empresários, dos fazendeiros, dos pequenos e médios produtores e de outros agentes economi-'cos", acrescentou.

O encontro promovido pela direcção do MPLA na província, visou essencialmente aumentar os níveis de divulgação e de aproveitamento das oportunidades que oferecem e devem oferecer as instituições de crédito implantadas na região.

1.9 Misérias da guerra continuam presente

Agora...24-02-07

Faltando pouco menos de dois meses para que se comemore o quinto aniversário dos acordos de paz do Luena, a situação social da maioria dos angolanos pouco terá progredido em termos de rendimentos familiares.

Recorde-se que os referidos acordos foram assinados na sequência da morte em combate do então líder da UNITA, Jonas Savimbi, no Lucussi, Moxico, a 22 de Fevereiro de 2002. O processo de reinserção social dos ex-militares, tanto das ex-FAPLA como das extintas FALA, assim como o retorno da população deslocada às suas áreas de origem estão a andar aos solavancos devido à falta de uma política exequível e de incentivo, não se vislumbrando no horizonte temporal destas pessoas nenhuma perspectiva em relação ao seu futuro. Em 2005, por exemplo, assistiu-se a nível da capital do país ao regresso às suas zonas de origem da população que esteve localizada em campos de deslocados nos municípios do Cazenga, Viana e Cacuaco, mas dois meses depois, as mesmas regressaram devido à falta de condições de habitabilidade nas zonas em que foram colocadas. Hoje deambulam em várias artérias da cidade e musseques, constituindo o grosso de vendedores ambulantes e mendigos, enquanto outros exercem as suas actividades nos principais mercados, como roboteiros e lavadoras de louça em barracas de comes e bebes. Comenta-se, nos corredores da política,

que há falta de vontade da parte do Governo para criar as condições adequadas para acomodar esta população, na sua maioria camponesa. Os projectos do Governo estão direccionados, com maior incidência, para o litoral, estando relegado para o segundo plano o interior onde existem terras aráveis para o fomento da agricultura, que até 1975 foi o sector que absorveu considerável número de mão-de-obra. Fala-se mesmo que antes do eclodir da guerra civil, mais de três quartos da população tinha como principal actividade a agricultura. É necessário que o Governo defina políticas de fomento rural para servir de incentivo para as pessoas deixarem as grandes cidades. A franja mais assolada e que espera ansiosamente pela sua reinserção social é a dos ex-militares, como referimos acima. Segundo pudemos apurar, estes passam por inúmeras dificuldades porque não foram respeitadas algumas cláusulas dos acordos de paz, assinados a 4 de Abril de 2002. Por exemplo, durante o processo de desmobilização, previu-se que o ex-militar, ao chegar ao seu local de destino, teria de encontrar uma estrutura administrativa de apoio, ao mesmo tempo que deveria beneficiar de um subsídio de contingência, do ponto de vista financeiro, e um kit de reassentamento que integra a alimentação, material de cozinha e roupa. Mas, uma boa parte dos mesmos não foi contemplada. O número de ex-militares da FAPLA que hoje integram o grosso de deslocados é enorme. Eles estão espalhados por todo o país, e continuam a viver abaixo da linha da pobreza. Quanto aos ex-militares da extinta FALA, o AGORA soube através do secretário nacional para a Reinserção Social dos ex-militares da UNITA, Isaías Celestino Chitombi, que os mesmos enfrentam as mesmas dificuldades que os ex-FAPLA. Dados disponíveis indicam que dos 105 mil ex-militares apenas 97,138 foram desmobilizados. De acordo com Celestino Chitombi, o Instituto de Reinserção Social dos ex-Militares (IRSEM), em parceria com algumas Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais, no quadro do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração elaborou cerca de 108 projectos, dos quais seriam beneficiários 81,115 elementos. Mas, por constrangimentos de vária ordem apenas 42 845 deles se encontram nos locais destes projectos. Muitos dos referidos projectos enfrentam inúmeras dificuldades que têm a ver, sobretudo, com a elevada burocracia na execução financeira, conforme sublinhou o nosso interlocutor, tendo acrescentado que há dificuldades decorrentes da carência de parcerias credíveis e vocacionados.

"Há organizações com vontade de ajudar mas as suas estruturas não reúnem as condições apropriadas", disse Isaías Chitombi. O também representante do "Galo Negro" no Comité Executivo da Comissão Nacional de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e

Deslocados disse, por outro lado, que cinco anos depois do calar das armas os ex-militares e deslocados enfrentam dificuldades na obtenção do Bilhete de Identidade (BI).

De acordo com a fonte, mais de 20 mil ex-militares da UNITA não têm esse documento e, como tal, nem sequer são considerados cidadãos nacionais. "Se eles próprios não conseguem o BI dificilmente poderão matricular os seus filhos na escola, assim como não conseguem arranjar um emprego condigno", frisou o nosso interlocutor. No seu entender, é preciso que a paz militar que vigora no país desde 2002 evolua para uma paz social, trazendo consigo algo palpável, como emprego, escolas, hospitais, saneamento básico e transporte, para a estabilidade da população. "Apesar do calar das armas, se as pessoas continuarem a viver as mesmas dificuldades ou piores do que viviam durante a guerra, esta paz não tem nenhum significado", afirmou. Outra questão que preocupa a direcção dos "maninhos" é o facto de apenas metade dos quadros com formação técnica indicados pelo Partido, no quadro dos acordos de paz, estarem inseridos no sistema nacional de Saúde Pública e Educação. Na área da saúde, por exemplo, dos 13 mil técnicos apenas seis mil 215, foram inseridos, enquanto que na educação foram contemplados cerca de dois mil profissionais. Ainda assim, os constrangimentos surgem pelo facto destes quadros terem baixado de categoria sem que lhes tenha sido dada qualquer justificação. Muitos até não recebem os respectivos salários, há mais de três anos. Os nossos esforços para obtermos dados, da parte do Governo, sobre o programa de regresso da população às suas zonas de origem, não surtiram efeito. Contactado o Ministério da Reinserção Social, uma fonte daquela instituição avançou que o processo já está terminado. A fonte, que não se identificou, acrescentou que as pessoas na condição de deslocadas que ainda se encontram nos centros urbanos e não só recusaram-se a regressar às suas áreas de origem por acharem que já criaram as condições mínimas para a sua sobrevivência. A Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTCAH), vocacionada para o regresso da população.

A Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTCAH), vocacionada para o regresso da população deslocada, pura e simplesmente remeteu-se ao silêncio depois de ter sido contactada previamente.

1.10 200 famílias na Huíla apostam na auto-suficiência

Jornal de Angola...28-02-07

Mais de duzentas famílias necessitadas das zonas rurais

da província da Huíla vão beneficiar, no corrente ano, de programas de impacto sócio-económico, com vista a criar condições de autosuficiência e melhorar o nível de vida.

Enquadrado no plano estratégico do quadriénio 2004/08, da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o programa prescreve o ensino e aprendizagem, campanhas de educação cívica sobre o registo eleitoral, direitos humanos e saneamento básico da periferia como áreas de actuação.

Orçado em 900 mil dólares, o projecto dará também uma atenção especial à segurança alimentar com a disponibilização de sementes, alfaías agrícolas e fertilizantes aos camponeses organizados em cooperativas das zonas mais produtivas da província. Todavia, perspectiva-se, com o programa de segurança alimentar, aumentar as áreas de lavoura e consequentemente a produção de cereais (milho, massango e massambala) e hortícolas, de modo a permitir a constituição de reservas alimentares. O presidente da ADRA, Fernando Pacheco, que confirmou os dados ao "JA", à margem do XII conselho, realizado recentemente no Lubango, onde participaram 50 elementos oriundos de Luanda, Bengo, Benguela, Huambo e a anfitriã Huíla, avançou ainda que serão atribuídos micro-créditos para apoiar as iniciativas dos pequenos agricultores.

Arlindo Casseca, da Cooperativa dos Agricultores de Caluquembe, qualificou as intervenções da ADRA nas zonas rurais como proveitosas, pelo facto de dotar os camponeses de conhecimentos actualizados sobre gestão da actividade agro-pecuária.

"Há agricultores que necessitam duma orientação sobre as modalidades de gestão dos campos de lavoura e produtos colhidos", sublinhou, para acrescentar que, com isso distribuem melhor os bens colhidos, separando a parte para o consumo, semente e comércio.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Fórum aborda entraves na constituição de empresas

Jornal de Angola...01-02-07

Um fórum sobre "Constituição de empresas: simplificar para fomento do sector privado, organizado pelo Programa Empresarial Angolano (PEA), em parceria com o Ministério da Justiça, realiza-se na próxima quarta-feira.

O evento visa promover um debate alargado sobre os entraves que dificultam a legalização de empresas em Angola, entre os organismos envolvidos na constituição de empresas e a sociedade civil, instituições académicas, classe empresarial e representantes de partidos políticos

Os debates do encontro vão incidir-se em três aspectos, nomeadamente os requisitos, os prazos e carga fiscal para legalização do início da actividade económica, os recursos que se prendem com o modo de funcionamento da administração pública e os incentivos no investimento privado. Para o efeito, estão convidados a intervir quadros especialistas da Administração Pública e do sector empresarial privado, com destaque para o Guiché Único de Empresas, a Direcção Nacional de Impostos e dos Serviços de Cartório e Notariado, o Ministério do Planeamento, a Associação Fiscal Angolana, bancos comerciais, representantes do sector privado, entre outros. O debate será realizado na perspectiva de tornar o processo de constituição de empresas em Angola mais simples, rápido, barato e atractivo. Angola é o país da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC) que apresenta um dos mais pesados processos burocráticos para a constituição de empresas, quer em nome individual, que de sociedades. Apesar das condições macro-económicas favoráveis, dos resultados da paz e das potencialidades que o país apresenta, Angola precisa de um melhor ambiente para o investimento privado interno, base sobre a qual será aplicado o investimento externo.

2.2 Mulheres parlamentares e empresarias criam parcerias

Jornal de Angola...03-02-07

O Grupo de Mulheres Parlamentares e a Associação das Mulheres Empresárias de Luanda (Assomel) prevêem a criação de projectos Sociais para

proporcionar às mulheres uma melhor estabilidade social.

A intenção foi apresentada ontem, em Luanda, durante uma reunião entre as duas organizações, onde entre outros assuntos, foi discutida a questão da formação profissional das mulheres no ramo de gestão financeira e empresarial, e a criação de uma indústria de confecções.

Segundo Francisca Oliveira, presidente da Assomel, a parceria vai cingir-se na criação de projectos dirigidos às mulheres, com o objectivo de dar-lhes uma formação e opção de vida futura melhor no ramo empresarial. De acordo com a responsável, existem no país muitas mulheres com ideias e sem recursos, assim como há aquelas que possuem recursos e não tem ideias. "É preciso que se criem programas de formação e se dê oportunidade a toda esta gama feminina que, por sinal, é a maioria da população e o triunfo para o desenvolvimento do país", disse. Francisca Oliveira considerou o Grupo de Mulheres Parlamentares como valia na concessão de apoios, não só financeiros, como de políticas empresariais diante de outras instituições.

Neste sentido, a presidente da Assomel disse que vão trabalhar agora com as representantes 21 Assembleia Nacional, no intuito de apartir delas, colherem um empresariado concentrado, principalmente em termos de políticas de obtenção de uma base laboral segura. "Um bom empresário deve estar ligado à política, para saber das políticas instituída no país, colhendo assim um empresariado concentrado e seguro", avançou.

A presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Maria Viegas, considerou positiva a intenção da Assomel, particularmente, quanto a confiança no relançamento de projectos dirigidos às mulheres. Para ela, é necessário mais do que um projecto para que hajam trabalhos concretos e, se venha, de facto, a contribuir, não só na estabilidade de vida das mulheres, como no desenvolvimento do país.

Na ocasião, Maria Viegas pediu à Assomel para que ajudassem o Governo na mobilização de outras mulheres para o Registo eleitoral, bem como em questões de solidariedade com algumas situações sociais que surjam no país, a exemplo das últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda

2.3 Burocracia dificulta constituição de empresas no País

Jornal de Angola...06-02-07

A excessiva burocracia, resumida na forte tributação e na dificuldade de obtenção de titularidade da propriedade, constitui um dos principais entraves à constituição de empresas em Angola.

A constatação foi feita ontem, em Luanda, pela Coordenadora Nacional do Programa Empresarial Angolano (PEA), Constância Silva, que apelou para o surgimento de mais instituições afins, com vista a ajudar as pessoas que pretendem criar empresas, tanto em nome individual quanto em nome colectivo. O programa, segundo a responsável, visa simplificar o processo para o fomento do empresariado angolano. Aliás, este é o lema do fórum para a constituição de empresas, que se vai realizar no próximo dia 8 de Fevereiro, em Luanda. Para Constância Silva, o evento é uma oportunidade ímpar que visa promover o diálogo entre as diferentes partes envolvidas na constituição de empresas, conciliando os interesses das entidades públicas com os dos representantes da classe empresarial.

"Devido à burocracia que se regista em todo o processo para se abrir uma empresa, o cidadão tem de reembolsar cerca de 100 mil kwanzas. Isso é um valor alto", explica, a responsável, para quem a criação de condições para o fomento da pequena actividade económica, conforme a Constituição da República, é uma obrigação do Estado. As formalidades administrativas para a constituição de empresas são numerosas e mesmo complexas e restritivas, pondo em causa a modernização e, muitas vezes, a credibilidade das normas e das próprias instituições que as aplicam, segundo Constância Silva. Para já, o fórum sobre "Constituição de empresas simplificar, para fomento do sector privado" é organizado pelo Programa Empresarial Angolano (PEA), em parceria com o Ministério da Justiça. Neste momento, mais de 100 pessoas estão convidadas, entre os organismos envolvidos na constituição de empresas e a sociedade civil, instituições académicas, classe empresarial e representantes de partidos políticos. Os debates do encontro vão incidir-se em três aspectos, nomeadamente "os requisitos, os prazos e carga fiscal para a legalização do início da actividade económica, os recursos que se prendem com o modo de funcionamento da administração pública e os incentivos no investimento privado. Para o efeito, estão convidados a intervir quadros especialistas da Administração Pública e do sector empresarial privado, com destaque para o Guiché Único de Empresas, a Direcção Nacional de Impostos e dos Serviços de Cartório e Notariado, o Ministério do Planeamento, Ministério do Comércio, a Associação Fiscal Angolana, bancos comerciais, representantes do sector privado, entre outros. Angola é o país da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC) que apresenta um dos mais pesados processos burocráticos, para a constituição de empresas, quer em nome individual, quer de sociedades.

Apesar das condições macro-económicas favoráveis, dos resultados da paz e das potencialidades que o país

apresenta, Angola precisa de um melhor ambiente para o investimento privado interno, base sobre a qual será aplicado o investimento externo.

2.4 Angola tem processos de constituição de empresas mais longo e caro

Jornal de Angola...08-02-07

Angola tem o processo mais longo e o mais caro, se comparado a outros países da Comunidade da África Austral (SADC) onde a constituição de empresas não ultrapassa os 61 dias. Em Angola, o processo pode levar seis meses.

Na entrevista que se segue, a coordenadora nacional do Programa Empresarial Angolano (PEA), Constância Silva, lamenta o facto de em Angola ter 13 procedimentos contra onze praticados por países vizinhos. Ou seja, região, Angola só pode ser comparada ao Congo democrático sendo os restantes mais celeres na constituição de uma firma. Na conversa destinada a indicar os objectivos do fórum sobre constituição de empresas, que decorre hoje, em Luanda, a responsável aponta exemplos da África do Sul, que tem nove procedimentos e a criação de empresas se concretiza em apenas um mês. Para se constituir uma empresa no país, as pessoas interessadas dispõem qualquer coisa como 100 mil kwanzas, daí que se tenha pensado na promoção do encontro que visa identificar os obstáculos à constituição de empresas em Angola. Este e outros assuntos foram abordados na conversa que se segue. Quais os objectivos que nortearam a promoção do fórum sobre constituição de empresas, um assunto que desperta algum interesse da classe empresarial?

Constância Silva: Estamos a realizar este fórum em parceria, com o Ministério da Justiça, porque na criação de empresas este sector constitui um dos organismos envolvidos para a constituição e legalização de empresas. Ao longo do nosso trabalho, nós constatámos que os empresários têm dificuldades em constituir empresas. O nosso processo é muito longo e isto não permite que as pessoas constituam a sua empresa em tempo aceitável. À partida, isso vai criando, uma série de constrangimentos. Para se ter acesso a determinados financiamentos, um dos pré-requisitos é que os empresários estejam legalmente constituídos, logo não podem ter acesso a nenhum financiamento, enquanto o processo estiver esbarrado na burocracia. O encontro, na sua essência, busca a simplificação do processo para o fomento do empresariado?

CS: Exactamente, este encontro tem como objectivo reunir os empresários e representantes das diversas associações, instituições académicas e o público em geral, para debaterem esta questão, porque nós consta-

tamos que não basta, a nível individual, os empresários reclamarem que o processo é complicado, que é difícil e que é caro. o importante é que todos os sectores se debrucem sobre esta matéria e identifiquem também quais os aspectos que dificultam a constituição de empresas e que apresentem propostas ao Governo, no sentido de simplificar o processo, à semelhança do que tem sido feito em vários países da região e do mundo. Em relação a outros países da SADC, Angola é que tem o processo mais longo e mais caro. Por exemplo, na África a Sul do Sahara, a média de dias para a abertura de uma empresa são 61 dias. Há 11 procedimentos e custa 162, 8% do Produto Nacional Bruto (PNB). Em Angola, nós temos identificado 13 procedimentos para a constituição de empresas, cerca de seis meses, e tem um custo de 486,7% sobre o PNB. Isto é exorbitante! Se nós formos a comparar a outros países da' sub-região onde Angola se insere, África do Sul, por exemplo, tem apenas nove procedimentos e são 35. dias para constituição de uma empresa, representando um custo de 6,9% sobre o Produto Nacional Bruto. Em Moçambique, os procedimentos também são muito menores e os custos também são inferiores. Portugal, cujo sistema legal influenciou o nosso, tem oito procedimentos em oito dias e representa 4,3% do PNB. Portanto, a situação não está bem. Nós temos a necessidade de analisar se há de facto mesmo necessidade de percorrer esses 13 passos e se há a necessidade de se manter este custo. Se nós quisermos apoiar o empresariado, temos de criar as condições que facilitem a constituição de empresas e que não haja dificuldade nesse processo. Mas o país criou o Guiché Único de Empresas. para simplificar o processo de constituição de empresas. Como se explica a persistência da burocracia?

cs: O Guiché Único é, de facto, um organismo que foi criado para tornar célere o processo de constituição de empresas, mas só para sociedades. Se nós queremos apoiar o desenvolvimento do empresariado nacional, temos de apoiar o surgimento de pequenas empresas.

2.5 Banco Sol aumenta créditos no Bié

Jornal de Angola...09-02-07

O montante concedido em créditos pelo Banco Sol aos camponeses, enfermeiros e professores, durante o mês de Janeiro deste ano, na província do Bié atingiu os 270 mil dólares.

A classe que mais dinheiro recebeu foi a dos enfermeiros com 147 mil dólares, seguido dos professores com 13 mil dólares. Os camponeses receberam 10 mil dólares. No ano passado, o programa de microcrédito do Banco Sol disponibilizou em

créditos cerca de 400 mil dólares.

Até ao primeiro semestre deste ano pretende-se abranger 500 camponeses a nível da província, segundo a gerente daquela instituição' bancária, Maria Simbo.

Para não prejudicar os camponeses, o reembolso do valor começa a ser feito seis meses após a entrega, ao passo que os enfermeiros e professores procedem-no mensalmente, com uma taxa de juros de oito por cento.

2.6 O que acham os cidadãos da actuação da policia fiscal do GPL

A Capital...10-02-07

Fulazo David, Arquitecto

Eles não têm feito mais do que deviam. A sua actuação na rua é que não tem agradado muito a quem vê e passa pelas mãos deles. Portanto, os oficiais superiores dos Fiscais deviam ensinar aos seus homens as regras, principalmente de boas maneiras. A forma como eles agem, e só com os vendedores ambulantes, tem sido desumana e muito agressiva. E muita brutalidade humana. Já que o benefício é para todos nós, então ninguém deve sair lesionado. Vamos trabalhar, mas de uma forma certa e digna, embora, é claro, seja muito chato o que os vendedores ambulantes têm feito como por exemplo, expor-se lá onde não deviam.

José Armindo, Funcionario Publico

Cabe aos fiscais velar pela imagem da cidade, como, o excesso de carros estacionados nas ruas, nos passeios, de frente as instituições governamentais, as vendas de produtos às portas dos cemitérios. Todos nós vemos isso em quase todo lado. Há o exemplo de hospitais como o Pediátrico, o América Boavida, unidades militares ou policiais e quase todas as escolas. Afinal de contas todos lutam e buscam pelo pão de seus familiares, tanto os fiscais como os vendedores ambulantes. Só que eles aproveitam-se dos vendedores de rua para levar os bens deles para as suas casas. Mas que tipo de fiscalização é essa? Quando estão escalados nas ruas, é uma «fezada» como eles próprios dizem, porque vai para a casa de mão ou de bolso cheios.

Valdrique Antonio, Funcionario Público

A forma de actuação dos fiscais é injusta. Burlam ao vivo, andam atrás dos terrenos só para tirar proveitos, partem casas por não lhes ter sido paga «gasosa», fazem trinta por uma linha e ninguém faz nada. O país precisa de fiscais profissionais e não de aproveitadores. Eles não ajudam em nada, pelo contrário, aumentam a corrupção. Ficam atrás de vendedores ambulantes. O que eles devem fazer é encontrar novas formas de sensibilizar e de castigar aquelas pessoas que

desobedecem. Pagar uma multa, ficar detido por alguns dias, qualquer coisa justa, em vez de receber com avareza os produtos, os terrenos e casas da população.

Rodrigo Antonio, Estudante

Não sei se é assim que eles foram instruídos. Cada um tem a sua forma de aprender e agir. Não sou a pessoa ideal para os criticar, mas a verdade é uma: eles são maus, batem, pisam a população ... Deviam actuar mais lá onde há corrupção como nas escolas, principalmente. Eles não agem bem. Junto das autoridades devemos pedir que se faça alguma coisa correcta. Se bem que as vendedoras são insuportáveis. Quanto aos lavadores de carros a culpa é dos donos dos carros. Muitos deles são grandes chefes, pelo que os fiscais devem prender os carros para que os donos respondam perante as autoridades e não prender os rapazes que só querem o dinheiro que é digno do seu trabalho. Que velem também pelo excesso de carros estragados e parados nas bermas das estradas.

2.7 Entre a extorsão e a imposição da ordem

A capital...17-02-07

Viver em Luanda sem ver vendedores ambulantes nas ruas, é estranho, pelo menos nos últimos anos. Por isso é que se advoga muito a retirada deles dos passeios e ruas para o estabelecimento da Ordem Pública. O que se passa, porém, é que a luta contra a venda ambulante está a entrar num ciclo vicioso de permissividade por culpa dos próprios agentes da polícia.

Paramos em frente a Discoteca Valódia numa manhã. Ao lado está uma pastelaria onde, muita gente, como nós nesse dia, vai tomar o pequeno-almoço. Se lá dentro o ambiente é caracterizado por pedidos de doces e salgadinhos, galões e sumos, lá fora o cenário é outro.

Muita gente passa em direcção aos seus postos de trabalho enquanto os vendedores de rua, entre mulheres e jovens, vão fazendo propostas valiosas de produtos a quem p'issa. As "kinguilas", por sua vez "brecham" casualmente quem vai em sua direcção mesmo não desejando cambiar moeda. Pares de sandálias femininas e sapatos, vêm-se estendidos no passeio. Mulheres sentadas com bacias aos pés, contendo produtos campestres, também estão lá, enfim, um mercado em miniatura. Um pouco mais ao lado está uma confusão de pessoas, maioritariamente, vendedoras de roupas de moda para mulheres. O que no meio de tudo isso pareceu-nos estranho, é o facto de entre essa balbúrdia toda estarem enfiados vários homens à paisana e os habituais agentes da polícia que vigiam as ruas como é normal em qualquer Estado normal. Descobrimos, curiosamente, que os homens à

civil, afinal são também da corporação e estão ali em apoio aos fardados.

O jogo é prático. Como os agentes em uniforme espantam facilmente a caça, os disfarçados à civil fazem a vez. Avançam para peno dos grupos de vendedores ambulantes cobertos de uma verdadeira discrição que lhes permite capturar com facilidade os rapazes vendedores, naquela agressividade com que qualquer fera apanha a sua presa.

Eleitos como presas fáceis, os rapazes, são levados para uma esquina, ou, simplesmente, lhes são recebidos os seus bens. Conhecedores do jogo, seguem os supostos agentes da polícia à paisana, e, na esquina, chegam a acordos tácitos que pas,sam pela extorsão de dinheiro ou bens. O processo continua pelo dia fora.

Trata-se de um fenómeno de todo incorrecto para a nossa polícia. Os jovens alvos de tais acções queixam-se do facto de os seus incomodadores sem uniforme, exercerem actividade policial sem antes se identificarem como é regra. Do outro lado, cogita-se sobre as razões pelas quais esses supostos agentes da polícia só se preocuparem com os bens de grande valia monetária ou maior utilidade, como é o caso de telefones e respectivos acessórios, sandálias de moda para senhoras, para só referir alguns.

As bacias de couves, repolho, peixe seco, banana e outros, que na perspectiva de se alcançar um melhor aspecto urbanístico deviam ser as primeiras a ser afastadas da via pública por provocarem lixo em pouco tempo, aos supostos agentes da polícia em causa, não dizem nada.

Este semanário já teve, a oportunidade de presenciar o confisco coercivo de um, amontoado de carregadores de telefones nesse mesmo local e, logo a seguir, o de pares de sandálias, actos perpetrado por um grupo misto de agentes uniformizados e os tais à paisana.

De tanto estar a situação viciada, há ali agora uma aliança entre agentes da polícia e vendedores ambulantes ao pon'ro de as autoridades terem perdido a autoridade sobre aqueles"que deviam ser tirados da rua, vivendo agora sob uma protecção implícita.

2.8 Guerra sem fim contra ambulantes

capital...17-02-07

A não concretização de políticas e promessas, por parte do overno provincial, levam por vezes, os cidadãos a comportamentos de rebeldia primária, para poderem sobreviver. Esta é a situação dos mercados paralelos, que foram destruídos com a promessa do executivo de construção de novos e posterior alojamento dos vendedores, que mesmo actuando em condições precárias, pagavam diariamente um subsidio de venda

aos fiscais municipais.

Ora o que se passa agora é que a inauguração dos novos mercados, não permitem, por falta de capacidade, a cedência de bancadas e espaços a todos feirantes, que assim se vêem obrigados a viver a margem da legalidade como forma de sobrevivência. E esta situação parece deixar fora de si o governo provincial de Luanda e a Polícia, confrontados com uma resistência popular, muito por culpa das suas políticas administrativas, que não conseguem visar um programa de integração social, capaz de inverter os constantes espancamentos de pessoas nos mercados paralelos. Uma verdadeira organização do comércio nas zonas urbanas e periurbanas, pode pôr fim a guerra sem fim, contra os vendedores que buscam a subsistência das suas famílias, vendendo produtos no meio informal. Excluídos de estalagem continuam a lutar pelos seus direitos. De todas as denúncias, a que mais se destacou foi a promessa de entregar aos vendedores do ex-mercado da Estalagem em Luanda um espaço melhor em relação ao anterior. Esta situação está, como alguém já escreveu, a ser "uma guerra sem fim", porque revela, o quanto as nossas autoridades desenvolvem o sentimento de exclusão social e desrespeito à dignidade da pessoa humana numa sociedade que se diz democrática e que procura promover a igualdade social, desenvolvendo projectos que sirvam, para a melhoria do nível de vida das populações. Ora, muitos, há tempo, avaliam se os custos, da contenda entre vendedores e a polícia nacional, estão a compensar os benefícios preconizados pelas autoridades, particularmente na melhoria do tráfego automóvel na zona do ex-mercado, segurança dos peões e a limpeza do local. Quem, afinal, aufere lucros com a guerra contra esses vendedores, quando realmente se sentem injustiçados, como é do domínio público, uma vez que os outros mercados foram organizados em moldes modernos, com coberturas, chão pavimentado câmaras frigoríficas, parques de estacionamento e outros serviços, enquanto que para eles não mereceu outra coisa senão, a mata há trinta quilómetros de Luanda, sem condições de segurança, pouca afluência de clientes e o negócio de sexo. A guerra sem fim a que nos referimos em relação as populações daquela parcela castigadas por polícias todos os dias, quase um conflito bélicos da década de 1960 quando os negros não podiam comercializar na própria terra.

O "sem fim" das acções policiais revela a desesperança daqueles que utopicamente acreditaram na libertação nacional frente ao colono português. Se um dia seríamos livres da escravatura a situação não mudou porque aqueles que projectaram estabelecer a hegemonia do novo Estado (independente) não criaram condições condignas para todos, sobretudo desenvolver um comércio mais abrangente. A caça aos

vendedores, considerados ambulantes, incorporou-se ao quotidiano de muitos angolanos, à sua normalidade - se podemos chamar isso de normalidade. A dolorosa situação está em que, enquanto a caça continuar, pois já se vão quase 30 dias, testemunharemos impotentes, o espancamento violento de pessoas todos os dias, o roubo dos seus haveres por se encontrarem a vender, nos locais supostamente proibidos, quando realmente nada está proibido, arriscam as suas próprias vidas, para vender uma caixa de maçã, caixa de fósforos, peixe e o deslocamento desnecessário de indivíduos de suas casas.

No entanto, grande parte dos atingidos deste conflito obtuso, se assim se pode designar o cenário que se vive nos últimos dias na estalagem, constitui-se de pacientes, mendigos da guerra, não sendo, portanto, responsáveis pelo quadro actual da cidade de Luanda, senão as próprias autoridades incapazes de organizar um comércio organizaço em todas as localidades.

2.9 Venda ambulante de livros pode desaparecer

Agora...24-02-07

O director da Empresa de Distribuição de Material Escolar (Edimel), João Constantino, manifestou a sua convicção de que a venda de material didáctico nos mercados paralelos vai desaparecer, ainda este ano, quando for injectado no nas tabacarias e papelarias material didáctico suficiente.

"Ninguém comprará livro no mercado paralelo quando pode vir adquiri-lo a preço mais baixo numa livraria", acentuou. Por outro lado, dos cerca de vinte e dois milhões de livros da iniciação a 12ª classe que a direcção da Empresa de Distribuição de Material Escolar (Edimel) precisa para abastecer a província de Luanda, conseguiu apenas distribuir para todo o país oito milhões. O processo de transportação do material às províncias teve começo antes do início das aulas. As chuvas e o mau estado das estradas contribuíram bastante para que algumas províncias só recebessem em Fevereiro e o número não satisfaz nem metade das necessidades. João Constantino, reconheceu que a quantidade de livros postas à disposição dos alunos, em Luanda, ainda não é suficiente para cobrir as necessidades, mas esperasse satisfazer com o descarregamento dos contentores que estão atacadados no Porto de Luanda. No entender de João Constantino, a falta de uma rede de comércio a retalho tem dificultado a distribuição do material didáctico à população das zonas periféricas. Questionado sobre a origem dos livros, o director da Edimel disse que uma parte é produzida em Angola, mas a maioria dos livros, é importada de Portugal, Inglaterra e Brasil. O nosso

interlocutor deixou claro, que, embora a empresa tivesse feito uma excelente programação para este ano lectivo, sempre haverá problemas na aquisição de livros, uma vez que o número produzido ainda não é o desejável.

"Mas o que se pretende, a cada dia que passa, é a redução das dificuldades das pessoas em poder comprar materiais didácticos". Quanto à ausência de livros da reforma educativa, João Constantino disse que cerca de 50% do total dos livros a serem distribuídos são para o sistema de reforma educativa, porém, a primeira fase que comportava um milhão e 547 mil da la a 10ª classes esgotaram de forma assustadora.

Para evitar o armazenamento dos materiais menos solicitados, a Edimel em parceria com as direcções provinciais da Educação, vai tomar obrigatoria durante as aulas a sua utilização.

2.10 Sonangol vai conseguir acabar candonga de combustíveis?

Semanario Angolense...24-02-07

Noite de terça-feira, 20. A tarde tinha sido chuvosa em Luanda, de tal sorte, que o desfile anual do Carnaval na Marginal teve que ser interrompido. Não espanta que muitos bairros estivessem privados de energia eléctrica. No posto de abastecimento de combustível da Sonangol adjacente à Praça da Independência, os empregados têm tido um dia particularmente agitado quando tentam cumprir com uma directiva que os proíbe abastecer vasilhas. Alguns deles sofrem ofensas e não são agredidos por serem ágeis a bater em retirada. No início dessa noite, dois indivíduos dão a ver a quem esteve nesse posto de abastecimento, o que nos reserva o futuro: transportados em seus automóveis, os dois apresentam-se cada um com um gerador e exigem aos empregados para serem atendidos.

Não se tratando das vasilhas apontadas para a proibição, os empregados atendem, confundidos.

É nisso que vai resultar a determinação da Sonangol Distribuidora de proibir vendas a recipientes nos postos de abastecimento do centro da cidade de Luanda, autorizando-as apenas em alguns, situados na periferia: incómodos, stress, mal entendidos, efeitos perversos e, no fim letra morta.

A companhia disse, ao anunciar a medida, que ela se destina a impedir a candonga de combustíveis, mas a verdade é que face às variáveis em presença, tal não vai acontecer.

Há graves problemas do lado da oferta que provocam bichas impróprias para cardíacos nos postos de abastecimento, associados a uma procura constante

inerente aos automobilistas, ao consumo doméstico e das empresas, em resultado da crise do fornecimento de electricidade.

Do outro lado, existem famílias inteiras, daquelas que formam o nosso enorme exército de desempregados, que têm na revenda de combustíveis o seu ganha-pão. Como tal, têm predisposição total para prosseguir o negócio de acordo com as práticas até aqui vigentes. A combinação desses elementos prenuncia que a candonga de combustíveis não será extinta no quadro de um decreto produzido numa empresa que não tem nenhum domínio sobre as questões macro da economia e da sociedade angolana. Com efeito, não vender combustíveis em recipientes é uma solução para o primeiro mundo, onde há uma larga oferta e onde o cidadão não é forçado a arranjar alternativas à falta de energia eléctrica. Em última análise, a decisão da Sonangol expõe, e de que maneira, o mercado a novas perturbações, sobretudo, de carácter inflacionário. Expondo as empresas à contingência de terem de empregar jornadas de trabalho inteiras nos congestionamentos dos acessos à cidade para irem à periferia abastecer-se dos combustíveis que alimentam as suas fontes alternativas de energia, fará com que aumente o valor dos custos de factores, elevando, conseqüentemente, a factura dos consumidores. Os candongueiros, aos quais a Sonangol quer barrar o caminho, não se inibirão de percorrer as distâncias que tiverem que percorrer para irem ao encontro do seu ganhapão, mas também imputarão a factura disso a quem neles for comprar os combustíveis, geralmente os seus congéneres da indústria de transportes e os detentores de pequenos negócios domésticos. Quer dizer que uma decisão da Sonangol para resolver um simples problema, pode ter implicações significativas nas metas estabelecidas pelos decisores políticos, no quadro das suas tentativas de se encontrarem o ambiente envolvente favorável ao investimento, crescimento e desenvolvimento económico.

Há uns dois anos, a Sonangol chamou a si a recuperação de um número considerável de postos de abastecimento em todo o país, tendo colocado alguns deles em funcionamento, mas, quem anda pelas estradas angolanas pode constatar que a maior parte deles estão encerrados. Desde que naquela mesma altura introduziu dois tipos diferentes de gasolina no mercado, a super e a aditivada, ainda não conseguiu fazer o mesmo em relação ao interior do país, onde os automóveis usam indistintamente um ou outro tipo de gasolina.

Quer dizer que a Sonangol quer ter uma dinâmica de empresa do primeiro mundo, sem ter em conta que a infra-estrutura e o meio envolvente não são os tais. A empresa, tem estado a, literalmente, tentar dar passos maiores dos que as pernas.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Huila quer aumento orçamental

A capital...03-02-07

A província da Huíla vai sofrer um desconto orçamental na ordem dos 15%, do montante habitual que recebe anualmente do Orçamento Geral do Estado

O director do Gabinete de Estudos, Plano e Estatística (GEPE) do Governo provincial da Huíla, Pontes Pereira, disse em exclusivo ao semanário A Capital que para o ano 2007, a província recebeu cerca de 20 milhões de dólares norte-americanos para intervir no sector da educação, saúde, energia e águas e estradas.

" Não há valores substanciais, pelo contrário, houve uma redução de 15% como tem vindo a ser anunciado".

O programa económico do executivo da Huíla será bienal, 2007/2008 e, com ele a grande prioridade do Governo de Ramos da Cruz recai para a intervenção nas estradas secundárias e terciárias que ligam os municípios entre si e as comunas, mas aqui, só as das regiões com maior valor económico a nível da Huíla.

Segundo Pontes Pereira, o dinheiro a ser disponibilizado é inferior para cobrir o número de estradas que a governação alistou no seu programa de execução do corrente ano. O director do GEPE lança um "grito" de socorro para dizer "precisaríamos de quatro ou cinco brigadas, em média de cerca de 5 milhões de dólares à cada brigada, para destacar em alguns pontos estratégicos dentro do tecido da província que servirão para recuperar as estradas e mantê-las. Porquanto não vale a pena recuperar vias de comunicação sem manutenção", disse Pontes Pereira, sublinhando a necessidade de se recuperar mas ter-se igualmente um programa permanente de manutenção de estradas.

"Se só uma brigada absorve logo cinco milhões de dólares, quatro brigadas precisarão de 20 milhões e, assim, teríamos esgotado o orçamento da província da destinado a fazer tudo o que tem a ver com o programa melhoria", ressaltou, acrescentando que o executivo local terá valores muito poucos para trabalhar. Adiantou que o Governo da Huíla negocia nesta altura com o Ministério das Obras Públicas para incluir no pacote das grandes vias nacionais alguns troços intermunicipais desta região do país.

Em princípios de Janeiro do corrente ano foi enviado ao Ministério das Obras Públicas, um projecto visando a intervenção nas estradas que ligam algumas

municípios do interior à cidade do Lubango.

De acordo com o director GEPE "são no total sete quilómetros de estrada, orçados em 15 milhões de dólares. É um projecto de quatro faixas de rodagem, que queremos que seja incluído na recuperação da estrada Lubango em direcção à fronteira".

Na mesma senda, o governo da província pediu ao Ministério das Obras Públicas para incluir no orçamento da estrada Huíla Cunene-fronteira, a reabilitação dos 25 quilómetros da via que dá acesso à comuna do Chiange, nos Gambos. Outros 25 quilómetros do troço para o desvio do município da Jamba deverão ser incluídos no programa de recuperação da estrada Matala-Cuando Cubango.

Com os 20 milhões de dólares norte-americanos a serem cabimentados à província da Huíla para o exercício económico 2007, o Governo local conseguirá apenas intervir no troço do desvio para a comuna do Wuaba, município da Jamba, ante o seu potencial agrícola. Com os mesmos recursos o executivo "huilano" prevê igualmente cobrir a recuperação da via entre os municípios de Caconda e Chicomba.

Para este ano o sector da educação e saúde ficam em segundo plano, no que ao programa de investimentos públicos diz respeito. Priorizadas estão a reabilitação das estradas secundárias e terciárias que inclui a reparação da via entre os municípios do Chipindo e Kuvango no leste da província, segundo revelou ao jornal A Capital, o director do GEPE da província da Huíla, Pontes Pereira.

3.2 Redução da Pobreza ilustrada em filme

Agora...10-02-07

Um filme em DVD intitulado, "Juntos na luta contra a pobreza" será exibido na próxima semana, em Luanda, pelo Programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUPP) em parceria com o Ministério da Administração do Território (MAT).

Com duração de 80 minutos, ilustra o empenho das comunidades, autoridades e provedores de serviços no combate à pobreza. A sua exibição visa partilhar a experiência acumulada pelo LUPP durante os sete anos de trabalho com as comunidades e mostrar as várias formas de combate a este fenómeno.

É um excelente documentário enriquecido com um vídeo clipe e entrevistas a governantes e actores consagrados que falam de temas como a importância da organização das comunidades o planeamento participativo, a descentralização e os espaços de engajamento como o Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kixi a trabalho foi produzido pela Walmires Audiovisuais, com o suporte musical e letra de Dodó

Miranda, com a colaboração de Hendrick Bumba. a DVD será distribuído gratuitamente, por todo o país, pelo Ministério da Administração do Território e ONGs locais, para as quais estão disponíveis cópias em português, inglês e francês.

a filme pode ainda ser utilizado para animar os debates sobre a participação das comunidades como agentes de transformação na luta contra a pobreza. Inspira às comunidades no que respeita à organização e engajamento das autoridades para abraçar o plano participativo e promover o desenvolvimento sustentável.

a LUPP é um consórcio de organizações não governamentais formado pela Development Workshop, Care Internacional, ane Wolrd Action e Save The Children UK que para além de projectos de governação trabalha em Luanda desde 1999 no domínio da água e saneamento, programas infantis comunitários, micro-finanças, pesquisa e micro-crédito.

3.3 Orçamento do estado abranda dupla tributação

Jornal de Angola...14-02-07

A lei do Orçamento de Estado 2007 de Portugal prevê que os dividendos oriundos de participações em empresas sediadas nos PALOP, se cumpridos alguns requisitos, passam a ser deduzidos do lucro tributável.

"De alguma forma, ainda que mitigada", esta e outras medidas suprem a falta de um acordo de dupla tributação que, aliás, seria bem mais interessante para os investidores, mas que até agora as autoridades fiscais de Angola e Portugal ainda não se dispuseram a celebrar", disse à Lusa o jurista português Brillhante Santos. Portugal poderia mesmo ter ido mais longe e permitir que a dedução de prejuízos derivados de empresas angolanas contra os lucros dos investidores portugueses, em IRC, e mesmo concedendo um crédito fiscal ao investimento. Do lado angolano entre outros benefícios, é possível a isenção de imposto industrial (35 por cento) sobre lucros resultantes de investimento e de imposto de sisa na aquisição de imóveis em projectos, mas é ainda preciso agilizar o processo segundo os juristas

"O longo processo necessário para a concessão [dos incentivos] Pela Agência Nacional de Promoção do Investimento (ANIP), afirmou Brillhante Santos, "pode ser ainda agravado caso o contrato de investimento tenha que ser aprovado pelo Conselho de Ministros", angolano. Esta aprovação é obrigatória para incentivos fiscais a projectos de investimento de valor superior a cinco milhões de dólares. Para o advogado, especialista em direito fiscal, o sistema tributário angolano continua, apesar das melhorias introduzidas, a serem

ineficaz" e beneficiaria da unificação dos diversos impostos. Mas, disse à Lusa, "o principal problema do sistema fiscal angolano consiste numa administração dotada de escassos meios, que se rege por normas e procedimentos demasiado complexos e onerosos a que se deve adicionar o grave inconveniente de não existirem tribunais independentes espelizados em questões fiscais".

Quanto às exportações para Angola, as principais novidades são o regime de Inspeção pre-embarque de agosto do ano passado e o novo Código Aduaneiro, em vigor desde o início deste mês, que, para a jurista Ana Pinelas Pintà, vieram "aumentar a certeza jurídica".

"À fundamentar que o empresário português explore as potencialidades do regime, aproveitando os benefícios e oportunidades que a legislação oferece, de forma consciente e responsável", disse à Agência de Notícias de Portugal (Lusa)

Entre as facilidades estão o uso de um canal verde na entrada de produtos no país, mas este impõe requisitos que, afirma, "poderão obrigar os importadores a adaptar os seus procedimentos, nomeadamente na rotulagem de alimentos e medicamentos".

Paralelamente, "já são visíveis progressos ao nível da informatização dos procedimentos e reforço de meios técnicos e logísticos" nas Alfândegas, contribuindo para o acentuar da tendência de crescimento das exportações para Angola e das receitas aduaneiras do país africano, adianta Pio nelas Pinto

Em análise ontem em Lisboa estiveram ainda os regimes cambial e o jurídico laboral e de segurança social.

3.4 Cabinda arrecada 20 biliões de Kwanzas para o OGE

Jornal de Angola...16-02-07

A província de Cabinda arrecadou, durante o ano económico de 2006, cerca de 20 biliões de kwanzas de receitas fiscais para os cofres do Estado. O valor não inclui as receitas provenientes dos impostos de petróleo.

Segundo o governador José Aníbal Rocha, que deu a conhecer o facto durante o balanço das actividades efectuadas pelo seu governo no decurso do ano passado, Cabinda tomou-se, desta feita, na segunda província, depois de Luanda, que mais receitas forneceu aos cofres do Estado.

O governante ressaltou o aumento que as receitas têm vindo a observar desde 2002. Naquele ano, a província arrecadou o OGE cerca de 4 biliões de kwanzas. Já em 2003 o valor subiu para 8 biliões de kwanzas, chegando aos 12 biliões de kwanzas em 2004, para no ano seguinte o valor atingir os 14 biliões de kwanzas. Entretanto, os efeitos destas arrecadações ainda não se

repercutem de forma directa na vida da maioria da população com a intensidade desejável, já que o total arrecadado vem sendo absorvido na íntegra pelo Tesouro Nacional. Para grande impacto no desenvolvimento da economia local e na satisfação directa das principais necessidades das populações, segundo o governador de Cabinda, seria conveniente que estas receitas fossem retidas na província e aplicadas na realização de projectos sociais. Segundo o governador, os 6 milhões de dólares atribuídos mensalmente como quota financeira, proveniente do imposto do petróleo, para investimentos públicos ser exíguo para satisfazer as necessidades do momento. Além do facto de que os valores foram fixados há mais de 10 anos, estando por isso desajustados.

O governante disse ainda que no período em referência a província registou um crescimento económico significativo na taxa de preços constantes, no rendimento de trabalho por conta de outrem, na produção e distribuição de energia eléctrica e água potável às populações, inserção escolar dos alunos no I nível, no sector dos transportes, comércio, hotelaria e descarga de contentares no porto de Cabinda, dentre outros.

3.5 Poder autárquico é fundamental para o desenvolvimento nacional

Jornal de Angola...18-02-07

O jurista e professor universitário Nelson Pestana "Bonavena" disse, ontem, em Luanda, que o poder autárquico é fundamental para a aceleração do desenvolvimento nacional.

Falando num debate prorrogado pela rádio Ecdésia, o jurista apelou à conjugação de esforços entre os principais actores sociais, Governo, partidos políticos e igrejas para a elaboração de um programa de implementação do poder autárquico, Bonavena afirmou que é preciso reforçar a administração central do Estado junto das populações através da multiplicação das estruturas administrativas que vão até a comuna. Disse que "devia ser possível, e é possível, a implementação de um programa de implementação do poder autárquico, porque o poder fica mais próximo, e tornando-se mais próximo da população torna-se necessariamente mais responsável porque a população vai cobrar desse poder mais facilmente do que a um poder do Estado tão distante, na capital".

O jurista, que também é docente universitário, adiantou que "havendo eleições legislativas devia-se aproveitar esse esforço financeiro que se faz para a realização das eleições legislativas para também ao mesmo tempo realizar-se as eleições autárquicas".

3.6 Andulo e Kamacupa terão tribunais municipais

Jornal de Angola...19-02-07

O comandante provincial da Polícia Nacional no Bié, sub-comissário Manuel João Cale "Welema"; mostrou-se satisfeito com a abertura brevemente de tribunais municipais.

O responsável sublinhou que a abertura destes tribunais irá baixar nos próximos tempos a quantidade de processos que dão entrada no Tribunal Provincial da Comarca do Bié.

Numa primeira fase serão abertos os tribunais municipais do Andulo e Kamacupa, cujas infraestruturas já estão a ser preparadas pelo governo local, e posteriormente a do Chinguar, Manuel João Cale "Welema" assegurou que nos comandos municipais da Polícia Nacional do interior da província do Bié já existem procuradores que estão a representar o Ministério público.

Segundo ele, a entrada em funcionamento dos tribunais municipais será importante nesta região, visto que muitos réus serão julgados nas localidades onde cometerem os crimes, diminuindo assim o fluxo de processos no tribunal provincial.

O sub-comissário disse igualmente que a Polícia Nacional não vai dar tréguas àqueles cidadãos que têm procurado fazer justiça por mãos próprias.

3.7 "A administração deve prestar serviços de melhor qualidade"

Jornal de Angola...20-02-07

O vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, declarou ontem, em Luanda, que a administração deve prestar serviços de melhor qualidade e eficácia, mediante uma fiscalização eficaz e isenta dos inspectores, para que os cidadãos encontrem na administração as respostas das suas necessidades básicas.

"Estamos numa época em que a administração deve prestar serviços de melhor qualidade e eficácia. Para tal, é preciso preparar inspectores para poderem verificar permanentemente a actuação dos gestores públicos, que também serão submetidos a acções de formação", disse Mota Liz. O governante fez estas declarações na abertura do curso de capacitação para 40 inspectores da administração local, provenientes das 18 províncias do país, aos quais alertou sobre as responsabilidades a si cometidas, no sentido de proporcionarem os impulsos morais aos servidores públicos para corrigir os erros que estes cometem no exercício das suas funções. Segundo o vice-ministro da Administração do

Território, muitos gestores públicos utilizam mais bens à sua disposição, por vezes em proveito pessoal, e em detrimento do interesse das comunidades.

"Daí a razão pela qual o Estado criou as inspecções para observar, corrigir e responsabilizar os servidores públicos, caso não exerçam as suas actividades de acordo com as regras e leis estabelecidas enfatizou. Mota Liz admitiu que, infelizmente, os relatos da acção que se fazem dos serviços públicos nem sempre são completamente brilhantes". "Devemos compreender a dinâmica da evolução da sociedade angolana, que se prepara para a realização das próximas eleições no país, em que os cidadãos são cada vez mais exigentes", sublinhou.

"Não podemos deixar que as rotinas da corrupção, da gasosa, facilidades e do amiguismo façam o modo de vida da administração local", alertou, para sublinhar que a arma do Estado, para corrigir situações anómalas, são os inspectores a todos os níveis, cujo desempenho, disse, carece de maior dinamismo. Mota Liz recordou que, conquistada a paz, o governo fez um grande esforço para repor a administração do Estado em todo o país, devendo-se aprimorar as instituições criadas com recursos e infra-estruturas afins, para que as administrações locais possam funcionar com normalidade, mormente nos domínios da educação, saúde, saneamento básico e no fornecimento de água e energia eléctrica às comunidades.

Durante trinta dias, os formandos, instalados no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) serão submetidos a técnicas de redacção, informática, projectos de obras e cadastros, regime financeiro 10cál, normas de direito administrativo, investimento público, noções de contabilidade e de auditoria, bem como introdução à psicologia.

3.8 A administração local e os cidadãos

Jornal de Angola...21-02-07

Está o Governo apostado em empreender acções visando o melhoramento da qualidade dos serviços que a Administração Local presta à população, tendo em conta a dinâmica da vida nacional em diferentes domínios.

A promoção de um curso de capacitação de inspectores da Administração Local, iniciado segunda-feira última, em Luanda, inserese no projecto das autoridades desde tornar o desempenho dos gestores públicos eficaz, para que sejam merecedores da confiança dos cidadãos que a eles recorrem, para resolverem os mais diversos problemas. Uma das funções desses inspectores é a de identificar as irregularidades dos gestores públicos, para uma melhor prestação de ser-

viços locais do Estado, o que constitui uma indicação de que há um grande interesse em se detectar tudo o que de mal acontece na Administração Pública. Mas o trabalho desses inspectores, a julgar pelas declarações de Mota Liz, vice-ministro da Administração do Território, na abertura do referido curso, não será só o de identificar os males que existem na gestão da coisa pública. Mota Liz disse que não bastava apenas identificar os males. Afirmou que era necessário também procurar corrigir os erros e responsabilizar criminalmente os infractores. Há, por parte do Governo, uma grande preocupação em relação à forma como os cidadãos são atendidos pela Administração Local, que, nos termos da lei, deve, como diz Mota Liz, dar respostas às grandes necessidades daqueles que a ela se dirigem. Mota Liz fez questão de sublinhar, na abertura do curso, que "estamos numa época em que a Administração deve prestar serviços de melhor qualidade e eficácia", tendo referido ainda que "não podemos deixar que as rotinas da corrupção, da gasosa e do amiguismo façam o modo de vida da Administração Local".

A qualidade dos serviços da Administração Pública passa pois por uma fiscalização permanente que os inspectores têm de fazer ao trabalho dos gestores públicos. Esta fiscalização se justifica na medida em que, segundo Mota Liz, muitos gestores públicos utilizam malas' bens à sua disposição, por vezes em proveito pessoal, e em detrimento das comunidades.

Disse aquele governante que "infelizmente, os relatos da avaliação dos serviços públicos nem sempre são completamente brilhantes", dando a entender que muita coisa há ainda a fazer para se combater situações anómalas que ocorrem na Administração Pública. Mota Liz acha, por isso, que os inspectores são a arma do Estado para corrigir o que anda mal na Administração Local.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Autoridades tradicionais chamadas ao registo

Jornal de Angola...01-02-07

O governador do Huambo, António Paulo Kassoma apelou a autoridades tradicionais do município do Catchiungo, a aderirem ao processo de registo eleitoral, para testemunharem os eleitores das respectivas comunas e aldeias que não possuem bilhete de identidade nem cédulas pessoais, para fazerem o registo eleitoral.

De acordo com Paulo Kassoma, as brigadas estão orientadas para apoiar as autoridades tradicionais, para servirem de testemunhas às pessoas que não possuem quaisquer documentos de identificação.

O governador instou a população maior de 18 anos a proceder o seu registo, para que, através do voto, possam contribuir para a democratização e desenvolvimento do país.

Para Paulo Kassoma, cada cidadão angolano deve sentir-se orgulhoso do seu país, que em poucos anos de paz efectiva, conseguiu dar uma grande lição de reconciliação.

4.2 Governo põe as mãos onde não é chamado

A Capital...03-02-07

De repente, os dirigentes do MPLA viram-se tomados por uma espécie de aversão a algumas palavras, embora não tenham desenvolvido dislexia, tão logo iniciou-se o processo eleitoral com o arranque da campanha de educação cívica e do registo dos potenciais votantes que exercerão os seus direitos nos próximos dois anos. Não se tratando, na maioria dos casos, de pessoas que tenham desenvolvido qualquer espécie de relacionamento tortuoso com a língua portuguesa, muitos dos seus dirigentes para não nomear o partido inteiro de repente passou a detestar o emprego de algumas palavras nas mensagens de educação cívica.

Entre estas palavras, as mais detestadas são os verbos que dão ideia de mudança e todas as palavras que destas derivem.

Os episódios a respeito são vários e visados estiveram partidos políticos e até organizações não-governamentais como a ADRA que foi excluída de participar na grande campanha de educação cívica e cidadania em Benguela.

Para a acção de interdição foi preponderante a acção do vice-governador de Benguela. João Evangelista Basílio, numa intervenção que pode bem ser enquadrada numa violação de espaço de jurisdição e ainda a ténue fronteira entre o poder na CNE e dos governos locais.

A ADRA em Benguela não constou da lista de organizações da sociedade civil a intervir na educação cívica, alegadamente pelo peso das suas mensagens que falavam na alternância de poder, no voto como elemento de mudança do rumo das coisas.

A Capital soube, por exemplo, que na província de Malanje o governador Cristóvão da Cunha endereçou uma carta à direcção do PAJOCA a proibir a realização de actividades de educação cívica, numa atitude que, de certo modo, demonstra o desespero em que mergulham os dirigentes do MPLA quando soa a expressão mudança ou alternância.

Por uma certa falta de cultura democrática, maturidade política e arrogância típica dos poderes locais que cerceiam como bem lhes dá na gana quase todo o tipo de liberdades, o governador teve a visão completamente toldada, ao ponto de esquecer-se que tudo quanto foi feito pelo partido acima referido se enquadra numa perspectiva do processo eleitoral que tem na Comissão Nacional Eleitoral o principal supervisor.

E como bem dizia a resposta do PAJOCA, segundo apurou A Capital, este partido não era uma instituição governamental, logo sem a obrigação de obediência a Cristóvão da Cunha no que ao processo eleitoral diz respeito.

A enquadrar-se numa simples acção irreflectida de um governante, isso, de certo modo, não afectaria o processo, mas a verdade é que isto tomou contornos que altera este simples entendimento.

Não faltaram queixas de organizações da sociedade civil que foram alertando para o facto de haver um princípio selectivo rígido que levou à exclusão de organizações da sociedade civil com grande implantação e inserção no meio comunitário em vários pontos do país de todo o processo de educação cívica, alegadamente por veicularem mensagens com fortes laivos de propaganda política que, a esta altura, entenda-se razoável que não estejam em voga por o período de campanha política não ter ainda iniciado.

Mas a razoabilidade desta assertiva pode juntar-se também o facto de o processo de educação do eleitorado carecer de apresentação de pontos de convencimento dos potenciais votantes, pelo que haveria que se deixar a decisão final à mercê do arbítrio dos eleitores.

4.3 Não há desenvolvimento sem educação cívica

Jornal de Angola...04-02-07

A guerra foi, sem dúvidas, o meio de destruição dos valores cívicos, tendo causado violência, ódio, a falta de tolerância e respeito uns pelos outros e a queda dos bons hábitos e costumes da cultura angolana, sublinhou a socióloga Fátima Viegas.

Em entrevista ao Dossier, Fátima Viegas afirmou que, no passado, não havia possibilidade de se transmitir os valores cívicos, não por vontade das pessoas, mas porque, para transmitir, precisava-se de ter a mínima condição de vida, uma vez que a maioria lutava pela sua própria sobrevivência e uns abandonavam os seus haveres para encontrar um lugar que oferecia maior segurança.

A socióloga, também docente universitária, apontou três espaços fundamentais para a transmissão dos valores cívicos, nomeadamente, a família, escola e igreja.

Como disse a interlocutora, muitas famílias estão, até hoje, desagregadas, fruto da guerra que causou viúvas e crianças órfãs. "O papel moralizador das famílias deve ser reactivada para dar à criança os elementos básicos da vida. Para tal, é preciso que a família tenha um emprego, um salário digno e que da de comer a criança. Esclareceu que a escola não deve servir apenas para ensinar conhecimentos, mas também para dar educação cívica, por ser um instrumento de desenvolvimento, pois há quase meio século a educação deixou de ser um custo social, passando a um investimento para o progresso da sociedade.

Ao dizer que é na escola onde se aprendem as normas de sobrevivência social e as instituições existentes, a docente advogou a necessidade de se investir 110 professor e introdução, a partir do ensino primário, de trabalhos de desenho e formação manual, para que as crianças desenvolvam a sua capacidade imaginativa e compreendam, desde muito cedo, o belo e a harmonia. A Igreja, sublinha, apresenta-se em duas vertentes, nomeadamente a evangelização, que é levar a palavra de amor aos homens, e a vertente social, que dá o apoio àqueles de que mais necessitam, como ensinar fiéis a estarem na sociedade e a terem um comportamento cívico.

Para ela, hoje a Igreja não desempenha o seu papel de evangelização, por haver cisão no seio das mesmas, lutas nas direcções e interesses que tiram a sua credibilidade.

Além das três instituições, Fátima Viegas apontou um quarto, que são os partidos políticos e, como fez referência as campanhas de educação cívica traduzem-se em democracia. "Só é bom político quem cumpre

com as normas de convivência social", sustenta. A professora da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e do Instituto Superior de Ciências de Educação afirmou que a educação cívica deve ser uma disciplina para que as crianças tenham o conhecimento dos princípios morais, tolerância, o respeito e a postura a ter na sociedade.

"Não há desenvolvimento sem educação cívica", sustentou, para acrescentar que a disciplina de Educação Moral e Cívica deveria ter igual peso como a Matemática, porque é um exercício de cidadania e de convivência social.

Como fez saber a fonte, se os cidadãos do país não saberem como se comportar, dificilmente saberão os seus direitos e deveres, uma vez que não se pode falar de direitos humanos sem educação cívica.

4.4 Registo abrange municípios do Kuando Kubango

Jornal de Angola...08-02-07

O desdobramento das brigadas de registo eleitoral para os municípios de Nankova, Cuito Cuanavale, Cuchi e Cuangar, no Kuando Kubango, inicialmente previsto para o passado dia 1 de Fevereiro, foi adiado para a próxima segunda-feira, 12, devido a problemas de logística detectados à última hora.

O coordenador da comissão executiva provincial para o registo eleitoral, Francisco Manjolo, explicou que a "Chicoil", empresa contratada para distribuir as refeições quentes às brigadas de registo, à última da hora, alegou não ter capacidade técnica operacional para fazer chegar a comida aos municípios' mais recônditos do Kuando Kubango. Por isso, foi contactada uma outra empresa, as "Organizações Caivo", que neste momento está a acertar os últimos detalhes com a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), em Luanda, para a sua entrada em cena.

Francisco Manjolo, que é igualmente o vice-governador para a organização e serviços comunitários, disse que todos os equipamentos, como secretárias, cadeiras e colchões, entre outro material de apoio aos brigadistas, já foram transportados de helicóptero para Nanková, Cuito Cuanavale, Cuchi e Cuangar.

"Temos todas as condições criadas nestes municípios, incluindo os fiscais de diferentes partidos políticos. Neste momento, aguarda-se somente pela chegada das brigadas com o material tecnológico", referiu.

De acordo com Francisco Manjolo, a segunda fase do registo eleitoral, que arrancou a 15 de Janeiro em todo o país, no Kuando Kubango está a ser efectuado apenas no município de Menongue, com a cobertura de todos os bairros da periferia da cidade assegurada por

dez brigadas. Desde o início do registo eleitoral, a 15 de Novembro de 2006, 30 pessoas já responderam em juízo por tentativa de registo ilegal, através da falsificação de documentos.

Entretanto, a administradora comunal do Kunje, sete quilómetros a Norte do Kuito (Bié), Mariana Lohambe, reconheceu ontem que a adesão da população aos postos de registo eleitoral satisfaz a expectativa das autoridades administrativas naquela circunscrição. Em declarações à imprensa local, a administradora sublinhou que esta participação da população no registo eleitoral é fruto da eficiência que os brigadistas têm vindo a demonstrar no manuseamento dos equipamentos.

Sem adiantar o número de cidadãos já cadastrados, exortou as autoridades religiosas, tradicionais e as associações sediadas na localidade a redobram cada vez mais os esforços na mobilização da população para esta empreitada e, assim, poderem obter o cartão de eleitor para o voto. Mariana Lohambe aproveitou a ocasião para chamar a atenção da população a manter-se vigilante, de modo a denunciar os infractores, fundamentalmente os estrangeiros que a todo custo pretendem ludibriar os brigadistas. A comuna do Kunje possui uma população estimada em mais de 30 mil habitantes, na sua maioria camponesa. Três brigadas de registo estão desdobradas nos bairros Caqueleua, Samuel Lussati e mi administração comunal.

4.5 «A maior parte dos partidos são feudos onde se cria a cultura da autocracia»

Semanario Angolense...24-02-07

Dever-se-á avançar em vários aspectos nucleares: triplicar o número de assinaturas exigidas e, no quadro de uma nova lei, estipular a devida obrigatoriedade de realização de dois congressos constituintes do partido até então forjado e idealizado por uma «Comissão de instalação». Cada um dos eventos magnos terá que ser realizados no espaço de 4 anos, ou seja, só oito anos depois é que o tribunal daria por concluído o processo legal de registo

1. Sim, temos um número exagerado de partidos, mas é ainda mais preocupante a qualidade de intervenção ideológica, política e de pluralidade interna desses mesmos partidos que qualifico de «invisíveis». Teríamos um outro País se essa centena de partidos da oposição tivesse substância, mas, infelizmente, o que tem vingado é o descrédito da classe política.

2. A legislação deve ser mais exigente. A maior parte dos partidos existentes, infelizmente, há mais de 15 anos que não realizam os seus congressos, não estimulam a alternância interna. São pequenos feudos

onde, na verdade, se cria a mais perigosa cultura autocrática.

3. Funciona como um espelho. Os líderes quererão ter uma imagem de poder nunca sufragado pelos seus confrades, pois só esses conhecem como ninguém os seus defeitos e virtudes. E o fascínio que toca os seus discípulos... ah! é ainda mais perigoso, esses continuadores tornam-se em modelos inacabados e politicamente mais imprevisíveis.

4. Dever-se-á avançar em vários aspectos nucleares: triplicar o número de assinaturas exigidas e, no quadro de uma nova lei, estipular a devida obrigatoriedade de realização de dois congressos constituintes do partido até então forjado e idealizado por uma «Comissão de instalação». Cada um dos eventos magnos terá que ser realizados no espaço de 4 anos, ou seja, só oito anos depois é que o tribunal daria por concluído o processo legal de registo. Outrossim, estabelecer como paradigma obrigatório dos estatutos de todos os partidos, o princípio das primárias ou directas até para que o País conheça primeiro o potencial humano, intelectual, tecnocrático e de tolerância e coabitação no seio dos partidos. Os eleitores não podem ter dúvidas sobre a dimensão humana e política dos seus potenciais líderes. Falo ainda da efectiva proibição do «voto sem urna» nos processos de eleição dos dirigentes partidários até para que os votos nos partidos não tenham «rostos». Permita-me avançar com mais uma sugestão: assim como existe crime por parte dos gestores das organizações empresariais que não apresentam o R&C aos seus sócios, para os partidos, a falta de realização de dois congressos nas datas oficiais, deveria penalizar os seus líderes prevaricadores, naturalmente, arredando-os mesmo dos seus lugares de direcção. Por último, esse novo quadro legal deveria conter uma alínea que permitisse o simples processo de anulação do registo oficial dos partidos que, em três pleitos eleitorais legislativos, não obtivessem assentos no Parlamento. Doze anos de insucesso político, de rejeição do eleitorado são suficientes para que se tenha uma noção da falência política desses partidos que seriam visados pelo novo paradigma.

4.6 Constrangimentos no registo eleitoral

Agora...17-02-07

A segunda fase do processo de registo eleitoral, que já caminha no seu segundo mês desde o arranque oficial a 15 de janeiro último, continua a enfrentar vários constrangimentos em algumas localidades.

Apesar de o coordenador da comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) ter apontado, em Janeiro último, o problema das minas como sendo uma

das principais dificuldades a serem enfrentadas durante esta fase do processo, tendo apelado aos órgãos da comunicação social e outros agentes para colaborarem na educação sobre o risco de minas, a falta de condições técnicas, materiais e logísticas constituem grandes empecilhos para algumas comissões executivas eleitorais que se viram forçadas a arrancar a segunda fase de forma gradual.

Juntam-se a estes factores, a época chuvosa em curso, o estado degradante das estradas e pontes partidas em algumas localidades. No Namibe, por exemplo, apesar de terem entrado em funcionamento mais cinco brigadas as dificuldades de ordem logística, material e humana obrigaram à comissão executiva provincial a iniciar a segunda fase, de forma gradual. No Cunene, cinco novas brigadas ficaram de entrar em funcionamento apenas a partir deste mês, perfazendo as 15 previstas para fazer face ao processo de registo eleitoral. Naquela província, a primeira fase, que foi assegurada por 46 brigadistas distribuídos em oito brigadas, decorreu apenas nas sedes dos municípios de Kwanhama, Kahama, Namacunde e Ombandja. Já no Saurimo, embora sete das dez brigadas previstas tenham reatado os trabalhos, a nível dos municípios, o processo vai ocorrer apenas no período do cacimbo devido aos constrangimentos causados pelas últimas chuvas. No Kwanza-Sul, ao contrário dos outros municípios, o Libolo, Quilenda, Ebo, Conda e Mussende, o registo eleitoral só deverá ser feito, gradualmente, tão logo estejam disponibilizados todos os meios técnicos e logísticos, enquanto que no Zaire, o arranque da segunda fase do registo eleitoral ficou também condicionado, em alguns municípios (cinco), nomeadamente o Soyo, Nzeto, Tombem, Nóqui e Kuimba alegadamente por fazedores técnicos e materiais. Nas outras províncias, apesar do ritmo normal do processo em curso, também não estão de parte quanto às dificuldades acima mencionadas. Segundo apurou o AGORA, devido a estes constrangimentos, a CIPE tem vindo a orientar as comissões executivas eleitorais a nível das províncias, no sentido de avançarem com o processo de forma gradual, o que, no entender de algumas pessoas por nós contactadas, poderá influenciar a desarticulação da calendarização, por si já desarticulada. Na primeira fase do registo eleitoral que terminou a 15 de Dezembro último foram registados em todo o país mais de 900 mil cidadãos. Ainda à volta do processo de registo eleitoral, a UNITA acusou recentemente o MPLA de manipular provas testemunhais. De acordo com o seu secretário para a informação, Adalberto da Costa Júnior, a direcção do Partido dos "camaradas" tem orientado as autoridades tradicionais, algumas províncias, para não efectuarem a prova testemunhal dos militantes afectos à UNITA. O político, que falou, esta semana, à MultiPress,

sublinhou que tem sido frequente o Partido no poder transformar as autoridades tradicionais em activistas políticos o que, no seu entender, fetira a credibilidade dos mesmos, uma vez tratem-se de figuras respeitáveis que carregam grandes responsabilidades, nos núcleos ou aldeias em que exercem tal poder

«Se for fazer uma verificação estatística; se for perguntar com olhos abertos comunidades, vai verificar, que, de facto, tem sido uma política do regime a atribuição de cartões aos sobas», disse Adalberto Costa Júnior, tendo manifestado adiante a sua preocupação devido ao que considerou "elevado índice de intolerância política" no país, com maior realce para Benguela. No seu entender, apesar da existência do Mecanismo Bilateral de conversação entre o Governo e a UNITA, para se pôr cobro a estes incidentes, uma intervenção pública do Presidente Eduardo dos Santos, para à educação cívica da população seria fundamental.

A direcção do "Galo Negro", ainda de acordo com o seu secretário para a informação, poderá recorrer à comunidade internacional caso os processos referentes à intolerância política, que estão nos órgãos de justiça, não sejam resolvidos o mais depressa possível. As reacções do MPLA, sobre o assunto, não se fizeram esperar, tendo o secretário provincial daquela formação política, em Benguela, Zacarias Ndavoka, avançado ao mesmo órgão de informação, tratar-se de acusações sem consistência.

«A prova testemunhal não é apenas feita pelos sobas, a própria lei diz que também os pastores, entidades religiosas podem fazer esta prova testemunhal, se o soba não reconhece um determinado cidadão para testemunhá-lo para o registo deve haver uma outra entidade religiosa que conhece», fusou o número um dos "amaradas" nas terras da "Acácias Rubras". O presidente da comissão provincial eleitoral de Benguela, José Calequera, "aconselhou à UNITA a apresentar as suas reclamações aos chefes de brigadas onde, eventualmente tenha acontecido o sucedido, conforme orienta a Lei do Registo Eleitoral, em caso de contencioso eleitoral.

De acordo com a referida lei, caso o assalto não seja resolvido, nestes órgãos eleitorais, o Partido que acusou tal irregularidade, neste caso a UNITA, deverá recorrer aos outros órgãos, como a comissão executiva provincial ou à Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

4.7 As eleições e a figura do deputado independente

Angolense...24-02-07

Compatriotas na diáspora têm estado a fazer pressão aos representantes do Clube dos angolanos no exterior

(Club-K) para que estes lancem a iniciativa de subscrever a um memorandum pedindo ao Governo para que a comunidade angolana no estrangeiro participe nas eleições por se realizar.

Face ao assunto, o Líder do Club-K na Alemanha, Manuel Lotutala, alertou recentemente que "Devemos, desde já, preparar fóruns convidando elementos do Estado e da sociedade civil para discutir o assunto, antes que seja tarde". A manifestação do nosso representante em terras germânicas mostra que a ausência de um discurso respeitante a esta matéria, não equivale a um distanciamento nas questões de interesse da diáspora. Temos andando a amadurecer a ideia para levantar o debate e apresentar sugestões. Por outro lado, vale recordar que os pronunciamentos dos responsáveis da comissão encarregue na gestão do decorrente processo eleitoral indicam que o registo eleitoral, além fronteiras, não poderá ser possível por alegadas razões de logística. O não exercício deste dever constitucional está a levar alguns compatriotas a deduzir que a exclusão da diáspora descredibiliza o processo democrático, além fronteira. Voltaire, o filósofo Francês que vivia exilado em Londres, advertia que "todo homem é culpado por aquilo que não fez". O mesmo acontecerá connosco. Acarretaremos responsabilidades por termos dirigentes em quem nunca votamos e parafraseando Jeremias Chitunda "os maus dirigentes são eleitos para dirigir os países democráticos pelos bons cidadãos que não votam".

De igual modo, analisamos também que embora a diáspora rogue por eleições, a moldura constitucional vigente no país é menos vantajosa para nós, os votantes a partir do exterior. O voto da diáspora permite a escolha de três deputados. Neste caso, seríamos forçados a votar em deputados da lista dos partidos que concorreriam ou que nos apresentassem como futuros parlamentares pelas comunidades. Estes deputados seriam nossos representantes mas não responderiam pelos nossos interesses. Eles estariam subordinados a agenda dos seus partidos. Não teríamos poder sobre eles. Recomendamos, no entanto, que quando for levantado o debate sobre a alteração da constituição que se discuta a emergência da figura do deputado independente. No caso das comunidades no exterior, ao invés de votarem obrigatoriamente em personalidades partidárias, deve ser criado, de modo independente, um colégio ou conselho das comunidades. Neste órgão colegial (com rede em diversos países), as comunidades adoptariam critérios estatutários, para a escolha de figuras independentes ou despartidarizadas, que por sua vez, concorreriam para as legislativas como independentistas pela diáspora. Este quadro beneficiaria os eleitores que não se identificam com os partidos políticos.

Uma vez eleitos, os referidos deputados não teriam ne-

cessariamente que viver em Angola. Deslocar-se-iam para Luanda apenas para as plenárias ou sempre que houvesse necessidade. A partir do exterior do país, exerceriam tarefas com características de provedor junto das comunidades. Em caso de traição aos interesses da diáspora, o próprio conselho ou colégio, após auscultação das comunidades, poderia solicitar ao parlamento a sua substituição, propondo um outro nome que constase na lista de suplentes do referido órgão. Este cenário criaria um quadro em que os deputados ficariam dependente e submissos a comunidade que o elegeu.

Seriam os angolanos no exterior a mandar neles.

4.8 Partidos querem verbas astronómicas para fiscalizar o registo

Agora...24-02-07

A «troika» de candidatos às próximas eleições presidenciais entenderam reclamar a duplicação dos valores dos subsídios pontuais que o Governo deve atribuir aos partidos políticos para suportarem as despesas dos mesmos com a fiscalização do processo de registo eleitoral, passando de um total de trinta e sete milhões e meio para quarenta e cinco milhões de dólares.

Olhando para esta cifra há razões para se questionar se efectivamente não haverá por aí políticos a pretenderem abrir um negócio qualquer com tanto dinheiro para aplicar no acompanhamento do registo dos eleitores angolanos. É que olhando para a constituição de alguns partidos da oposição que já se sabe resumem-se em algumas poucas pessoas, nalguns casos do mesmo grupo familiar, pode inferir-se que não têm condições de «plantar» os mil e tal fiscais, não tendo como fazer gastos com um milhar de fiscais para custear as tarefas de fiscalização por um lado. Olhando, por outro lado, para a uma perspectiva operacional do registo, há-de constatar-se que não há necessidade de os 125 partidos colocarem fiscais em todas as brigadas de registo, já que não se tratará de averiguar se o seu militante estará a ser impedido de se registar, o que representaria de facto um voto a menos nas suas contas.

Posto de parte este cenário, o que se pode achar mais razoável é o facto de a UNITA, o PRS e a FNLA, por exemplo, já que o MPLA é o partido da situação, se preocuparem mais com o processo de registo, porque têm uma base social concentrada em determinadas províncias, apesar do seu carácter nacional. Estas áreas são exactamente aquelas em que os militantes destes partidos enfrentam os actos de intolerância política, havendo uma grande rixa com os prosélitos do partido no poder. Não sendo assim com os outros que só agora,

depois de receberem os subsídios, é que fizeram a sua instalação na maior parte das províncias, fica claro que é dispensável a presença destes fiscais nessas brigadas. Se não forem parcimoniosos com estes fundos que um dia terão de prestar contas sobre a sua aplicação, o grosso da oposição, salvo aqueles partidos cujos dirigentes reflectem acerca das probabilidades e nuances do mesmo, poderão ser surpreendidos quando chegar o momento crucial de todo o processo eleitoral que é a contagem dos votos. Os partidos menos expressivos e sem uma implantação efectiva pelo grosso do território nacional a serem razoáveis deveriam aguardar pelo dia da votação para destacar, isso sim, em todas as assembleias eleitorais um fiscal para efeitos de contagem dos votos que o partido tenha alcançado, subscrever a acta e comunicar o resultado ao estado-maior eleitoral do seu partido. Assim, as contas feitas com os mais de mil fiscais são perfeitamente cobertas com metade do valor até disponibilizado pelo Governo, porque o acto de votação será feito num só dia e não haverá tanto que fazer para justificar tão elevado volume de liquidez financeira nas mãos dos partidos políticos, a não ser que tenham outro destino que não concretamente o investimento no processo eleitoral em curso.

Estes partidos vão enfrentar ainda aquele que pode ser considerado um grande problema que é o da subscrição das listas, já que dada a fraca implantação de muitos deles, terão dificuldades imensas neste capítulo, a serem agravadas pela hostilidade que poderão enfrentar ali onde só se conhecem bandeiras como as do MPLA e da UNITA.

Os líderes políticos devem, pois, pensar na exorbitância que representa a mais recente proposta de quarenta e cinco milhões de dólares para cobrir despesas com o registo dos eleitores e concentrem as suas acções na fiscalização da contagem dos votos durante o próximo ano e se engajem na criação de condições para que consigam obter as quinhentas subscrições em cada província, tendo em conta que deverão arrecadar quinze mil.

4.9 Raul Araújo, Jurista «Não acredito em medidas administrativas»

Semanario Angolense...24-02-07

A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta situação e determinar quais, de facto, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno

1. Sem dúvida que sim.

2. Vários factores contribuem para esta situação. A jovem democracia existente no país faz com que haja uma tendência de formação de vários partidos. Em alguns casos um certo oportunismo porque há pessoas que acham que podem ganhar dinheiro a criar partidos. Há igualmente factores sociológicos que contribuem para esta situação. Veja quantos partidos têm origem nas populações do norte do país e quantos foram criados no centro e sul de Angola. Este é um estudo que deve ser feito e o resultado deve ser interessante.

3. O maior problema pode ser o dos cidadãos começarem a interrogar-se sobre a seriedade dos partidos políticos e a deixar de acreditar na sua bondade. Os partidos políticos são instituições fundamentais para o exercício da democracia política e têm um papel essencial na educação política e mobilização dos cidadãos para o exercício da democracia. Os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder e devem trabalhar nesta perspectiva, respeitando os princípios constitucionais, a lei e as regras da democracia que todos dizem defender.

4. A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta situação e determinar quais, de facto, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno, que, como disse, é normal em democracias nascentes.

4.10 Para quando o registo no exterior de Angola?

Angolense...24-02-07

Cada um responde de forma diferente a esta questão. Segundo afirmações de fontes credíveis deste semanário existe uma proibição das entidades competentes para o início do registo eleitoral no exterior de Angola, visto que não contam com o voto da comunidade residente fora de portas. Por cá o registo já está na sua segunda fase, mas no exterior ninguém sabe quando começa

As desconfianças começaram na altura da reunião de quadros na diáspora, no Novembro de 2004, que dentre vários objectivos avaliou os problemas nacionais e traçou estratégias para o regresso dos quadros ao país. Como os provenientes do exterior mostraram-se insatisfeitos com a distribuição das riquezas do país e a desvalorização dos quadros nacionais, devido aos péssimos salários e outras discriminações. "Aquando daquela reunião os quadros ficaram insatisfeitos com o trabalho do Governo", contou um dos participantes do encontro. A mesma fonte frisou ainda que aquela atitude dos quadros demonstrou claramente que o voto

dos que vivem fora de portas dificilmente recairá para o partido da situação. Com tal informação em mãos, segundo apuramos, os quadros ligados aos serviços de segurança "infiltrados" no exterior fizeram uma análise e constataram que não tinham nada a ganhar caso permitissem que a diáspora votasse. Por isso é que em nenhuma embaixada está a efectuar o registo, pelo que, até decisão contrária, os angolanos residentes no exterior terão de se deslocar ao país para se habilitarem a votar e quiçá para exercer tal direito.

O procedimento ora denunciado contraria totalmente a recomendação da Lei Constitucional angolana que dá o direito a todos os angolanos de votarem. Segundo o nono artigo da Coletânea de Legislação Eleitoral, no primeiro parágrafo, "o registo eleitoral tem lugar em todo território nacional e no exterior do país".

Portanto, caso se mantenha esta situação é importante que as entidades judiciais façam cumprir a lei.

4.11 «Não acredito em medidas administrativas»

Semanario Angolense...24-02-07

A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta situação e determinar quais, de fado, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno

1. Sem dúvida que sim.
2. Vários factores contribuem para esta situação. A jovem democracia existente no país faz com que haja uma tendência de formação de vários partidos. Em alguns casos um certo oportunismo porque há pessoas que acham que podem ganhar dinheiro a criar partidos. Há igualmente factores sociológicos que contribuem para esta situação. Veja quantos partidos têm origem nas populações do norte do país e quantos foram criados no centro e sul de Angola. Este é um estudo que deve ser feito e o resultado deve ser interessante.
3. O maior problema pode ser o dos cidadãos começarem a interrogar-se sobre a seriedade dos partidos políticos e a deixar de acreditar na sua bondade. Os partidos políticos são instituições fundamentais para o exercício da democracia política e têm um papel essencial na educação política e mobilização dos cidadãos para o exercício da democracia. Os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder e devem trabalhar nesta perspectiva, respeitando os princípios constitucionais, a lei e as regras da democracia que todos dizem defender.
4. A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta

situação e determinar quais, de facto, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno, que, como disse, é normal em democracias nascentes.

4.12 Assim não vamos a lado algum

Semanario Angolense...24-02-07

Apesar da insistência do Semanário Angolense, tanto o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Caetano de Sousa, quanto o seu porta-voz, Adão de Almeida, não exprimiram os seus pontos de vista sobre o assunto em causa. São depoimentos que certamente enriqueceriam este dossier, porque saberíamos, por exemplo, como ficarão os boletins de voto no caso de os mais de 120 partidos concorrerem sozinhos às legislativas do próximo ano. Será que teremos de recorrer a brochuras com pelo menos 20 páginas?

As tentativas do SA foram frustradas porque Caetano de Sousa deslocou-se à África do Sul em missão de serviço, depois de ter prometido que contactaria o jornal, o que não aconteceu. Por seu turno, Adão de Almeida alegou que precisava da autorização do seu superior hierárquico, mas o certo é que, posteriormente, as chamadas telefónicas que efectuamos não foram atendidas. Para colmatar a ausência de um pronunciamento actualizado da CNE, o SA socorreu-se de excertos de uma comunicação do juiz Caetano de Sousa, intitulada «o papel das eleições no fortalecimento da paz e da democracia», apresentada durante o Seminário Nacional sobre Educação Cívica, realizado há aproximadamente dois anos, em Luanda. Nessa altura, de acordo com o que apurou o Semanário Angolense, o referido magistrado falava na existência de 105 partidos políticos, mas é ponto assente que nos anos seguintes o número aumentou.(...) «Angola não irá a lado algum com um número elevado de partidos políticos e muitos deles jamais terão assento parlamentar, mesmo depois das próximas eleições. Não há tantas ideologias políticas entre os nossos partidos, pelo que juntar muitos num só é uma saída para resolver o problema», dizia então Caetano de Sousa.

De acordo com uma proposta do magistrado, formar coligações seria «ideal para a resolução do problema no período do sufrágio», exemplificando com o que ocorreu em 1992, quando um grupo de oito partidos constituiu a AD-Coligação. Este grupo, que teve Simão Cacete como seu candidato presidencial, conseguiu apenas um lugar nas legislativas, ocupado actualmente por João Viera Lopes, um membro da Frente para a

Democracia.

«Todos os partidos não caberiam na Assembleia Nacional. E se formos às eleições com um limite de 300 partidos, em que Assembleia vão ter assento? Os cidadãos é que vão penalizá-los e resolver o problema dos partidos políticos», assegurou Caetano de Sousa.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Preço do material escolar inquieta Luandenses

Jornal de Angola...03-02-07

No início de mais um ano lectivo, em Luanda aumenta a procura, tanto de estudantes como de encarregados de educação, pelo indispensável material escolar.

Apesar de nesta época do ano não constituir novidade, na verdade se assiste a uma grande movimentação, numa autêntica romaria pelas diversas livrarias espalhadas pela cidade.

Georgina Júnior é mãe de um casal, mas apenas um dos seus filhos se encontra em idade escolar. Porém, nem por isso, a situação a deixa menos preocupada.

Sem hesitar, a jovem mãe confessa que o material escolar está excessivamente caro, razão pela qual apenas cingiu-se em comprar cadernos, lápis, borracha e esferográficas, cujo preço varia entre os 20 e os 200 Kwanzas.

No mesmo diapasão alinha Isaldo Carvalho, 42 anos, . que não tem dificuldade em expressar o seu desânimo. No entanto, sabe que lhe restam poucas alternativas, senão comprar, não fosse estar em causa a educação dos filhos. Para o efeito, aproveitou a manhã de ontem para adquirir o material escolar das quatro crianças sob sua responsabilidade.

Habitados à incessante procura pelos materiais escolares, o gerente da Livraria Lello, José Magalhães, considera que os preços no estabelecimento que dirige são acessíveis e com um stock limitado, a venda é feita apenas por colecção. Mil e 300 kwanzas é o custo total dos livros do ensino vidente para a 1ª classe. Os da 4ª classe custam dois mil e dez Kwanzas, enquanto que para a 6ª e 8ª classes correspondente à reforma educativa, o total fica em três e 790 e quatro mil e 760 Kwanzas, respectivamente. Entretanto, esses preços são incluem os cadernos de actividades.

Com preços iguais, a Livraria Mensagem tem disponível a quase generalidade de livros escolares do ensino em referência. Só que, ao contrário da "Lello", neste estabelecimento é possível adquirir apenas um livro de determinada classe.

Nem todas as livrarias e tabacarias têm disponível o conjunto do material didáctico indispensável para o ensino geral. Os encarregados de educação Carlos Ladith e Faustino Miranda têm uma opinião comum para reverter o que conside: ram o alto custo do material escolar.

Faustino Miranda pede uma maior eficácia à Edimel e outras empresas distribuidoras, de forma a minimizar a situação. "Um maior volume de distribuição, sobretudo nas livrarias próximas das áreas periféricas, ajudaria muito", advoga, Carlos Ladith reforça esta posição e considera que já se justifica maior produção.

Na sua óptica, é em função da diminuta distribuição que se veeficam os elevados preços praticados.

Entretanto, a movimentação de pessoas para adquirir material é notável, também, nos mercados paralelos. Por exemplo, no mercado do São Paulo, e com preços um tanto especulativos, é possível encontrar uma quantidade considerável de livros. Só que neste caso, quando não são os interessados a procurar os vendedores, estes vão ao encontro dos clientes. Assim acontece com Zezinho, vendedor ambulante há três anos. Nos últimos tempos percorre parte considerável da baixa da cidade para vender material escolar.

5.2 Ministro da educação defende a formação contínua de professores

Terra Angolana...03-02-07

O ano lectivo 2007 oficialmente está aberto. Muitos alunos que no ano lectivo transacto não tinham possibilidades de frequentarem a escola, auguram fazê-lo este ano se a sorte bater .

Os últimos pronunciamentos, do titular da Educação no país, dão a indicação de que os vários problemas que assolam o sector, poderão ser solucionados em breve trecho.

Em forja estão vários projectos, como aliás deixou patente António Burity da Silva, que efectuou recentemente, visitas a várias províncias do interior do país, para " in - loco ", verificar o funcionamento do sector que dirige.

O governante, passou por Benguela, Kuanza Sul, Huambo e Bié, com o intuito de explicar aquilo que pensa sobre a educação em Angola, bem como apresentar aquelas que serão as linhas "mestras", e os grandes desafios que nortearão o sector para o triénio 2007 - 2009. O grande destaque recai sem sombra de dúvidas na admissão de perto de 50 mil novos professores, que contarão igualmente com uma formação contínua. Durante a sua digressão, o ministro da Educação, António Burity da Silva, deixou patente a intenção de se construir e reabilitar novas salas com

vista a melhoria da qualidade de ensino. O responsável máximo da Educação, revelou por outro lado que, os referidos professores serão admitidos à medida que forem inseridos mais alunos no sistema de ensino, pelo que o seu ministério, deverá brevemente efectuar uma estimativa concreta sobre o número necessário de docentes a serem admitidos. A formação de mais professores no âmbito do programa do alargamento da rede escolar, assim como a melhoria das condições de infra-estruturas escolares e sociais dos docentes, será também um dos pressupostos a serem prosseguidos pelo ministério da Educação.

" É imprescindível que o número de professores a admitir se equacione ao de alunos, porque se actualmente o país conta com seis milhões de alunos, poderá até aos próximos cinco anos, contar entre 10 a 12 milhões", alertou o governante. No quadro do desenvolvimento educacional, o ministro da Educação, anunciou, na capital da província costeira do Kwanza - Sul (Sumbe), que o seu pelouro tem "ambições" de desenvolver um projecto piloto de formação contínua de professores de escolas de ensino primário, através de um programa específico a ser emitido pela rádio local, bem como o alargamento da rede escolar e a formação de professores para as zonas rurais e periféricas. Na vizinha província costeira de Benguela, António Burity da Silva, defendeu a formação e qualificação de formadores da escola de magistério primário e o reajustamento dos institutos médios normais e suas secções ou extensões das disciplinas de acesso ao ensino secundário geral, apetrechamento da escola de formação de professores para o primeiro ciclo e salas de informática. Esta intenção de Burity da Silva, passa inevitavelmente pela melhoria do sistema do ensino no país, assim como também pelo surgimento de institutos médios, situação defendida por vários círculos da sociedade angolana. O défice de institutos médios no nosso país, tem levado a que os responsáveis das "poucas" unidades existentes no país, fiquem "amarrados", quando confrontados com inúmeros candidatos para as "exíguas" vagas. Tal é o caso do Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), onde para este ano lectivo aquela instituição possui apenas 350 vagas, cuja concorrência atingiu perto de 12 mil 320 candidatos.

Por outro lado o ingresso ao Ensino superior em instituições públicas também carece de novas metodologias ou seja no aumento de mais faculdades. Aqui destaca-se a inscrição para os candidatos aos exames de admissão na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, a única pública. Nesta conformidade, António Burity da Silva, aquando da sua passagem pelo Bié, anunciou a abertura breve no município de Kamacupa, de um Instituto Médio Politécnico, que na sua óptica permitirá o

ingresso de mais jovens para o ensino médio, bem como para o desenvolvimento económico da região já que os cursos ali a serem ministrados no futuro instituto serão do critério do executivo local. Durante a sua visita às províncias, Burity da Silva, manteve encontros com docentes, directores de escolas, e representantes de sindicatos, com quem analisou programas . O governante anunciou que está em forja a implementação do projecto de apoio ao ensino básico e a supervisão, e capacitação de docentes com o financiamento da União Europeia, nas províncias do Kwanza Sul, Benguela, Huambo, Bié, Huíla, Cunene e Namibe . Quanto ao "bicudo" problema da " famosa gasosa", que nos últimos tempos tem atingido proporções alarmantes nas escolas do país, o titular da Educação, Burity da Silva, considerou ser "um problema nacional, que afecta todos os sectores de Angola e que deve ser combatido", disse.

De recordar que a abertura do presente ano lectivo, teve lugar no primeiro dia de Fevereiro.

5.3 Preços dos livros escolares

Jornal de Angola...05-02-07

A Empresa de Distribuição de Material Escolar (EDIMEL) anunciou a distribuição, em todo o país, de cerca de 8 milhões de livros, da iniciação à 12ª classe. Em entrevista à Angop, o director da Edimel, João Constanti, no, informou que o processo de transpórtação do material às províncias te, ve início há uma semana. Questão: o que acha dos preços dos livros escolares este ano?



Julieta -Tomás, funcionária pública

Estão muito altos, porque nas tabacarias e livrarias não há. Acho que as entidades de direito deveriam chegar a um consenso, para se venderem os livros a preços mais acessíveis, compatíveis com o bolso de um funcionário público.



Renata Afonso, funcionária pública

Os livros do primeiro nível estão muito mais caros do que o das outras classes. Acho que a abertura de mais livrarias seria a solução para uma possível baixa de preços tanto em Luanda como nas províncias.



Otiniel Neto, estudante

Este ano, em todo o país, os livros estão a ser vendidos a preços exorbitantes, não compatíveis com o salário de um funcionário público com cinco filhos em idade escolar.



Otiniel Bernardo, estudante

Os preços estão exagerados. Nos últimos dias, vamos à livraria e já não encontramos livros. Somente nas praças e com as zungueiras é que encontramos livros até mesmo no valor de 50usd. E os nossos encarregados de educação não têm condição financeira para custear o nosso material escolar a este preço.



Domingos Francisco, funcionário público

Acredito que os preços estão a este valor porque as livrarias passam a vender todo o material escolar às zungueiras e quando chega o momento dos encarregados comprarem o material já não se consegue nada.



Maria José Eduardo, funcionária pública

Antigamente o material escolar era vendido somente nas tabacarias. Hoje, encontramos até na zunga, coisa que faz com que os livros desapareçam das livrarias.



Bruna Paulino, estudante

Os livros estão muito caros. Não se encontram razões para tal. O facto de estarmos num período em que as aulas começam não justifica que os preços se elevem.



Lídia Paulino, estudante

Acho que estão a ser vendidos muito caros. Um livro de português da 1ª classe está a custar dois mil e quinhentos kwanzas, quando em algumas tabacarias - poderíamos encontrar a um preço mais acessível.

5.4 Novos institutos vão albergar treze mil alunos

Jornal de Angola...06-02-07

Os sete novos institutos médios e politécnicos que arrancam, em Luanda, na terceira semana de Abril do ano em curso vão albergar 13 mil novos alunos.

Destas novas instituições escolares, quatro são politécnicas e três do ensino médio. Os municípios de Viana e Cacuaco beneficiaram de dois institutos cada nomeadamente, um politécnica e um médio. Enquanto que, Samba, Sambizanga e Cazenga ganharam cada um. Com a entrada em funcionamento destes novos institutos, a capital do país terá 40 instituições públicas do ensino médio, puniv e politécnicas. As inscrições para os novos institutos iniciarão a partir de 1 de Março, segundo o director provincial da Educação, André Soma, que falava ao "JA".

"Quanto aos professores, e por serem cursos médios e técnicos, além do processo de selecção, beneficiarão de uma acção de formação" disse André Soma, garantido que a verba para tal acção de formação já está garantida.

André Soma afirmou, igualmente, que para o ano lectivo em curso, o ensino privado colocou à disposição mais 238 salas de aulas, que representam três institutos médios e oito puniv, que vão comportar 14 mil e 200 novos alunos. Questionado sobre o número de alunos que concluíram a 8ª classe e o ensino médio no ano lectivo transacto, André Soma realçou que durante o ano lectivo passado, 35 mil alunos concluíram a 8ª classe. E quanto ao ensino médio adiantou apenas os dados dos institutos de Educação. "São aproximadamente 200 mil finalistas", garantiu. A construção destes institutos e mais escolas em Luanda, segundo André Soma, o país conta com o apoio dos governos japonês, chinês e português.

Aquele responsável recordou, por outro lado, que o presente ano lectivo, aberto no passado dia 1 do mês em curso, vai funcionar para algumas Situações em trimestre e para outras em semestre. O primeiro trimestre que iniciou com a abertura do ano lectivo

termina a 4 de Maio e terá duas paragens, uma para o Carnaval de 19 a 21 do mês em curso, e a outra paragem será de 5 a 8 de Abril para a Páscoa. O segundo trimestre arranca a 7 de Maio e termina a 3 de Agosto. Enquanto, o terceiro trimestre que inicia a 6 de Agosto termina a 14 de Dezembro.

Para aquelas instituições que vão funcionar em semestres, o primeiro iniciou igualmente no dia 1 do mês em curso, e termina a 2 de Junho. E o segundo inicia a 9 de Julho, e termina igualmente a 14 de Dezembro.

5.5 Ex-crianças soldados apela para tomada de medidas contra criminosos

Jornal de Angola...06-02-07

Uma antiga criança soldado da Serra Leoa pediu, ontem, medidas concretas aos participantes da conferência internacional "Libertemós as crianças da guerra", que começou em Paris, numa iniciativa do Fundo da ONU para a Infância (UNICEF) e da França.

"Gostava de ver os assuntos resolvidos", disse Ishmael Beah, de 26 anos, que começou a matar com 12 ou 13 anos. Naquela "fase da minha vida, disparar contra quem quer que fosse tornou-se numa coisa tão fácil como beber um copo de água", contou.

A conferência de dois dias visa dar um novo impulso à luta contra o recrutamento de menores por forças ou grupos armados em conflitos, juntando mais de 250 representantes de doadores e de países afectados por este problema, instituições internacionais e organizações não governamentais.

"Mais do que um crime de guerra, a existência de crianças soldados é uma bomba-relógio que ameaça a estabilidade e o crescimento de África e de outras regiões", afirmou na abertura do encontro o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Philippe Douste-Blazy. Na inauguração da conferência também participou a representante especial da ONU para as crianças e os conflitos armados, Radhika Coomaraswamy. A conferência concluirá com a adopção dos "Compromissos de Paris" pelos Estados participantes que prometerão pôr fim à utilização "ilegal e inaceitável das crianças nos conflitos armados", segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. Na reunião também serão apresentados os "Princípios de Paris" que actualizam os "Princípios do Cabo", adoptados em 1997 numa reunião naquela cidade sul-africana e que devem assentar numa definição mais estrita da criança soldado. Os "Princípios de Paris" servirão de base para a elaboração de programas de protecção, libertação e reinserção "duradoura" das crianças soldados, através da prevenção do recrutamento de menores e elegendo os casos de raparigas

como prioridade. Os programas realizados desde há dez anos para as crianças soldados permitiram perceber melhor as dificuldades destas crianças, pelo que a conferência será uma ocasião para fazer aumentar os recursos necessários.

"Temos feito progressos retirando as crianças dos campos de batalha e devolvendo-as às suas comunidades e salas de aulas escolares, mas muito continua ainda por fazer confessou a directora do UNICEF.

A conferência está a ser realizada tendo por pano de fundo os preparativos para o primeiro julgamento no Tribunal Penal Internacional (TPI) de um acusado de recrutar menores de 15 anos, o líder rebelde da RD Congo Thomas Lubaga Oyilo, acusado de recrutar menores de 15 anos e de crimes de guerra e contra a humanidade. O recrutamento das crianças soldado é um "crime contra a humanidade" e aqueles que o praticam devem prestar contas, advertiu o ministro dos Negócios Estrangeiros francês. Actualmente, calculase que existam mais de 250 mil menores recrutados ou utilizados por forças ou grupos armados, essencialmente em África, mas também na Ásia e na Colômbia (pela guerrilha).

A proporção de raparigas atinge em certos casos 40%, segundo dados que estão a ser difundidos na conferência.

5.6 Barra do Dande tem mais 22 escolas

Jornal de Angola...07-02-07

A comuna da Barra do Dande, na província do Bengo, beneficiou, nos dois últimos anos, de 22 escolas do ensino básico, construídas ou reabilitadas pelo Governo angolano, o que permitiu a entrada no sistema normal de ensino de três mil 762 alunos. Segundo a administradora comunal, Felisberta da Costa, que não adiantou o montante empregue, o projecto foi materializado no quadro dos investimentos públicos, visando a melhoria da prestação de serviços básico à população.

"Nos dois últimos anos, a comuna registou um crescimento significativo no domínio social e os benefícios deste gesto já começam a se notar, sobretudo na diminuição do número de crianças fora do sistema de ensino", referiu.

A administrador destacou a edificação, no mesmo período, de 13 postos médicos que têm acudido doentes com malária, diarreias, infecções urinárias e pulmonares, doenças, sexualmente transmissíveis e febre tifóide, patologias mais frequentes na região. Felisberta da Costa mencionou ainda a entrada em funcionamento de um sistema de abastecimento de água potável, a edificação de um novo mercado

comunal e a conclusão do projecto de construção de uma outra sede para a administração comunal, cujas obras deverão arrancar este ano. De acordo com a administradora, estas acções têm permitido melhorar a eficiência dos serviços públicos, assegurado uma governação mais participativa e promovido a harmonia social da população. A localidade da Barra do Dande integra o município do Dande, que está igualmente a sentir os efeitos dos esforços da administração local, visando o restabelecimento do fornecimento de energia eléctrica. Por seu turno, a administradora municipal do Dande, Josefa José, acrescentou que o Programa de Investimentos Públicos tem ajudado na revitalização da circunscrição, sobretudo na sede municipal e na Barra do Dande, além de atrair mão-de-obra especializada. Segundo ela, a mão-de-obra especializada é a principal dificuldade da sua gestão. Com uma população estimada em 17 mil 168 pessoas, a Barra do Daride tem na pesca e no turismo a sua principal fonte de receita.

5.7 140 mil alunos vão à escola em Cabinda

Jornal de Angola...08-02-07

Mais de cento e quarenta mil alunos, matriculados em vários níveis de ensino geral, vão frequentar o presente ano lectivo em toda extensão da província de Cabinda, segundo fonte da direcção provincial da Educação e Cultura.

Para o ano lectivo 2007, iniciado terça-feira, estão à disposição 289 escolas, 803 salas e quatro mil e cem professores. O director da Educação, João - Chissina Mabiala, garantiu que as condições para o arranque do ano lectivo foram minuciosamente preparadas, para que o mesmo tenha os êxitos pretendidos. Entretanto, no primeiro dia de aulas registou-se uma presença significativa de professores e uma ausência notável de alunos em quase todas escolas. O Jornal de Angola apurou que cerca de dois mil e quinhentos alunos, dos cinco mil que concluíram a 8ª classe no ano lectivo transacto, não vão estudar, devido a exiguidade de vagas nos institutos médios, sediados na cidade de Cabinda. De acordo com o director provincial da Educação e Cultura, João Chissina Mabiala, a província necessita de pelo menos, 350 salas de aula, para atender os alunos que encontram dificuldades de ingresso no ensino médio, para além das quatro mil crianças que estudam em capelas e noutros locais impróprios.

No acta de abertura oficial do ano lectivo, João Chissina Mabiala disse que este ano poderá ser melhor em relação aos anteriores, pelo facto de os professores de diversos níveis de ensino terem beneficiado de seminários de capacitação e actualização, no âmbito da reforma educativa, e de documentos normativos de

apoio ao processo docente educativo. João Chissina Mabiala sublinhou, no entanto, que o professor é um arquitecto das mentalidades e formador das novas gerações, por isso exige-se-lhe uma forma de ser, de estar e de fazer diferente na sociedade. Acrescentou que a direcção provincial da Educação e Cultura vai levar a cabo um trabalho de selecção de docentes, com base nos processos de mudanças em curso no sector.

"Os directores das escolas são os primeiros inspectores e supervisores, por isso vamos exigir deles mais dinamismo e empenho. Vamos, também, propor a substituição daqueles que continuam a patentear falta de iniciativa, criatividade e capacidade.

Apesar do défice de salas de aula, que ainda se regista na província, sobre tudo na cidade de Cabinda e arredores, o responsável local da Educação referiu que as crianças em idade escolar foram as priorizadas no acta das matrículas, de forma a se evitar que hajam alunos com idade escolar fora do sistema de ensino. Adiantou que o sector vai prestar maior atenção na criação de condições sociais dos seus trabalhadores, bem como na avaliação do seu desempenho, com vista a sua promoção, à luz das orientações existentes. Chissina Mabiala prometeu resolver os problemas dos professores que pretendem aumentar os seus conhecimentos académicos e profissionais, principalmente aqueles que leccionam em locais mais recônditos da região, através da frequência de escolas de formação de professores e, o seu enquadramento nos centros de formação permanente e no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Manuel António Gime, membro do governo de Cabinda, apelou aos docentes no sentido de combaterem a corrupção, uma vez que o país necessita de quadros capazes de enfrentar os novos desafios. Segundo disse, "professores há que se deixam levar pela corrupção e outros fomentam-na pensando que é esse o comportamento ideal para resolver os seus problemas, pondo em causa os objectivos preconizados pelo Ministério da Educação".

Enquanto isso, os alunos em mensagem lida, ressaltam a necessidade do governo local melhorar as condições de trabalho dos docentes, de modo a permitir-lhes exercer a sua actividade sem sobressaltos.

5.8 Governo impõe reforma educativa sem meios

Folha8...10-02-06

O Bispo de Benguela, D. Óscar Braga, criticou as autoridades governamentais por imporem uma reforma educativa sem ter os meios para o fazer, obrigando milhares de crianças a sair do sistema de ensino, com a proibição de classes com mais de 30 alunos acabando a

medida por ter consequências graves e contrárias aos seus intentos, deixando muitas crianças fora do sistema de ensino.

"É um disparate. A reforma até pode ser muito boa mas devia ser feita de forma gradual. Assim, como está a ser feita, não faz sentido nenhum", disse o bispo de Benguela. "Não estamos a falar das que ficam habitualmente fora do sistema, que também são muitas, mas de crianças que já estavam dentro do sistema e que agora vão ter de ficar em casa sem fazer nada. Crianças que fizeram a 4ª classe e agora não podem passar para a 5ª classe; porque não há salas de aula, nem professores", explicou D. Óscar Braga. Reconhecendo que foram inauguradas este ano muitas escolas em Angola, incluindo na sua província, o bispo de Benguela frisou que o número continua a ficar aquém das reais exigências de uma população muito jovem. "Fizemos bastantes escolas mas são ainda manifestamente insuficientes", acrescentou o prelado.

O ano lectivo começou oficialmente no princípio do mês, envolvendo mais de cinco milhões de alunos, de acordo com previsões avançadas pelo vice-ministro da Educação para o Ensino Geral, Pindão Simão, acrescentando que cerca de 500 mil novos alunos entraram este ano para o sistema de ensino, que conta, em princípio, com 21 mil professores.

5.9 É preciso massificar a educação e o ensino

A Capital...17-02-07

Importância da frequência às creches e classe da iniciação é uma das situações que o início do ano lectivo permitiu constatar. A desorganização na distribuição dos materiais, a necessidade de mais salas para a iniciação, bem como a desvalorização dos calendários são outros pontos.

O relógio marcava 7h:23 minutos e a pequena Lukénia de 6 anos de idade que pela primeira vez vai à escola está ansiosa e preparada, agarrada que está a sua mochila, com os parques livros e cadernos.

A disponibilidade e despreocupação que caracterizam a pequena indicam alguma preparação anterior, pois nessa mesma altura, como é da praxe no início das aulas, outras tantas crianças que se encontram na mesma condição estarão a chorar por terem sido tiradas da cama, tão cedo. Em Angola o número de crianças que se encontram na segunda condição, com certeza é maior, pois especialistas defendem resultar da falta de preparação nos anos que antecedem o contacto da criança com a escola que passaria pela creche e ou classe de iniciação.

Porém o difícil ingresso tanto nas instituições públicas como nas privadas, impostas pelas vagas limitadas nas

primeiras e os preços elevados na segunda faz com que muitas crianças deixem de frequentar os importantes níveis para descontentamento de milhares de encarregados. Celeste Sawinji de 25 anos de idade que pretende encontrar uma creche para o seu primeiro rebento de quase um ano está a enfrentar tais embarços. "Só estão a aparecer creches entre 70 e 150 dólares e eu só posso pagar até cinquenta", desabafa a jovem. Entretanto, este é um de muitos casos, enfrentados por pais e crianças que, por várias razões, não frequentam os diferentes níveis de ensino, sendo o mais importante de todos a iniciação. A problemática da pré escola em Angola arrasta-se há vários e ainda não foi no ano lectivo 2007, que se viram reduzir, principalmente, no tocante ao elevado custos dos materiais didácticos, longe de estarem ao alcance da maioria dos encarregados de educação de média e baixa renda.

Agitação no São Paulo o bairro do São Paulo em Luanda, a cada início de ano, parece transformar-se na maior livraria ao ar livre, tal é a agitação de encarregados de educação e alunos, na procura de livros e materiais escolares a bons preços. É um corre corre, empurra e aperta, para entrar no primeiro sitio, onde se podem adquirir os bens desejados, para satisfação de quem procura resolver o seu problema, de qualquer forma. E quando a loja está complicada, nada melhor do que recorrer a zungueira, com o filho nas costas e a bacia na cabeça cheia de livros, "a bom preço mano, para o filho estudar", dizem na sua serenidade incontida. Estas mulheres cujo faro comercial é digno de registo, são vezes sem conta roubadas e importunadas por agentes policiais que dificultam a sua actividade, mas pior que isso é quando as roubam, elas que são verdadeiras chefes de família, ante o desemprego masculino que campeia, entre nós. Este cenário, muitas vezes preenchido por correrias, entre zungueiras e policia é aproveitado pelos gatunos. Mas são também a demonstração das gritantes debilidades na produção e distribuição de materiais didácticos no País. E a isso junta-se o descaso das autoridades educacionais, como ficou demonstrado, ao negar-se deslocar a Assembleia Nacional, onde deveria dar esclarecimentos a Comissão de Educação e Ensino, onde os deputados gostariam de ouvir pormenores e razões do ministro da Educação, António Burity da Silva. E é de descaso que ano vem, ano vai, caminha o desestruturado sector de Educação e Ensino, que o regime no poder, mantém em Angola, com prejuízos gritantes para as gerações futuras.

E como em política não há coincidências, este quadro demonstra ser melhor para o poder ter um povo analfabeto, para continuar a reinar a cidadãos letrados, capazes de questionarem as suas opções.

5.10 Merenda escolar

Jornal de Angola...28-02-07

O Governo disponibilizou cerca de trezentos milhões de kwanzas para distribuição de merenda escolar, no presente ano lectivo, em escolas primárias do país. Questão: qual é a sua opinião em relação a esta medida?

Figueira Adão, técnico de frio industrial

Creio que esta medida vai, de certa forma, ajudar os meninos estudantes a permanecerem na escola até ao final das aulas, pois acho que muitas crianças só não assistem a todas as aulas, e em tempo integral, pelo facto de algumas saírem de casa sem o pequeno almoço. A medida do Governo é louvável.

José Garcia, funcionário público

Penso que esta medida vai incentivar os meninos a gostarem um pouco mais da escola, porque a criança gosta de ter um lanchinho aos intervalos. Portanto seria realmente bom se esta medida fosse extensiva e envolvesse todas as escolas primárias.

Djamila Domingos, estudante

Vai ser realmente benéfica esta medida. Nem todos os pais dispõem de condições financeiras para pelo menos dar um lanche aos meninos. Portanto são inúmeras as vezes que as crianças têm de ir à escola sem tomar o pequeno almoço. Acho que esta medida serve de alívio tanto para os pais quanto para os próprios filhos.

Judith Nhanga, funcionária pública

Esta medida foi bem tomada e deve de facto merecer o nosso apoio. Só esperamos que esta medida continue sem mais paralisação. Acho que esta medida vai também se repercutir no próprio desempenho da criança, como também vai ajudá-la a permanecer na escola o tempo que for necessário.

Agostinho da Conceição, estudante

Nenhuma criança consegue permanecer na escola com a barriga vazia, e é este o motivo que leva as crianças a abandonarem a escola, antes de terminarem as aulas, pois não suportam a fome. Creio que o Governo tomou uma medida que vai beneficiar aquelas crianças cujas famílias não têm muitas possibilidades.

Ana Fernandes, estudante

Acho que esta medida já havia sido tomada e materializada. Só não sei as razões que estiveram na origem da sua paralisação. Mas o reatamento é bem vindo, pois vai, de facto, trazer benefícios. Antevejo efeitos positivos desta medida ora tomada.

Josefa da Conceição, estudante

Penso que esta medida foi bem pensada, dado que vai melhorar o desempenho do menino na sala de aulas. Ir à escola sem ao menos comer qualquer coisa, porque não se tem nada, não ajuda a criança a reter os conhecimentos transmitidos pelo professor. Acho a medida positiva.

Reinaldo Santana, estudante

Esta medida vai incentivar as crianças a se entregarem à actividade escolar. As crianças gostam de merendas, gostam de bolachinhas, sucos, enfim. Sou de opinião que esta medida se estenda a todas as escolas primárias, para que um número considerável de crianças beneficie de merenda escolar. Espero que os efeitos sejam positivos.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Governar sem perspectiva

Terra Angola...03-02-07

Caiu bastante chuva sobre a capital do país e os danos são esses, aos olhos de todos. Mais do que simples obra da natureza, as enxurradas levantaram o véu da governação que temos.

O que na verdade transpareceu aos olhos dos luandenses depois do vasto leque de destruições que a chuva deixou é o que já se pode chamar de insuficiências no sistema de governação que Angola possui. Sobre o governador de Luanda e seus subordinados esta devia servir de chamada de atenção para a percepção de que a governação faz-se junto e para os governados e nunca a partir apenas dos escritórios climatizados. Ou seja, a proximidade com o cidadão permite tomadas de posição que se coadunam com o que o povo quer.

É comum dizer-se em vários círculos da capital que uma boa prestação do Executivo de Capapinha, cujo exemplo se devia alastrar aos restantes governantes do país, passaria pela governação de proximidade, através de deslocações permanentes e frequentes dos dirigentes do mais alto escalão aos municípios para se inteirarem "in loco" dos problemas e insuficiências dos subordinados.

Entre ir à Samba, aqui bem próximo, apenas para ver o povo encharcado com os bens todos a boiarem sobre as águas das chuvas e ir lá uma ou duas vezes por semana em companhia do administrador municipal, entidades comunitárias, sobas e líderes religiosos, trocar com eles experiências sobre como gostariam de ser governados, seria melhor ficar com a última opção.

Bons governantes, que tenham encarnado com realza as condições de vida da população sobre sua responsabilidade, precisam de escutar o que se diz contra si, sobre S1 e sobre o que fazem, para saberem avaliá-lo e tomarem decisões que se ajustem às verdadeiras aspirações dos cidadãos.

Registe-se que não foi com bom agrado que a sociedade, sobretudo luandense, acolheu alguns pronunciamentos do governador de Luanda na conferência de imprensa que realizou dia 24, na sede do Governo da província, justamente um dia depois da sua deslocação à Samba e outras zonas sinistradas, ao dizer de forma irónica que o Governo avisou, mas como a população acreditou na ONG SOS Habitat, agora sobra para o Governo".

Para muitos moradores de zonas afectadas, as palavras

do governador foram chocantes, na medida em que, se o Governo olhasse para aqueles que são tidos como seus parceiros na acomodação da população, muitos problemas seriam resolvidos atempadamente.

No caso das ONG's vocacionadas para a defesa dos direitos habitacionais dos cidadãos, tudo quanto foram fazendo na sua acção filantrópica foi tão somente alertar os governantes no sentido de garantirem condições aceitáveis desde as de segurança às de sanidade, nos locais de residência. Quanto a isso, o Governo ficou a perder, porque até mesmo o afamado Zango não foi capaz de suportar as chuvas que se abateram sobre Luanda. Simplesmente as casas ficaram alaga das, inclusive no próprio projecto Nova Vida houve casas que meteram água.

Então o problema é de aparente negligência na prática de um sistema de governação afastado dos interesses da população. Foram disponibilizados 10 milhões de dólares para colmatar os problemas da população sinistrada, mas já se vai dizendo que não bastam para quase nada. Essa população vai abrigar-se provisoriamente em tendas. O que será delas depois, não se sabe!..

6.2 Zango longe de ser a terra prometida

Angolense...03-02-07

Depois de terem sido, compulsivamente desalojados de suas residências, na Boavista, então considerada zona de risco e transferidos para o Zango, após as últimas enxurradas, os moradores compreenderam que, afinal, a vila está longe de ser o paraíso. É caso para dizer, a desgraça", lhes persegue

Ao chegar na vila do Zango, na conhecida zona da EPAL, um cenário distinto: muita água parada e casas desabitadas. A água, segundo moradores, surgiu em consequência das fortes enxurradas que no dia 22 se abateram sobre a cidade de Luanda.

Já as casas abandonadas essas, são de populares que, por terem visto os seus domicílios inundados, mais não fizeram senão as abandonar, sob pena de correrem outros riscos. "A água aqui atingiu níveis altos, para se protegerem os moradores preferiram sair e ficar nas parte altas», explicou Fernando Gongo, ele que também teve que fugir das fortes correntes de água. Quando o encontramos em sua casa, ainda estava a avaliar os estragos provocados pela chuva «Tivemos muita sorte. Mas, perdemos toda a documentação», acrescentou o nosso interlocutor.

Nas mesmas condições encontramos C.P, (pediu que usássemos apenas as iniciais do seu nome), e contou-nos que teve que permanecer fora de sua casa durante três dias, pois, «tudo estava muito molhado e não dava

para passar». Na busca de alguma comodidade recorreu à casa de familiares.

Na manhã de terça-feira, 30, C.P e esposa estavam ainda a avaliar os estragos provocados. Como alfaiate da zona, via-se em dificuldades, uma vez que parte das encomendas que lhe haviam sido dadas ficaram completamente destruídas. «Essa parte já não tem aproveitamento», indicou, apontando para um enorme amontoado de peças de vestuário que se encontrava na altura a entrada da sua casa.

Nesta situação não está somente C.P. Vários populares sentiram na carne a fúria das fortes correntes de água. «Fomos retirados quase à força, de onde estávamos. Para viver aqui tínhamos que ter um mínimo de condições», reclamou outro cidadão, que como C.P se recusou identificar-se temendo represálias.

Também ex-morador da Boavista, na zona da rotunda, mostra-se agastado sobretudo pelos critérios usados no realojamento dos moradores. Constata que «pessoas que moravam em boas zonas agora estão em áreas críticas», resmungou.

«O problema que estamos a viver é de fácil resolução», começou por dizer Fernando Gongo, morador da vila há um ano. Este cidadão é de opinião que as contas para a construção da vila foram mal pensadas no que à construção das casas se refere. «No Zango não há saneamento», observou.

Por estar situada na parte baixa, a zona da EPAL como os moradores chamam, foi a mais afectada, uma vez que, por falta de valas de drenagem para o escoamento das águas, estas acabam por inundar as residências.

O RETROCESSO

Quando há seis anos Ngueve e familiares viram-se obrigados a abandonar a sua residência construída na zona do MotoCross (Boavista), uma ideia perpassava-lhes pela cabeça, «mudança». Lembra que, de facto, as condições em que viviam não eram das melhores. «Estávamos mesmo em perigo», reconheceu Ngueve que, entretanto, se desiluiu ao se aperceber de que haveriam de morar em tendas. Ainda assim, conformou-se, pois, «havia garantias de que a permanência nas tendas era para pouco tempo». Para a materialização deste sonho foram necessários três anos de espera.

Sem energia eléctrica, esgotos e água, a casa foi construída, e com confusão e várias reclamações pelo meio, acabou por pertencer à ela e seus familiares.

Ultrapassadas as complicações, julgou que, finalmente, as coisas andariam dentro da normalidade. O sinal de alerta veio em forma de chuva. Se na enxurrada do dia 17 conseguiu escapar, na do dia 22 as coisas aconteceram de forma diferente.

Lembra que, se apercebeu da chuva as cinco da manhã, «não liguei, pensei que não íamos ter problemas», explicou, acrescentando que momentos depois

despertou com o barulho do marido, que tentava, a todo custo, salvar os poucos pertences que possuíam. As águas, porém, teimavam em entrar para dentro da casa, apesar das barreiras.

Tal era o cenário, que não restou outra alternativa, àquela família senão refugiar-se em casa da mãe de Ngueve. O companheiro permaneceu na casa inundada para cuidar das sobras das coisas. Ngueve hoje tem uma certeza: «pensei que com a nossa vinda para aqui, não teríamos mais este tipo de problemas, assim não dá», disse agastada.

No senso comum dos moradores, que as autoridades competentes considerem com urgência a abertura de valas de drenagem como prevenção contra eventuais enxurradas futuras. Eles reclamam igualmente que seja construído um sistema integrado de esgotos com capacidade de escoamento das águas domésticas.

6.3 "Patriota" já vai em 60 milhões de dólares

Agora...03-02-07

O presidente da Cooperativa "O Lar do Patriota" reiterou o facto de os angolanos estarem mal alojados. Entretanto, o empreendimento habitacional que dirige, mesmo com alguns percalços, pelo meio, continua imparável

As enxurradas que caíram nos últimos dias em Luanda afectaram também o Lar do Patriota, empreendimento habitacional que vem sendo erguido a sul de Luanda e que tem à frente o general na reserva e arquitecto urbanista, António Henriques da Silva (Dinguanza).

Embora não nos tenham sido revelados em pormenor, os estragos causados pelas cargas pluviométricas, soube-se que, pelo menos, o tecto falso de uma das residências da "Urbanização Harmonia" terá desabado, mas a cooperativa, terá tratado já de repor os danos para gáudio do sócio afectado. O presidente da cooperativa, instado sobre o problema, explicou que as "chuvas foram de grande intensidade e por isso mesmo era natural que algumas casas fossem afectadas", tal como aconteceu na própria cidade de Luanda e arredores. Para já, disse ele, "temos casas no projecto há cerca de seis anos e nunca tivemos problemas. As chuvas deste ano destruíram e mataram".

As obras de construção daquilo que há-de ser uma cidade a sul de Luanda continuam imparáveis e terão já consumido, segundo "Dinguanza", cerca de 60 milhões de dólares, tendo sido éoncluídas 552 casas. Outras mil e 300 estão a ser erguidas e no total serão cerca de cinco residências de baixa, média e alta renda.

Até a este momento, o desenvolvimento do projecto representa cerca de mil postos de trabalho. Na sua opinião, o projecto atingiu um ponto em que era

necessário atingir, e, agora, a cooperativa só pode seguir em frente. "Começamos com borrões, enflm, muitas dificuldades. Enfrentamos desentendimentos que, em muitos casos, resultaram até na deserção de sócios. Mas não caímos porém, no descrédito. Aguentamos a barra e hoje as coisas melhoraram e há compreensão", notou. Quando terminarem as distintas fases do projecto, ele poderá servir a um universo de 30 mil pessoas e estará provido de infraestruturas de lazer, saúde, educação, só para citar estas. No entender do interlocutor, os angolanos estão mal alojados e há um défice muito grande em termos de alojamento.

"Existem alguns indícios de construção habitacional em Luanda, Lubango, Huambo e Benguela, mas estes não representam ainda grande coisa. Há muito por fazer", sublinhou, dando a entender que a população tem de deixar de viver nos "guetos" desprovidos de luz, água e saneamento básico. Mas é este problema que deveria tirar sono a quem manda, dando incentivos aos agentes capazes de revolucionar o sector da construção de casas para atender a procura que é grande na cidade e no quimbo. Cultura associativa. Um dos aspectos que tem ensombrado o projecto é a ausência de uma cultura associativa que faça com que as pessoas honrem os seus compromissos com as quotas. Isso da fuga ao pagamento de quotas, não restam dúvidas, está generalizado e na cooperativa "Patriota", as coisas passam-se da mesma maneira. Os sócios que a ela aderiram, muitos deles têm se recusado a pagar as suas contribuições mensais. A situação estava à beira de provocar o colapso do projecto. Estava já a tomar contornos muito difíceis, e por isso, o nosso interlocutor indicou que, houve a necessidade de ir à busca de alternativas, nomeadamente, financiamentos, fazendo com que os "teimosos" fossem ultrapassados e fosse salva a construção das casas. Veio daí a entrada de empresas ctunesas, com o seu "Know how", e também de algumas empreiteiras nacionais que continuam ímparáveis na senda da conclusão das obras, que são aguardadas com muitas expectativas entre os sócios, sobretudo, aqueles que já depositaram boa parte do dinheiro. No "Patriota", o problema dos acessos e circulação interna, pode vir a ser resolvido, agora que as autoridades têm as suas setas viradas para este fim, não só neste projecto, mas também noutros em andamento na capital e no resto do país, segundo apurou este jornal. o problema dos materiais de construção também foi aflorado na conversa com "Dinguanza" e ele advoga que o recurso às importações toma as obras muito caras e em face disso acredita que com o incremento da produção interna do cimento, tijolo, telhas, mosaicos, pavimentos, só para citar estes, os preços das casas seriam mais acessíveis.

É também a dependência do exterior que, de acordo com ele, tem provocado o atraso na entrega das casas.

Uma morosidade que tem elevado os nervos dos sócios que depois de depositar parte do dinheiro da empreitada, ou não, acabam por reclamar a casa no dia seguinte.

"A morosidade é uma questão de Nação e não do projecto", defendeu o nosso interlocutor dando mais uma vez ênfase à questão da dependência das importações dos materiais de construção, que ao passarem pelos portos, ficam ainda mais encarecidos. Instado das vantagens que encerram os projectos habitacionais do género, revelou que "os condornfuios engendram segregação, distanciando as classes sociais umas das outras" .

"Atrás dos condornfuios vem uma série de problemas de indivíduos que, divorciados da população criam uma psicose de medo, distanciando-se dos outros moradores", apontou asseverando que este é um fenómeno que mais se propaga entre crianças. Contudo, indicou que no Patriota tudo isso terá sido acautelado fazendo com que nele coabitem todas as classes sociais, uns com mais e outros com menos recursos financeiros.

"Tem de haver entrosamento entre as distintas classes. Tem de haver espírito de irmandade para se evitar a violência motivada pela separação entre ricos e pobres", acrescentou, explicitando que por isso mesmo na cooperativa sob sua responsabilidade haverá vários serviços integrados, como cinemas, hotéis, campos de golf, de futebol, shopping's, entre outros que poderão ser acessíveis a todos. Debruçando-se sobre o actual desenvolvimento urbanístico da cidade capital, chegou a reiterar que o mais importante será o descongestionamento do casco histórico da urbe. No seu entender, seria melhor transferir as grandes empresas para a periferia. Assim, a cidade histórica poderia se manter para continuar a ser memória dos angolanos.

6.4 «Falsos» brigadeiros e coronéis assaltam moradores do Gika

Agora...03-02-07

O arranque das obras de um hotel e shopping nas instalações onde durante largos anos funcionou a antiga escola político-militar «Comandante Gika» poderá tardar a acontecer, caso os principais interessados no projecto não intervenham no processo de realojamento dos cidadãos que ali fizeram morada, sobretudo oficiais do Exército que leccionaram na ex-instituição de ensino castrense.

Por se tratar de oficiais e únicos que habitam nas residências existentes na antiga escola, estes indivíduos pretendiam ter um tratamento «especial», diferente dos

outros moradores, constituídos maioritariamente por deslocados de guerra. Porém, além de não terem merecido um tratamento diferenciado, os cidadãos em causa ficaram ainda desprovidos das residências atribuídas inicialmente no projecto habitacional do Panguila e correm sérios riscos de ver as residências do «Nova Vida» em mãos alheias.

Uma das principais razões do constrangimento prende-se com o facto de o próprio Estado-Maior General e o Ministério da Defesa estarem agora à margem do referido processo, depois de terem jogado um papel preponderante no passado. Havia garantia destas duas instituições de que o direito destes quadros das Forças Armadas seria salvaguardado, por intermédio de contactos feitos com os generais Mário Lopes Teixeira «Manino», então director da escola Comandante Gika, José João Afonso «Mayunga», conselheiro do ministro da Defesa, e o tenente-general «Couceiro», ex-chefe adjunto da Divisão de Ensino do Estado-Maior General, agora investido como chefe do gabinete de Intercâmbio Internacional do Estado-Maior.

Terá sido com base nos contactos mencionados que, a dado momento, Kundi Paihama, ministro da Defesa, enviara ao seu homólogo das Obras Públicas, Higinio Carneiro, uma relação contendo os nomes dos efectivos que habitavam no Gika. Naquela altura figuravam entre os primeiros beneficiários, mas a posição inverteuse, estando os mesmos agora numa posição desfavorável. Acreditam eles que estejam a ser vítimas de algum grupo estacionado no Estado-Maior General, composto por oficiais que propositadamente abandonaram o processo para tirar dividendos pessoais.

Segundo informações chegadas ao Semanário Angolense, entre os pretendentes das moradias do «Nova Vida» consta um grupo de 48 militares, nomeadamente três brigadeiros, 11 coronéis, oito tenentes-coronéis, 15 majores, quatro capitães e um superintendente da Polícia Nacional. Essa relação foi enviada por uma comissão de moradores, integrada pelos cidadãos Baptista, Luís e Gâmbôa, mencionados como oficiais na reserva, mas desconfiase seriamente que nem todos os citados sejam moradores da antiga escola das FAPLA e muito menos efectivos das FAA, de acordo com fontes deste jornal.

«Muitas destas pessoas, cujos nomes foram enviados como militares, nunca foram tropas e nem devem estar registadas nos processos das extintas FAPLA ou das FAA. São sobrinhos, irmãos e filhos», desabafou um dos injustiçados, adiantando que foram critérios como estes que determinaram a ida de muitas pessoas ao Panguila, mesmo não sendo moradores do Gika.

Os critérios de atribuição de casas no Panguila terão sido nebulosos, ao ponto de muitos dos que receberam as residências nesta área, a norte de Luanda, terem

regressado às antigas moradias. As casas atribuídas neste «condomínio» acabaram e algumas pessoas, segundo informações não confirmadas, correm o risco de ser integradas no lote dos sinistrados pelas últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda.

Consta que os três membros da comissão de moradores, que nunca chegaram a ser eleito pelos representados, estejam a agir em conformidade com os seus interesses particulares, dando primazia a indivíduos das suas regiões de origem, concretamente da província do Moxico, em detrimento de outros cidadãos. Por outro lado, há quem diga que miraculosamente podem aparecer chaves para quem tiver em mãos qualquer coisa como três mil dólares e ter acesso a uma residência para morar no Panguila.

6.5 Cooperatias de Benguela constroem novas casas

Jornal de Angola...07-02-07

Os prejuízos provocados pelas últimas enxurradas, que tiveram lugar em várias províncias do país, estão avaliados em 85 milhões de dólares (cerca de sete bilhões de kwanzas).

Este dado foi avançado, ontem, em Luanda, na Assembleia Nacional, pelo ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, quando traçava o quadro resultante da calamidade que se abateu em Angola.

As chuvas, que tiveram particular relevância nas províncias de Luanda; Bengo, Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Kwanzas-Norte e Sul, Moxico, Cuando Kubango, Lunda Sul e Zaire, provocaram a destruição de 10.353 casas, o desalojamento de 28.531 famílias, o desaparecimento de 10 pessoas, o falecimento de 114 e o desabamento de 38 pontes. A fúria das chuvas torrenciais, segundo o relato do ministro, remeteu a escombros cinco postos de saúde e arrasou quatro mil hectares de terrenos. Em jeito esclarecedor, o ministro exemplificou, que, em Luanda, em 22 de Janeiro, as quedas pluviométricas atingiram a escala de 152, 5 milímetros, valor que não se registava nos últimos 30 anos. No entanto, a situação climática não vai se alterar, de acordo com fontes do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, recorrendo a dados de outros países. Por isso, nos próximos três meses, há previsão de aumento de chuvas, principalmente nas províncias situadas a Norte, Nordeste, Este e centro do país. Esta perspectiva ultrapassa os níveis normais da época chuvosa.

Para minimizar os estragos decorrentes das chuvas, o Governo está a apoiar as populações das regiões afectadas com vários bens, como chapas de zinco, produtos alimentares, meios limpeza, higiene, tendas, cobertores e

reservatórios de água, entre outros.

6.6 Bancos financiam projecto "Nova Vida"

Jornal de Angola...09-02-07

O Ministério das finanças da República de Angola (MINFIN) conferiu mandato ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), para agir como seu consultor financeiro na estruturação, montagem e intermediação da operação financeira no montante em kwanzas equivalente a 157 milhões de dólares (12,6 biliões de kwanzas), para o financiamento da segunda fase do Projecto Nova Vida.

De acordo com uma nota do Minfin, coassinada pelos bancos credores, o valor abrange o custo das infra-estruturas, superestruturas, estudos e projectos para a construção de 1.862 habitações numa área 216.000 m², além de terrenos destinados actividades comerciais, numa área de 271.000 m².

Do total de 1.862 habitações, 372 unidades (20% do total) serão vendidas a funcionários públicos na modalidade de "renda resolúvel", ou seja, mediante o pagamento de rendas periódicas durante um período de 20 anos.

Investido nesta qualidade, o BPC convidou todas as instituições financeiras operadoras do mercado financeiro angolano a participarem na citada operação, por meio de uma operação estrutura da de sindicato financeiro, suportada por uma emissão especial de Obrigações do Tesouro em moeda nacional (OT-MN), aprovada pelo Conselho de Ministros na sua sessão de 25 de Outubro de 2006.

Nesse âmbito, os bancos do sindicato assumiram o compromisso em tomar firme 80% do montante total da emissão, cabendo 30% ao BPC, na qualidade de Agente da operação, 2,5% ao Banco de Fomento de Angola (BFA) e 25% ao Banco Totta de Angola, na qualidade de co-líderes. Os 20% remanescentes foram subscritos por cinco outros Bancos (BAI, SOL, MILLENIUM, BPA e BRK), com destaque para o BAI, com 11,8% da emissão.

Dois importantes marcos estão subjacentes nesta operação, segundo a nota - do Minfin. Primeiro, será o maior valor desde sempre de uma operação de sindicato financeiro estruturada em moeda nacional entre a principal Instituição Financeira Pública do país e bancos privados angolanos. Depois, esta será igualmente a primeira operação financeira em que títulos do Tesouro Público de médio e longo prazos, emitidos em moeda nacional, beneficiando de regimes concessionais nos âmbitos fiscal e da flutuação cambial,

estão a ser colocados livremente no mercado de capitais. Com efeito, as OT-MN colocadas no mercado interbancário para a subscrição pelos bancos poderão ser transaccionadas no mercado secundário, entre os próprios bancos e com os seus clientes, incluindo as instituições financeiras não bancárias, através de operações de retalho, criando-se uma oportunidade especial de diversificação das carteiras de investimento dos aforradores nacionais, através da aplicação dessas poupanças em Títulos do Tesouro de prazos de 12 a 84 meses.

Assim, ressalta a fonte, o Governo de Angola contribui de forma decisiva para estimular a emergência do mercado de capitais no país, e atrair a sua atenção entre os investidores nacionais e internacionais. Acreditamos, pois, que esta operação seja a primeira de uma série de operações estruturadas que os bancos irão intermediar na execução das políticas do Governo de apoio à reconstrução nacional.

6.7 Ofensa selvagem do imobiliário em Luanda engole parque de estacionamento do Karl Marx

Angolense...10-02-07

Com a recente vedação do parque de estacionamento do Cinema Karl Marx e a colocação da correspondente placa onde se dá a conhecer o propósito desta intervenção, o Governo de Luanda confirma que entregou a um grupo privado aquele espaço público para a edificação do que se julga vir a ser mais uma torre de apartamentos e escritórios.

Outras informações em posse deste periódico referem que no local será construído um hotel de grande porte. Para quem não sabe, o actual Karl Marx é herdeiro directo do colonial Cinema Aviz construído no Bairro do Alvalade há mais de 40 anos, tendo como anexo o cobijado parque de estacionamento, que era uma necessidade óbvia para qualquer projecto do género. Todos os cinemas edificados em Luanda antes da independência possuíam um parque de estacionamento público, ficando por saber a quem pertencia o terreno, se à municipalidade, se ao proprietário do cinema. Pelo que foi possível ao Angolense apurar, no caso em apreço o terreno não é propriedade da empresa detentora do cinema Karl Marx que é a Sociano Tudo leva pois crer que seja um terreno afecto à municipalidade, o que remete para o actual Governador de Luanda, Job Capapinha, o ónus de mais esta controversa decisão, que está a provocar algumas ondas de choque. Em qualquer dos casos parece não haver muitas dúvidas quanto a importância estratégica do parque para o funcionamento do próprio cinema,

pelo que é muito difícil entender a sua cedência para outros fins. No caso do Karl Marx, ainda menos se entende esta cedência, uma vez que estamos diante de uma das salas de espectáculos mais concorridas da capital, como todos que aqui vivem sabem perfeitamente. O referido parque, note-se, já é muito pequeno para aconchegar os carros quando há enchentes no Karl Marx, sendo fácil de adivinhar que as coisas se vão complicar terrivelmente para os automobilistas a partir de agora com a sua retirada da circulação. Fica pois, caso se confirme esta modalidade, muito difícil perceber as razões que levaram o Governo Provincial de Luanda a ceder o terreno do parque de estacionamento do KM para outros propósitos. Pelo que é do conhecimento do Angolense, os sucessivos governadores que nos últimos tempos passaram por Luanda, desde Aníbal Rocha, sempre souberam resistir aos diferentes "ataques" dos agentes imobiliários que pretendiam ficar com o parque do Karl Marx. O argumento apresentado para contrariar tais intentos foi sempre o mesmo. Aliás, não podia ser outro. Parque de estacionamento numa cidade que vive os problemas de Luanda nesta matéria é ouro. Parque de estacionamento para apoiar uma casa de espectáculos com a dimensão do KM ainda mais precioso se torna, em nome do mínimo de conforto que uma edilidade deve oferecer aos seus munícipes. Acontece que o último destes ataques com ramificações afectivas e sanguíneas, adivinha-se, que se estendem à estratosfera do poder político, isto é, vindo bem lá de cima, parece ter sido fatal para o futuro do local. Conhecedor profundo do "modus operandi" do regime, Job Capapinha terá preferido atirar a toalha para o chão, temeroso das consequências políticas drásticas que normalmente se abatem sobre todos aqueles que fazem ouvidos de mercador a algumas solicitações, cujo remetente está na cara. O recinto está assim prestes a passar a história, mais de quarenta anos depois de ter entrado para a vida desta cidade como o parque de estacionamento do então Cinema Aviz. Enquanto se aguardam por outras informações por parte de quem de direito que já deviam ter sido prestadas, Luanda perde mais um espaço público em nome de poderosos interesses económicos fortemente protegidos pelo poder político, no quadro de uma emulação inter-pares, que não vai ficar por aqui. A voracidade com que a ofensiva do sector imobiliário se está a desenvolver, procurando ocupar a qualquer preço todos os espaços vazios existentes em Luanda é preocupante para o equilíbrio desta cidade.

Depois dos parques de estacionamento virão, provavelmente, os jardins públicos e as poucas zonas verdes (cinzentas) que a cidade ainda conserva e por aí adiante, num ver se te avias enquanto o "Braga é tesoureiro".

Não é assim que se governa uma cidade que está a rebentar pelas costuras e que tem todo o espaço do mundo à sua volta para poder crescer com a qualidade de vida que se recomenda, quando se investem milhões de dólares.

Da Imokimbo S.A.R.L., a dona da obra, que conta com o financiamento do BFA, para já apenas foi possível saber que promove a construção de edifícios de luxo, que é proprietária ou faz a gestão de uma clínica, sendo por outro lado accionista maioritária de uma das universidades privadas de Luanda.

6.8 PRESILD deixa pessoas sem casas no Sumbe

A Capital...10-02-07

Os moradores escolheram voluntariamente o sítio, há mais de nove anos, por falta de espaço para pôr um tecto. Ficou então conhecido de bairro do Controlo. Estavam lá, mais de 200 famílias.

Malgrado eles. Se o mês de Janeiro de 2007 foi sinistro para Luanda devido as chuvas torrenciais, para o Sumbe, com destaque para os moradores do bairro em causa, o drama foram as demolições de residências pelo Governo local.

Mesmo reconhecendo a ilegalidade das suas casas, os moradores queixam-se de não terem sido avisados com antecedência. O cidadão Luciano, morador do bairro há mais de oito anos diz não reconhecer a posição da administração municipal, por entender que as suas intervenções se incidem apenas no prejuízo das populações.

«Eu não sei o quê que a senhora administradora que? Interroga-se. « Não é a 1ª vez que faz isso. Não avisa a população e a seu bel-prazer destrói as casas das pessoas? O quê que ela quer?

Outro morador é António Kalupeteka. Reconhece a ilegalidade havida na obtenção dos espaços para construção de casas, mas não se conforma com as demolições. «Acredito que é uma ilegalidade estarmos aqui, mas também não é legal destruir casas que custaram dinheiro e esforço às pessoas. Sou contra as demolições», asseverou.

Por sua vez, o soba da área, refere que as demolições não têm obedecido a critérios administrativos, pelo que, «esta é uma acção coerciva porque a administradora não nos avisou sobre a medida que iria tomar».

Esta medida, segundo resposta de Fernanda Cabral, visa somente repor a legalidade que há muito anda atropelada. A responsável máxima do município do Sumbe sustentou na sua intervenção que é muito difícil lidar com a população, pois, já havia ordens expressas sobre a proibição de construções anárquicas nos

bairros periféricos da cidade com destaque para o bairro em referência e o do Chingo na zona 4.

«Eu exarei um despacho onde proíbe construções anárquicas no bairro do Control Sul e no cemitério do Chingo. Mas as pessoas, teimosamente, fazem e desfazem à sua maneira. À Administração, não resta outra medida senão destruir as casas», disse Fernanda Cabral, esclarecendo, por outro lado, a existência do projecto do Governo central sobre o PRESILD e que a área em causa foi projectada para o efeito.

A administradora lembrou que a terra é propriedade do Estado e que ninguém está autorizado a comercializá-la. «Muitos dizem que a terra é do avó, tio, primo e etc, por isso posso vendê-la. A terra é do Estado e só a ele cabe comercializá-la», sustentou e desencorajou aqueles que ainda tenham tal intenção.

Nos últimos tempos a procura de espaços de terra para construção tem sido maior e como a oferta para pessoas singulares tem sido quase inexistente, alguns populares têm encontrado a autoridade tradicional de cada bairro a tábua de salvação. Quantias que vão desde os 500 aos dois mil e 500 dólares norte-americanos são os que os cidadãos desembolsam por uma parcela de terreno sem se importarem pela falta de segurança e os riscos que correm. O Sumbe não foge à regra do que se vê um pouco por todas as sedes de província. Também tem registado um grande número de casos de construções anárquicas, com um índice de sinistralidade bastante alto quando há calamidades.

Apenas uma constatação.

As entidades competentes devem servir-se destas pequenas situações para prevenir futuros conflitos, como avançou um advogado ao A Capital, para quem a necessidade de se incrementar a sensibilização da população do Kwanza Sul sobre a Lei de Terras se impõe. "Há ainda muita gente que alimenta a convicção de que a terra tem seus donos, o que poderá no futuro, criar muitos constrangimentos à governação.

6.9 Administradora municipal ordena demolição de casas

Terra Angolana...10-02-07

Foi uma manhã de tristeza e de dor, onde lágrimas corram no rosto daqueles que assistiam as suas casas a serem demolidas. Avelino Henriques era um homem insatisfeito, pois, gastou muito dinheiro com a construção da casa, cerca de 16 mil dólares norte-americanos.

A medida, segundo os moradores, não foi comunicada aos mesmos pelo que o tractor não poupou uma única residência com o risco de por pouco, provocar danos humanos durante a demolição. "As pessoas iam morrendo dentro das casas porque o tractor começou

logo a destruir as casas.

Eles não avisaram a ninguém", disse Henriques.

Em consequência disso, Lázaro Pedro, perdeu grande parte dos seus bens, incluindo uma pasta com documentos e dinheiro para a conclusão das obras da casa. "Tive que me pôr em fuga porque a máquina começou a deitar a baixo a minha casa. Noutras casas os vizinhos ainda dormiam", denunciou.

A preocupação dos lesados prende-se com o facto do Governo não realojar as vítimas sempre que ocorre uma situação do género. Esse é o sentimento de Carolina Barros que atribui culpas ao Governo local e considera a medida de má fé. "Ficamos sem casas e o Governo não tem onde nos pôr", lamentou.

Carolina acusa ainda a administradora de prejudicar uns em detrimento de outros, porque os que têm padrinho na cozinha as suas casas não foram mexidas.

De acordo com dados em nossa posse, não é a primeira vez que a referida administradora procede de tal forma, pois em 2004 já aconteceu o mesmo.

Para que tal não volte a suceder, os moradores pediram as autoridades locais no sentido de apresentarem um plano ou as áreas onde a população não pode construir. Por outro lado, as vítimas exortam a administradora no sentido de os entregar as novas residências. Porém, a administradora local reconheceu que nos últimos tempos tem havido várias demolições naquele bairro, mas acrescentou também que tem havido ilegalidade por parte da população em erguer as casas em qualquer local.

Disse também que a medida em causa visa desencorajar a população.

6.10 SOS habitat reage as acusações do Governo

Terra Angolana...10-02-07

O coordenador da associação SOS Habitat- Acção Solidária, Luís Araújo reagiu, às recentes acusações, feitas pelo governo provincial, segundo as qums, as associações SOS Habitat e Mãos Livres, são responsáveis pelos efeitos da agressividade da natureza que assolou a maior parte da população luandina, nos últimos dias.

Luís Araújo, que falava em conferência de imprensa sobre violações dos direitos humanos relacionadas com a expropriação da terra e da habitação das populações pelo Estado, considerou nefastos tais pronunciamentos, uma vez que face à essa linguagem, "registamos pronunciamentos desobedientes à lei de agentes do governo difundidos pelos mídias, sem que apesar de nos dizerem respeito, nos tivessem dado a oportunidade de reacção em igual circunstância, para expormos à sociedade o conhecimento dos factos e o

envolvimento que neles temos". Ele disse ainda que os efeitos da agressividade da natureza, que resultaram na destruição e no "massacre" que enlutou a comunidade, faz parte da negligência sobretudo do governo; tendo deixado bem claro que das "violações dos Direitos Humanos nunca nos Calaremos" .

De notar que as acusações do Governador Job Kapapinha, terão sido feitas numa altura em que não tinha conhecimento exacto das consequências calamitosas provocadas pelas chuvas, pelo simples facto de não terem sido

apenas as casas construídas em locais impróprios, as principais vítimas. Houve casos evidentes de residências que foram erguidas com o legítimo consentimento das administrações municipais e ainda outras construídas pelo próprio Estado que também ficaram afectadas. De recordar que as declarações de Kapapinha, não só foram condenadas pelas ONGs visadas, como também por alguns deputados angolanos, que defenderam que por uma questão moral e cívica não se devia dizer que as vítimas foram apenas aquelas que construíram anarquicamente.

Por outro lado, sobre violações dos direitos humanos, a Amnistia Internacional, publicou, em Janeiro de 2007, um relatório de 39 páginas, intitulado, " Angola, Vidas em ruínas: expulsões forçadas continuam .

O relatório em questão, indica que entre Julho de 2001 a Julho de 2006, milhares de famílias ficaram sem abrigo, depois de terem sido expulsas das suas casas, em Luanda.

6.11 Administrador do Cacuaco factura a vender terrenos

Semanarioo Angolense...24-02-07

Costa Gabriel, administrador do município do Cacuaco, podeterabocanhado alguns milhares de dólares resultantes da concessão arbitrária de terrenos a pessoas colectivas e singulares na comuna dos Mulenvos.

A cedência de vastas parcelas de terra a particulares, no início do ano passado, em áreas adjacentes à construção da autoestrada, que ligará os municípios de Cacuaco a Via na, está no centro de uma polémica que opõe, há algumas semanas, o administrador local a dezenas de cidadãos.

Alguns dos beneficiários denunciaram, há dias, ao Semanário Angolense, que foram contemplados com os aludidos terrenos contra o pagamento de alguns valores monetários. As suspeitas de que o dinheiro tenha servido para engordar os bolsos do próprio administrador assentam em dois pilares. O primeiro tem a ver com facto de Costa Gabriel ter arriscado a venda de terras numa zona definida, há muito, como reserva do

Estado, e, segundo, devido à falta de transparência na movimentação do dinheiro arrecadado nas vendas. Rui Jorge Lencastre, Martulino Mariano e João Manico, detentores das firmas Rubela Comercial, Martulino & Filhos, Lda e Manico Henda Comercial, Lda, respectivamente, revelaram a este jornal que, não só pagaram as despesas de tramitação burocrática dos contratos promessa, como também foram obrigados a desembolsar outros tantos milhares de dólares para que os terrenos lhes fossem cedidos. Os dois primeiros, segundo apurou o SA, entregaram 4 mil dólares cada, enquanto o terceiro terá untado Costa Gabriel com 9 mil. Disseram que entregaram os referidos valores às mãos da secretária de Costa Gabriel, ao invés de depositá-los na conta bancária aberta a favor da administração local.

«O Sr. administrador orientounos para que fizessem os a entrega do dinheiro à sua secretária e não depositá-lo na conta da administração. Apesar das suspeitas iniciais, acabamos por entregar o dinheiro à referida funcionária, sem que nos fosse emitido algum documento que justificasse a recepção dos montantes, visto que confiamos na sua boa fé», denunciaram os lesados. Os empresários contaram que foram abordados, em finais de 2005, por funcionários afectos à Unidade Técnica da Administração Municipal de Cacuaco para que custeassem os trabalhos de terraplanagem e loteamento de terrenos na comuna de Mulenvos e que, em troca, seriam agraciados com parcelas de terra. Acusaram o arquitecto Muxinge e um outro funcionário daquele órgão da Administração identificado apenas por Faustino de terem servido de intermediários em tais negociações. Estes dois funcionários, segundo os interlocutores deste jornal, disseram, na altura, que tinham sido mandatados pelo próprio administrador municipal do Cacuaco e que este estava a par de todo o processo. O proprietário da empresa Manico Henda Comercial, que diz ter investido «centenas de milhar de dólares» no espaço de 150x 60m2 que lhe foi cedido, com a edificação do muro de vedação, tanque de água e outras infra-estruturas básicas, queixou-se da falta de seriedade de alguns funcionários da administração local, em particular do administrador Costa Gabriel.

Nos contratos promessa, que os empresários fizeram chegar à redacção do SA, faz-se apenas alusão a pagamentos de USD 2.925 pelas despesas administrativas dos processos.

6.12 Governo aposta em 180 mil casas

Terra Angolana...24-02-07

Concebido para fazer face ao cada vez mais notório

programa infraestrutural do prevê a construção, em dez anos de 180 mil casas, entre as quais sociais económicas e de alta renda.

O Programa vai beneficiar os nove municípios da província, esperando-se que as acções preliminares comecem a ser implementadas no decurso deste ano, revelou o delegado da Habitação, Miguel Maiata.

De acordo com o responsável, tudo começará com a urbanização das áreas onde serão erguidas as casas, um processo que contempla a instalação de redes técnicas, eléctricas, sistemas de distribuição de água potável e outros bens não menos importantes. Dividido em três fases, o Programa Infraestrutural do Governo de Benguela terá na população de baixa renda a franja prioritária, sobretudo nos municípios da interior, no âmbito das responsabilidades de quem de direito. Miguel Maiata avançou que neste momento decorrem já negociações com os promotores, a EDURB e a PROPAR, na perspectiva de serem lançadas as bases para a loteamento dos mais de quatro mil hectares previstas para a empreitada. Caberá das promotores tratar da venda de terrenos, sendo que as dividendos serão investidos na área social. Cada casa social. ficará entre os quinze e vinte mil dólares americanos, montante a reembolsar em 15 ou 20 anos.

Refira-se que Benguela ganhará ainda mais 20 mil casas, desta feita enquadradas na pacate de financiamento chinês.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Governo aprova plano de emergência

Jornal de Angola...01-02-07

O Governo aprovou ontem, em Luanda, o Plano de Emergência para acudir às necessidades das populações sinistradas pelas recentes chuvas que se abateram sobre o país.

O Plano, concebido para um período de seis meses, prevê acções nos domínios do acolhimento e assistência social, da saúde pública, das obras públicas, da energia e águas, das comunicações e do realojamento de pessoas residentes em áreas de risco.

Reunido na sua primeira sessão ordinária do ano, sob orientação do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros aprovou ainda a actualização do Programa de Investimento Público para o biénio 2007-2008, no contexto do Programa Geral do Governo para o mesmo período.

A execução financeira do referido programa, de acordo com um comunicado distribuído no final da reunião, deve respeitar o limite financeiro estabelecido no Orçamento Geral do Estado para o ano fiscal de 2007.

Segundo o mesmo documento, as medidas orçamentais devem observar, rigorosamente, as regras e os procedimentos de aprovação e materialização dos projectos integrantes do programa, por forma a que seja assegurada a aplicação racional e transparente dos recursos públicos.

O órgão - colegial do Governo aprovou ainda o Acordo para o estabelecimento da Comissão. da Corrente de Benguela, como uma estrutura formal e institucional de cooperação entre as Repúblicas de Angola, da Namíbia e da África do Sul. O acordo visa facilitar a protecção, conservação e o uso sustentável do seu ecossistema marinho.

Na reunião de ontem, o Executivo introduziu alterações ao Estatuto Orgânico dos Serviços de Inteligência Externa, com vista a adequá-lo às exigências do momento actual.

7.2 26 anos depois "Inundações de Luanda"

Terra Angolana...03-02-07

O mês de Janeiro de 2007 ficará na memória de todos os habitantes de Luanda. A cidade capital do País e seus municípios foram vergastados por um temporal que causou mais de uma centena de mortos, dezenas de pessoas desaparecidas, milhares de residências

inundadas e destruídas, pontes partidas, etc. .. , como de resto foi notícia em Primeiro Plano no País inteiro e pelo mundo fora. Foi tudo no dia 22, um dia memorável, ou melhor, tristemente memorável.

Entendemos manter acesa a chama desse trágico acontecimento, com o objectivo de se ter consciência das gravíssimas consequências das distrações e da negligência dos homens, chamados a providenciar medidas atempadas face à imprevisibilidade das transformações da natureza.... Aquela tarefa daquela segunda feira cinzenta e encrespada foi demais para nós, para esta população desamparada de Luanda! Foi demais!... De todos os cantos surgiram choros, gritos de socorro, comentários alcivosos, etc... Enfim, foi demais! Mas, enxugadas as lágrimas, é hora de se reflectir sobre o que a natureza nos pode proporcionar, o que devíamos fazer para recebermos e aplacarmos a sua impetuosidade, sem termos que repetir o 22 de Janeiro. E já agora, esse dia é que devia ser dado ao primeiro Centro de acolhimento aos sinistrados, mormente ao município mais afectado. Outrossim, a tragédia do dia 22 sirva para reproduzirmos com acuidade a verdadeira imagem actual da capital do nosso País. Assim entendidos olhemos também e em Primeiro Plano para o resto da nossa querida Angola, onde as mortes resultantes das enxurradas são constantes.

As províncias do Huambo, Bié, Moxico, Benguela, Zaire, Kuanza Sul e Malange registam casos de sinistralidade que não deviam deixar de preocupar as autoridades competentes. Não só morrem pessoas, porque são incapazes de se defenderem chuvas e fulminantes, destruídas da fúria das dos raios como são casas, aumentam as ravinas e as culturas das populações, sua única fonte de sobrevivência, são arrasadas. No Moxico, principalmente no Alto Zambeze, a situação é desastrosa. No Bié, é praticamente impossível movimentar-se no troço Andulo/Nharea, Kuito /Kamakupa, devido às chuvas. Prevêem-se prejuízos avultados nas colheitas do presente ano agrícola.

As localidades do Ringoma e Umpulu estão isoladas do resto da província, devido à destruição da ponte sobre o rio Kukema.

No Kuanza Sul, o assentamento dos três primeiros anéis da galeria do rio Mazungue, na cidade da Gabela, pode provocar a criação de uma albufeira, dividindo a cidade em duas partes.

O País atravessa ou vive, efectivamente, momentos tempestuosos. As previsões de continuidade de quedas pluviométricas nas cidades, vilas, aldeias de quase todo o território nacional tiram sono às populações. A par disso, o surto de cólera passou a fazer morada intramuros. Aumentam os casos em Luanda, Huambo, Benguela e demais províncias. Os serviços de saúde são

chamados a redobrar esforços para combater a doença. Urge, pois, que se sensibilize permanentemente as populações para ferverem a água que consomem. Angola é um País singular; o seu povo é generoso. Tudo devia ser feito para que essa riqueza sem igual deixe de morrer, devido à incúria de quem eleito ou indicado para honrar o País e o seu povo, se deleita com visões do poder vitalício. A saúde do povo deve ser garantida pelo governo. Para o efeito, os integrantes desse governo têm de ser sensíveis e defensores obstinados da integridade física, moral e psicológica desse povo.

Garantir saúde às populações não é só abastecer os hospitais e Centros de saúde com medicamentos. Não é só prestar-lhes assistência medicamentosa. É também e antes de mais criar condições para que desenvolvam a agricultura com vista a atingir a autosuficiência alimentar. Erguer escolas em todas as comunidades e promover o ensino para todos, crianças e adultos, homens e mulheres. Formar docentes qualificados para todos os níveis. Fomentar o emprego para todos, jovens e adultos, de forma indistinta, sem olhar para a camisola partidária. Encorajar e orientar o comércio livre; facilitar e estimular o crescimento e o desenvolvimento desse comércio, em suma, a conjugação dessas acções, consubstanciadas pelo mesmo propósito de servir o povo e fazê-lo feliz, é sem dúvidas a única forma de se garantir saúde para todos e erguer-se um País forte e próspero, livre da cólera, malária, tuberculose, etc. ...

7.3 Novas chuvas podem cair sobre Luanda

Terra Angolana...03-02-07

A natureza foi cruel para as populações das periferias de Luanda. As últimas chuvas que caíram sobre Luanda deixaram um rasto calamitoso cujo balanço continua a ser feito. Foi de facto um aviso da natureza para as distorções governativas resultantes da ausência de rigor de quem tem sobre si o dever de governar.

De acordo com dados disponíveis as chuvas terão provocado acima de 50 mortos no município do Cacuo, a destruição completa do Centro de Formação de Pescas, 64 casas destruídas 35 ficaram sem o tecto e o desabamento da ponte que liga aquela municipalidade ao centro da cidade de Luanda para além de 52 famílias desabitadas. Um posto de saúde ficou parcialmente destruído na localidade de Kilunda.

No município da Samba 19 pessoas morreram, uma criança desapareceu, 186 pessoas foram desabitadas, 2 523 famílias em risco muito sério, enquanto 112 casas ruíram. Na Kinanga, ainda na Samba, 2300 pessoas necessitaram de apoio imediato. Na Ilha de Luanda

pelo menos 1500 pessoas foram socorridas, enquanto na Boavista 134 casas ficaram em situação de destruição e 268 famílias ficaram desabrigadas.

O município da Maianga também não foi poupado; Quatro casas ficaram destruídas ao passo que 18 famílias tiveram de ser evacuadas. Viana, um dos municípios mais populosos da capital ficou com 540 casas destruídas, completamente, enquanto as estradas, como em quase toda a cidade ficaram intransitáveis. Pelo menos 4 pessoas morreram.

No município do Cazenga, teoricamente o mais populoso de Luanda registou o desalojamento de 395 famílias, a inundação da comuna do Tala Hadi, 21 dasas desabaram e o tapete asfáltico da quinta Avenida desapareceu. Ao lado, no Sambizanga 44 residências ficaram destruídas.

Este drama todo levou políticos e organizações da sociedade a uma dinâmica de solidariedade. Coube a Isaías Samakuva a iniciativa, tendo se deslocado a Cacuo para verificar o desastre. Samakuva conversou com oficiais da Polícia Nacional, com fuzileiros da Marinha de Guerra Angolana, com oficiais da Força Aérea e do Exército e com autoridades civis. Não esperou que o tráfego voltasse ao normal. Foi exactamente para Cacuo no momento em que a aflição era maior e com os sobreviventes percorreu um longo troço a pé para também falar com os sinistrados a quem transmitiu uma mensagem de fé e esperança por uma Angola melhor e responsável. " Uma Angola que proteja os seus filhos". Depois foi a vez de outros políticos da oposição e quando a circulação foi reposta, o Chefe de Estado, Jose Eduardo dos Santos também lá esteve.

Dados do Instituto Nacional de Meteorologia indicam que vai continuar a chover, pelo menos até Março. As mesmas fontes deram a conhecer que as fortes precipitações estão ligadas ao fenómeno " el niiiio" que aquece as águas do mar provocando uma evaporação acentuada e consequentemente mais chuvas. As províncias do interior figuram na zona abrangida pelas chuvas, mas é em Luanda onde danos mais avultados podem ocorrer. O governo já atirou as culpas as ONGs que têm defendido as populações contra as demolições anárquicas, mas especialistas acham que o principal culpado tem nome e se chama mesmo governo.

7.4 As chuvas, a governação de Luanda e a anarquia

Angolense...03-02-07

A natureza continua a pôr o homem em senido, reduzindo-o, não raras vezes, a uma confrangedora impotência, que nenhum afrodisíaco mais potente da

nova geração consegue ajudar a superar.

Há pessoas que estão convencidas que se trata mais de incompetência, do que propriamente de impotência.

Por outras palavras, as forças da natureza continuam a pôr fora de combate, por K.O., as suas pouco esclarecidas e prevenidas congéneres sociais, sempre que as duas se chocam em situações de alguma turbulência.

Os cientistas estão cada vez mais convencidos que esta turbulência, resultante do aquecimento global do planeta, é provocada pelo próprio homem com a sua irresponsável e pantagruélica gestão dos recursos. Daí a já referida incompetência.

Em Angola, e segundo alguns especialistas, está-se a verificar igualmente esta tendência com a exploração intensiva do petróleo. Esta questão foi, aliás, um dos temas que o Comissário Europeu para o Desenvolvimento Louis Michel, discutiu recentemente em Luanda com as autoridades angolanas, no âmbito da iniciativa europeia para a energia. Entre nós onde o humor de alguns angolanos dá como certa a possibilidade da natureza ser parceira do Governo, com a célebre tirada "até Deus é do MPLA", os ventos este ano parecem não estar a soprar de feição para a permanente ausência de uma estratégia mínima de prevenção por parte do Executivo no seu relacionamento com o meio ambiente.

Estamos a falar particularmente de Luanda, pois é ponto assente que noutras Cidades e regiões do país, onde a intensidade das chuvas é mais regular, situações mais ou menos parecidas com a que se está a viver este ano na capital, têm ocorrido com alguma frequência, mas não com a força mediática suficiente para provocar alguma reunião de emergência do Conselho de Ministros.

O reconhecimento de que em Luanda, com a chegada da época das chuvas, se poderia dormir um pouco mais descansadamente, se medidas mais enérgicas de prevenção fossem romadas arempadamente, foi assumido pelo Governador Job Capapinha.

O problema é que estas medidas nunca foram tomadas porque se acreditava nas tais simpatias políticas divinas, que até este ano eram visíveis nos fracos níveis de precipitação que nos últimos anos têm caído por estas bandas.

Como em Luanda chove pouco ou quase nada, deixa para lá o saneamento, até um dia destes. Assim sendo, gasta-se o dinheiro com outros "mambos" mais interessantes.

O dia, entretanto, chegou e em grande forma, ficando por saber quantas mais segundas-feiras como aquela ainda vamos ter, pois a estação seca só começa em Maio, como todos sabemos.

O reconhecimento tardio de Capapinha está bem patente no plano de emergência que acaba de ser

aprovado pela sua administração visando a limpeza das cinco principais valas de drenagem das águas fluviais que correm por esta cidade.

O projecto contempla a limpeza das valas do Soroco, Cazenga, Senado da Câmara, Samba e Rio Seco, que ligam os municípios do Cazenga, Rangel, Kilamba Kiaxi, Maianga, Samba e Ingombota até ao mar.

Como Capapinha, todos estamos carecas de saber, que as inundações são em grande parte resultantes do estado menos católico ou mais protestante em que se encontram as referidas valas permanentemente atulhadas de escolhos, que acabam por inviabilizar a sua vocação escoadora.

Sabemos também que por mais limpos e operacionais que estejam, não há valas e esgotos que em Luanda consigam resistir a um ataque mais furioso das águas das chuvas. Nem em Luanda, nem na Louisiana.

Seja como for, o pecado maior para quem tem a responsabilidade da governação é não fazer nada. E deixar andar. É acreditar apenas na ajuda do "nosso" Deus.

O outro pecado é não saber ou não querer prever, numa altura em que os avanços da meteorologia já permitem fazer algumas projecções em relação ao que, o sempre imprevisível tempo, nos pode trazer na próxima estação das chuvas.

A "generosidade" desta estação molhada veio por outro lado deixar a descoberto alguma (qb) falta de consistência (definição de prioridades) na forma como são alocadas as verbas para as obras públicas em Luanda, que, ao que tudo indica, continua a abocanhar a maior fatia de um bolo nacional chamado PIP.

Em Luanda gastam-se milhões e milhões com obras cosméticas como as passagens inferiores e superiores, atirando-se para as calendas intervenções mais urgentes e estruturantes, que, entretanto, não têm o tal impacto político-visual, onde se podem ir colher rapidamente mais alguns dividendos de curra duração. Por isso, podem esperar.

Consumada que está a desgraça de milhares de famílias, e enquanto se aguarda ainda pelo pior, espetemos que as próximas decisões em matéria de investimentos públicos olhem para Luanda com outros olhos de ver os seus reais problemas.

Entre investir seriamente nas infra-estruturas do Cazenga e fazer mais uma "brincadeira" qualquer com milhões algures na cidade do asfalto, não deverá mais ser motivo para inconclusivas discussões.(...)

Devido a especulação imobiliária percebe-se porquê que a gestão dos terrenos urbanos vai sendo cada vez mais importante para a administração, o que não pode de forma alguma ofuscar a sua linha de horizonte.

7.5 Mais chuva, mais cólera

A capital...03-02-07

Desde as últimas chuvas que se abateram sobre Luanda, os casos de cólera cresceram sem parar. Uma enfermidade que, desde Agosto, último, era tida já com controlada voltou a escorregar das mãos das autoridades. Hoje apenas a província de Luanda regista uma média de 90 casos por dia com a nota positiva a apontar para a redução substancial do número de mortes. À beira de completar um ano desde que a doença ressurgiu, a partir do bairro da Boavista, Luanda já contabilizou 337 mortos, vitimados por uma doença que, agora, afecta mais crianças com mais de cinco anos de idade. A doutora Catarina Catanha traça o quadro da doença em Luanda:

A CAPITAL - Qual é a actual situação da cólera em Luanda? Catarina Catanha (CA) - A situação actual da cólera é péssima. Desde Fevereiro do ano passado que começaram a aparecer os casos de cólera. No final do ano diminuiu consideravelmente, mas dado o início das chuvas a tendência é aumentar. Estamos a registar uma média de 90 casos diários. E é uma situação preocupante.

A CAPITAL - Face ao presente recrudescimento que mecanismos estão a ser usados para o controle da doença?

O controle da cólera tem muito a ver com o saneamento do meio. Embora as principais consequências ficam mais para o lado da Saúde. Nós é que arcamos com os doentes, mas, para o seu controle, são importantes as medidas de saneamento básico, a distribuição de água tanto em quantidade como em qualidade. Tudo isso é importante. A população principalmente das zonas mais afectadas deve ter acesso a água potável, esta é a melhor forma de controlarmos a doença. Por outro lado, é também importante que as famílias, os indivíduos acatem os conselhos do Ministério da Saúde no sentido de praticarem as medidas de higiene tanto pessoal como colectiva. E estas são muito simples tais como: lavar as mãos depois de usar a casa-de-banho, antes de comer ou preparar os alimentos, enterrar as fezes no caso de não haver uma latrina, não fazer fossa próxima ao tanque de água, porque podemos contaminar o lençol de água. Para o controle da cólera tem que haver um trabalho multi-sectorial. Cá em Luanda temos estado a fazer este trabalho mas ainda é muito pouco porque olhamos para as ruas e ainda vemos muita deficiência. O trabalho de saneamento ainda é débil.

A CAPITAL - Existe já alguma unidade sanitária nos campos de acolhimento para as famílias sinistradas pelas recentes chuvas?

Não temos nenhuma unidade sanitária nestes campos, mas neste momento estamos a fazer um levantamento tanto do número dos campos como também da população instalada para podermos realizar o nosso trabalho, estamos também a organizar as equipas para

poderem fazer a assistência básica de saúde nestes campos.

A CAPITAL - Qual é o município com mais ocorrências?

Em termos de cólera neste momento o município mais afectado é o Cacucaco, tem estado a reportar um maior número de casos, mas também nos preocupam os municípios do Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi, Maianga por estarem a reportar bastantes casos. Mas, de uma maneira geral, é importante melhorar o saneamento básico, para então podermos minimizar, reduzir os casos de cólera.

A CAPITAL - Qual é a faixa etária mais afectada?

De uma maneira geral temos notado maior ocorrência a partir dos cinco anos de idade, mas também recebemos muitas crianças que são infectados através dos parentes, mas a faixa com maior predominância é dos cinco anos para cima.

A CAPITAL - A Direcção Provincial da Saúde está prevenida para fazer face a um número maior de casos?

A epidemia já existe desde o ano passado em Fevereiro e já no fim do ano parou, registamos uma grande redução do número de casos nos finais do ano passado e praticamente retomou agora com as chuvas. Sabemos que a transmissão da cólera é através da água e alimentos contaminados, nós chamamos tecnicamente transmissão fecal-oral, e com as chuvas muita das redes sanitárias foram destruídas, vemos águas paradas com lixo, fezes inclusive nos locais de captação de água. Com esta situação a questão epidemiológica piorou. Mas temos planos, temos a logística preparada, temos os CTCs (centros de tratamento de cólera) que estão espalhados em todos os municípios, estamos a pensar em criar centros especiais com pessoas treinadas e preparadas no tratamento de cólera e educação para a saúde. Mas a saúde só não resolve o problema da cólera, tem que ser também a educação, a água. Tem que ser uma equipa integrada. O lixo na rua contribui, as águas paradas, as pessoas sem latrinas também contribuem para o aumento da doença. Mas nós não queremos estar preparados para receber doentes, todo mundo deve apoiar a evitar esta doença.

A CAPITAL - Nunca é demais fazer-se um apelo à população ...

Apelamos à população em geral, inclusive aos órgãos de comunicação social, que nos ajudem no controle da epidemia, como já disse a saúde está preparada com os centros de tratamento de cólera, mas não queremos a doença, a comunidade deve evitar tendo em nota as formas de prevenção, a higiene é primordial, lavar as mãos, enterrar as fezes, tratar da água se não tiver dinheiro para comprar clorina pode fervê-la. A população deve acarretar estes princípios.

7.6 Governo de Benguela joga na antecipação

Cruseiro do Sul...03-02-07

Se os incidentes ultrapassarem os níveis de capacidade da província, conforme previsível, as autoridades locais terão de recorrer à Comissão Nacional de Protecção Civil para os stocks de emergência que se impõem.

Com a calamidade natural que assola Luanda na ordem do dia, as autoridades de Benguela, uma província que anualmente vê as chuvas causarem vários estragos, acabam de garantir uma reserva mínima para as necessidades que possam advir das cargas pluviométricas. Trata-se de uma reserva inscrita nos chamados "Programas Específicos", que servirá para os primeiros socorros, anunciou o governador provincial, Dumilde Rangel. Acontece, porém, que esta reserva está longe de deixar aliviado o Governo Central. Se os incidentes ultrapassarem os níveis de capacidade da província, conforme previsível, as autoridades locais terão de recorrer à Comissão Nacional de Protecção Civil para os stocks de emergência que se impõem. Segundo Dumilde Rangel, que falava com base na amarga experiência vivida em anos anteriores, antevê-se uma situação mais grave nos meses de Março e Abril ou mesmo em finais no mês em curso. "As calemas invadem as zonas ribeirinhas", admitiu o governador, para mais adiante sublinhar que, a confirmarem-se as previsões, o valor necessário estará muito próximo de 1 milhão de dólares. Além dos bens alimentares e industriais para os sinistrados, é necessário custear acções como a reposição das areias, recolha de solos que possam "invadir" as estradas e outras não menos importantes. De resto, Dumilde Rangel reafirmou que a regularização dos rios Cavaco, Catumbela e Coporolo, que permitiu já reconduzir as águas para o seu original e impedir que saíssem de forma desordenada, vai evitar cenários como a destruição de materiais e perda de vidas humanas. Ainda para o litoral, a medida que se impõe é o tratamento do conjunto de rios secos que circundam as cidades de Benguela, Lobito e Baía Farta, para que no tempo das chuvas possam conduzir as águas em leitos próprios, com destino ao mar.

As chuvas que têm caído com maior intensidade no interior da província desde Setembro último, tendo o município da Ganda registado seis mortes e incalculáveis danos materiais.

7.7 Governo tem de assumir a sua «incompetência»

Folha8...03-02-07

O presidente da Associação "Mãos Livres", uma organização não-governamental angolana vocacionada para a defesa dos direitos humanos e da cidadania, David Mendes, mostrou-se indignado com as declarações do governador de Luanda, Job Capapinha, tecidas durante uma conferência de imprensa, segundo as quais as ONG's "Mãos Livres e SOS-Habitat" que defendem melhores condições de habitabilidade deveriam dar o seu contributo nesta hora de sinistro em vez de se esconderem.

Em reacção, David Mendes considerou as declarações de infelizes, e são ameaçadoras aos defensores dos direitos humanos, mas ainda assim garantiu, não se intimidar e que continuaria a defender as populações de quaisquer perseguições políticas.

"Não vou me calar enquanto defensor dos direitos humanos", declarou, tendo mais adiante afirmado que a população tinha a obrigação de ter uma habitação condigna, e é um direito e uma obrigação do Estado proporcionar este bem aos seus cidadãos.

Segundo o jurista o Governo não pode transferir a sua incompetência as ONG's, pelo contrário, deveria convidá-las para ajudar a reflectir no que for necessário para fazer em prol das populações, ao contrário de fazer acusações gratuitas.

Na óptica de Mendes, Luanda precisava de uma cooperação com todos os seus habitantes sem qualquer exclusão, por isso o Governo em vez de fazer discursos políticos e sensacionalistas, deveria compreender que Luanda exige uma gestão comparticipada com todos os actores sociais.

Para David Mendes, o que os defensores dos direitos humanos têm feito em prol dos desfavorecidos, no processo de demolições levadas a cabo por entidades públicas e privadas é solicitar a quem de direito para a observância das normas e procedimentos administrativos vigentes no país, das normas internacionais sobre habitação condigna e tratados dos direitos humanos que o Estado angolano ratificou.

Ainda sobre o pronunciamento do governador provincial de Luanda, Job Castelo Capapinha, a Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD) condenou veemente a atitude do governante, manifestando publicamente a sua solidariedade para com a causa defendida pela SOS-Habitat e pelas Mãos Livres, pelo respeito de direito à habitação condigna e aos cidadãos que têm sido vítimas de violações do direito à habitação. Por outro lado, a AJPD esclarece que as acções da de advocacia social que tem sido exerci das por organizações da sociedade civil, que consiste num conjunto de esforços e acções, com

recursos aos meios locais e democráticos, tem um único pendor que é a construção de um Estado Democrático e de Direito. Nesta senda, a organização liderada por Fernando Macedo, incentiva e apela ao Governo da Província de Luanda, a assumir as suas responsabilidades face à situação, sem buscar culpas, fora da acção da natureza dos factos.

7.8 Mais cinquenta famílias são abrigadas

Jornal de Angola...04-02-07

Cinquenta famílias desabrigadas na sequência das chuvas que se abateram sobre a cidade de Luanda no mês passado foram acolhidas no bairro "17 de Setembro" município de Cacuaco, localizado cerca de 18 quilómetros a Norte de Luanda. Em declarações à imprensa, o administrador adjunto do município de Cacuaco, Daniel Kubanza, disse que a circunscrição controla, 388 famílias que perderam as suas residências e ente queridos.

"Hoje (sexta-feira) começamos a acolher as pessoas mais prejudicadas pelas chuvas e, na medida em que formos erguendo mais tendas, daremos abrigo e assistência multiforme aos sinistrados", disse.

Os acolhidos estão a receber colchões, utensílios de cozinha, géneros alimentares, roupa usada, entre outros bens localizado no bairro "17 de Setembro" o local foi terraplanado e dispõe de balneários públicos, cozinha camunitária, um espaço polivalente, refeitório, área de recreação, saúde e dois chafarizes

O administrador adjunto revelou que as pessoas sinistradas serão contempladas na distribuição de parcelas de terrenos para autoconstrução dirigida, o que irá acontecer num período não inferior a seis meses.

7.9 Chuvas provocam prejuízos 85 milhões de dólares

Jornal de Angola...07-02-07

Os prejuízos provocados pelas últimas enxurradas, que tiveram lugar em várias províncias do país, estão avaliados em 85 milhões de dólares (cerca de sete biliões de kwanzas).

Este dado foi avançado, ontem, em Luanda, na Assembleia Nacional, pelo ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, quando traçava o quadro resultante da calamidade que se abateu em Angola.

As chuvas, que tiveram particular relevância nas províncias de Luanda; Bengo, Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Kwanzas-Norte e Sul, Moxico, Kuando Kubango, Lunda Sul e Zaire, provocaram a destruição de 10.353 casas, o desalojamento de 28.531 famílias, o

desaparecimento de 10 pessoas, o falecimento de 114 e o desabamento de 38 pontes. A fúria das chuvas torrenciais, segundo o relato do ministro, remeteu a escombros cinco postos de saúde e arrasou quatro mil hectares de terrenos. Em jeito esclarecedor, o ministro exemplificou, que, em Luanda, em 22 de Janeiro, as quedas pluviométricas atingiram a escala de 152, 5 milímetros, valor que não se registava nos últimos 30 anos. No entanto, a situação climática não vai se alterar, de acordo com fontes do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, recorrendo a dados de outros países. Por isso, nos próximos três meses, há previsão de aumento de chuvas, principalmente nas províncias situadas a Norte, Nordeste, Este e centro do país. Esta perspectiva ultrapassa os níveis normais da época chuvosa.

Para minimizar os estragos decorrentes das chuvas, o Governo está a apoiar as populações das regiões afectadas com vários bens, como chapas de zinco, produtos alimentares meios limpeza higiene, tendas, cobertores e reservatórios de água, entre outros.

7.10 Agua volta a jorrar nas torneiras de Kangandala

Jornal de Angola...08-02-07

Segunda-feira foi dia de festa no município de Kangandala, província de Malanje. A água voltou a jorrar nas torneiras, depois de várias décadas.

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água, reabilitado no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população, foi inaugurado pelo governador Cristóvão da Cunha. O referido sistema foi concebido para filtrar as impurezas da água, tratada à base de cloro.

Os municípios, que antes percorriam alguns quilómetros para obter o precioso líquido, congratularam-se com mais este esforço do governo, que visa garantir o bem-estar da população.

7.11 Colera matou mais de 200 pessoas em Angola

Luandadigital...13-02-07

A cólera já matou mais de duzentas pessoas em Angola, só no espaço de um mês e meio. Os últimos dados sobre o mais recente surto da doença foram avançados ontem, segunda-feira, em Luanda, avança a emissora televisiva portuguesa SIC.

Nesta altura estão registados mais de seis mil casos de cólera em todo o país. Depois da província de Luanda, com mais de 1.700 casos e 42 mortos, Benguela, no sul de Angola, é a região mais afectada pela epidemia da cólera.

O avanço da doença pode explicar-se pelas chuvas intensas do mês de Janeiro que agravaram as más condições sanitárias existentes no país.

7.12 Epidemia da colera em Angola apresenta alguns sinais de abrandamento

Luandadigital...14-02-07

A epidemia de cólera em Angola diminuiu de intensidade nos últimos dias, quer em número de mortos, quer em termos de casos registados, tendo no passado fim-de-semana morrido cinco pessoas, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgados pela agência Lusa. De acordo com a directora nacional de Saúde de Angola, Adelaide Carvalho, «a situação está sensivelmente controlada», registando-se uma descida no número de novos casos diários para uma média de 110, 120.

«As autoridades estão a envidar esforços para distribuir água potável e dar latrinas às populações» afectadas pelas chuvas intensas do mês de Janeiro como forma de prevenir o surgimento de novos casos da doença. Desde o princípio deste ano até domingo, a cólera provocou 208 mortos em Angola num total de 6.051 casos registados pelas autoridades de saúde. Desde o princípio da epidemia, em meados de Fevereiro de 2006, já morreram 3.022 pessoas em 77.174 casos de cólera registados pelas autoridades de saúde. A província de Luanda continua a ser a mais atingida pela epidemia, com 1.756 casos e 42 mortos desde 1 de Janeiro, seguindo-se Benguela com 1.245 casos e 27 vítimas mortais e Cabinda com 1.166 casos e 13 mortes.

O Governo angolano e a OMS declararam a 19 de Fevereiro de 2006 a existência de uma epidemia de cólera em Luanda, onde o primeiro caso foi registado a 13 de Fevereiro.

Depois de ter alastrado a todos os municípios de Luanda, a epidemia chegou às províncias de Benguela, Bengo e Cuanza Norte, tendo posteriormente atingido também Malange, Huambo, Cuanza Sul e Bié. A cólera chegou depois às províncias da Huíla, Zaire, Uíge, Lunda Norte, Cabinda, Namibe e Cuando Cubango, e a província do Cunene foi a última a ser atingida. O pico da epidemia foi atingido na semana de 24 a 30 de Abril de 2006, período em que foram registados mais de seis mil novos casos de cólera. A partir dessa altura, a epidemia apresentou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir do início de Junho, quando o número de casos semanais passou a ser inferior a dois mil, descendo para menos de um milhar no mês seguinte.

A situação alterou-se desde meados de Outubro, com um aumento do número de casos devido ao início da época das chuvas em Angola. As recentes cheias que atingiram sobretudo a província de Luanda provocaram o ressurgimento em força da epidemia.

7.13 Energia em Luanda: Mais geradores que EDEL

Cruzeiro do Sul...24-02-07

O comunicado da Sonangol distribuidora proibindo a venda de combustível nos postos de abastecimento de Luanda, distribuído no passado dia 16, veio acima de tudo por a nu a excessiva fragilidade do sistema de distribuição de energia.

A decisão da Sonangol permitiu constatar que Luanda vive mais de geradores do que do sistema regular de distribuição de energia, pelo que a reacção dos cidadãos entrevistados pelas rádios de Luanda foi de grande crítica à maior empresa do país. Uma cidadã, moradora do bairro do Chinguar, Luanda Sul, afirmou à rádio Ecclésia que a medida representava a morte dos cidadãos. Contou a senhora que na sua área de residência, eram raras as pessoas que usavam energia do sistema . geral visto que o uso dos postos de transformação exigia uma contrapartida de mil dólares, o que a generalidade das pessoas não pode dar. Os cidadãos vivem de geradores 24 sobre 24 horas, originando daí o uso de bidons. Seguiram-se outros depoimentos falando também de Luanda Sul, zona para onde a capital está a crescer e para onde, supostamente, um novo modelo de urbanização deveria assegurar à partida, energia eléctrica aos moradores. A realidade é no entanto outra e a grande maioria das casas construídas alimenta-se de geradores. Outro facto que a Sonangol "destapou" é a constatação de que as fontes alternativas se tornaram, na verdade nas principais. Empresários ouvidos pelo CS. calculam que mais de metade das horas semanais sejam operadas com geradores, não só porque os cortes são sucessivos e cada vez mais prolongados mas também porque nalguns casos se torna mais fácil manter as fontes alternativas a funcionar do que submeter os equipamentos a permanente oscilações. No caso dos locais de residência, também proliferam os geradores. Luanda tem hoje todo o tipo de geradores instalados em casas de todos os estratos da população, desde os musseques aos grandes prédios da cidade. Isto explica que um dos sons mais ouvidos na cidade seja o ruído dos milhares de geradores que garantem o funcionamento das empresas, das casas e dos aparelhos domésticos. O comunicado da Sonangol veio comprovar que os geradores são essenciais para a vida quotidiana de Luanda.

A venda de geradores conheceu um forte incremento por altura do campeonato do mundo mas de lá para cá não parou de crescer. Às empresas de vendas de geradores, juntaram-se os vendedores ambulantes em praças como o Roque Santeiro e Rocha Pinto onde são sobretudo vendidos os geradores para as famílias de baixa renda. Por outro lado, vários prédios altos da cidade de Luanda têm geradores de alta e média potência instalados no rés-do-chão mas também em andares, originando sérias preocupações com a vibração das máquinas que pode causar rachas e danificar as estruturas de suporte dos edifícios. Calcula-se pelo ritmo de venda que Luanda tenha mais de cinquenta mil geradores instalados.

7.14 Capapinha dita regras na recolha do lixo

Angolense...24-02-07

Numa nota de imprensa a que tivemos acesso, o governador da província de Luanda, Job Capapinha, a luz do princípio da comparticipação dos usuários dos serviços públicos de limpeza, ao abrigo da lei nº 8/05, de 11 de Agosto e em aditamento ao Edital de 25 de Agosto do mesmo ano, orientou que os comerciantes, agentes económicos, hoteleiros e similares, devem assinar de 1 a 30 de Março de 2007 com a Elisal EP, contratos de adesão para a prestação de serviços de limpeza, por forma a garantir a recolha atempada e oportuna dos resíduos sólidos decorrentes da sua actividade.

Datada de 21 de Fevereiro e assinada pelo próprio governador da província de Luanda, a nota refere que os comerciantes, agentes económicas, hoteleiros e similares que assim não procederem, serão punidos com multas e em caso de reincidência, ficam sujeitos a suspensão do alvará comercial.

De acordo ainda com o documento, os cidadãos que pretenderem iniciar a sua actividade empresarial nos ramos acima referidos, deverão juntar ao processo para o licenciamento, contrato de adesão celebrado com a Elisal, sob pena do seu pedido ser indeferido.

Para o cumprimento da orientação, Job Castelo Capapinha, chamou atenção aos serviços competentes das direcções provinciais do Comércio, Hotelaria e Turismo, Polícia Económica e fiscalização no sentido de garantirem a observância do disposto no presente Edital.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Reintegrados 4 mil ex-militares no K-Sul

Jornal de Angola...03-02-07

QUATRO mil 234 ex-militares das extintas Forças Militares da UNITA foram reintegrados na vida social e económica na província do Kuanza-Sul, até Dezembro de 2006, no quadro da implementação do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR).

Avaliado em cerca de 168 milhões de kwanzas, o equivalente a USD dois milhões 166.606, o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração é financiado pelo Governo angolano, com participação da comunidade internacional, liderada pelo Banco Mundial.

Os cinco projectos em curso, dois dos quais já concluídos, foram executados nos municípios da Kibala, através da ONG Associação Cristã da Mocidade (ACM), no Cassongue pela Visão Mundial, Cela (Oikos), Mussende (Cáritas Diocesana) e Libolo pela Missão Católica de Calulo.

José Domingos, representante do IRSEM no Kuanza-Sul que falava em exclusivo ao JA, garantiu que apesar de alguns constrangimentos de ordem técnica, o balanço é positivo tendo adiantado que outros 700 beneficiários estão sendo assistidos pela ONG Africare nos municípios do Amboim (Gabela), Kilenda, Ebo; Seles e Conda, o que perfaz um total de quatro mil 934 ex-militares. Foram aprovados mais quatro projectos para a segunda fase que contemplam os municípios já abrangidos na primeira fase e os de Sumbe e Porto-Amboim que fará a cobertura total em termos de projectos de reintegração na província para a assistência de 3.700 ex-militares do Memorando de Entendimento de Luena, orçados em Usd 874.708.60 dólares. Para responder aos clamores dos desmobilizados dos acordos de Bicesse e Lusaka, José Domingos referiu que o Governo angolano gizou um sub-programa para a sua reintegração. Esse sub-programa está sendo executado, numa primeira fase, pelo IRSEM provincial e pelas administrações municipais do Amboim, Ebo e Kibala, tendo absorvido 540 desmobilizados para projectos agro-pecuários. Para o efeito, foram distribuídos aos beneficiários 254 cabeças de gado, 110 Kits agrícolas, 55 charruas, 86 unidades de instrumentos para a prática de artes e ofícios e sementes de cereais. Quanto ao impacto dos projectos, José Domingos referiu que a satisfação é maior no seio dos ex-militares e comunidades acolhedoras, a julgar pela mudança na vida, dos

beneficiários e pelo facto de o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração intervir na componente social com a construção de escolas.

Pessoas portadoras de deficiência, mulheres viúvas de ex-militares e jovens adolescentes, recebem assistência através da Africare nos municípios do Amboim, Ebo, Kilenda, Seles e Conda, ao passo que 530 menores agregados serão inseridos no sistema de ensino através das escolas construídas no âmbito do PGDR nas localidades Mussende, Libolo e Cela.

8.2 UNITA e Governo discutem extinção da defesa civil

Terra Angolana...03-02-07

O mecanismo bilateral de consultas entre o governo e a UNITA esteve reunido, a 30 de Janeiro, na sua primeira sessão deste ano, tendo avaliado aspectos tidos pelas partes como importantes.

O governo e a UNITA analisaram nesse dia questões como a necessidade de maior diálogo entre as estruturas locais da UNITA e do governo, segundo fez saber o Secretário para a Informação do MPLA, Roberto dos Santos Kwata Kanawa, para quem alguns desacatos ocorridos em Benguela e no Huambo estão a ser tratados pelas autoridades competentes, incluindo os Tribunais.

"Fomos informados sobre a ODC. Esteve aqui um representante do Ministério da Defesa que pela primeira vez nos passou numeros significativos sobre o trabalho que foi feito, quer seja a nível da desmobilização, a nível da integração, a nível do desarmamento e a perspectiva que há da transformação do pequeno núcleo que existe de cerca de 3 a 4 pessoas a nível das comunas da Defesa Civil para apoio à informação de acontecimentos que existem localmente, na perspectiva deste núcleo depois passar para a protecção civil. Portanto podemos dizer que foi prestada aqui uma informação real sobre o que se fez desde que se tomou a decisão de extinção deste órgão" disse Kwata Kanawa.

Outro assunto abordado, também da responsabilidade do governo, tem a ver com o desarmamento da população civil dentro de uma perspectiva de realização de um Workshop internacional sobre esta matéria, constante do Protocolo de Lusaka. Não se sabe ao certo andam quantas em armas mãos impróprias, mas estimativas apontam para acima de um milhão. Para o dirigente do MPLA "os cidadãos devem saber que as armas devem ficar na posse das autoridades e não individualmente" e acrescentou haver no Ministério do Interior um programa ad hoc.

Recorde-se que em 2006, o Ministro da Defesa afirmara publicamente, na Assembleia da República,

que a Defesa Civil já não existia. Observadores veem neste jogo de palavras a possibilidade de existência de má fé entre aqueles que têm sobre si a tarefa de desarmar a população e valorizar os órgãos competentes do Estado. Por sua vez Adalberto Costa Junior da UNITA fez saber que o Mecanismo Bilateral terá de criar a capacidade de se antecipar aos acontecimentos que beliscam a paz e a reconciliação nacional. Para aquele político os desafios existentes ainda são bastantes. Recorde-se que um organograma que contem as acções futuras do Mecanismo Bilateral foi assinado no encontro de 30 de Janeiro. Sobre a ODP, o porta-voz da UNITA, afirmou que nada justifica a existência de tal força uma vez que o país vai completar cinco anos de paz.

"Tem que se caminhar para a integral extinção deste organismo que tem sido olhado como um corpo de defesa civil militarizado porque está armado. Hoje na regularização do funcionamento institucional nós temos a Polícia, o Exército como instituições com a competência da Ordem e da Segurança que não uma defesa civil. É urgente encontrarmos a regularidade do funcionamento institucional dos organismos. Foi uma reunião importante e deste género de encontros foi a primeira com o compartilhar de dados actuais e aqui fica a ambição de ver o ano de 2007 concluir a maior parte dos assuntos pendentes dos Acordos de Paz".

No encontro desta terça-feira o Mecanismo Bilateral recebeu igualmente informações sobre o estado actual do desarmamento da População Civil que foram dadas por um alto oficial do Ministério do Interior.

Dirigiu o encontro o General Hígino Lopes Carneiro do lado do governo enquanto pela UNITA esteve o seu Vice Presidente, Ernesto Joaquim Mulato.

8.3 Clima de intimidação regressa ao Balombo

Angolense...03-02-07

Depois de um período caracterizado por alguma acalmia, o clima de intimidação está de regresso ao município do Balombo, a 182 quilómetros da cidade de Benguela, denunciou o secretário provincial da UNITA, Victorino Nhany

O assassinato de "Dragão", ex-militar da UNITA, fez renascer a tensão política no Balombo, estando neste momento o segundo maior partido a ponderar o envio de uma delegação de deputados para no terreno constatar o que até agora parece bastante ambíguo. Certo mesmo é que no passado dia 18 de Dezembro de 2006 um acontecimento manchou o final de ano naquela circunscrição e, contra todas as expectativas, desenterrou o quase que esquecido período de violência e troca de acusações entre políticos.

Segundo o relato de Victorino Nhany, "Dragão", que na altura se encontrava em companhia de sua família a trabalhar a terra para o cultivo, foi assassinado por elementos ainda não identificados.

O caso, neste momento sob análise da Investigação Criminal, teve como reflexo imediato a captura de Domingos Mandjenje, secretário comunal da Unita no Chindumbu, acusado de estar implicado no assassinio do desmobilizado.

Na entrevista que concedeu ao Angolense, o secretário provincial do "Galo Negro" não encontrou palavras explicar como Mandjenje poderia estar implicado na morte de um militante do seu partido. Já o jornal Kesongo, que há muito acompanha o desenrolar dos acontecimentos, escreve que "Dragão" ter-se-á rendido ao MPLA, partido que o teria instruído a efectuar ataques a vlturas nas estradas do interior e depois Imputar estes crimes ao partido UNITA.

"O nosso secretário comunal foi preso e algemado a 31 de Dezembro do ano passado, quinze dias depois do assassinato, e posto em liberdade nos primeiros dias de Janeiro deste ano", disse Victorino Nhany. Para justificar o que chama de "clima de intimidação", fez saber que Domingos Mandjenje voltaria a ser preso no passado dia 16 de Janeiro e solto dois dias depois, altura em que, de acordo ainda com a fonte que temos vindo citar, recebeu ameaças de morte do senhor Ekundy, comandante municipal da Polícia Nacional, o que não nos foi possível confrontar.

Diante desta situação, Mandjenje encontra-se neste momento na sede municipal, devendo regressar ao Chindumbu depois do trabalho que deputados do seu partido pretendem efectuar na comuna.

8.4 Extinção da defesa civil: uma medida acertada que peca por ser tardia

Agora...03-02-07

Com a onda de intolerância política que grassa pelo país, principalmente nas províncias onde houve uma maior incidência do conflito militar, a medida do Governo no sentido da extinção da Defesa Civil, uma estrutura para-militar, a todos títulos ilegal, pois não tem qualquer cobertura constitucional, o que entra em contravenção com o nosso ordenamento jurídico nacional e o espírito de um Estado que se reclama democrático e de direito, acrescido do facto de muitas das vezes as suas estruturas servirem de órgãos de polícia política que tendem a acompanhar a conduta cívica do cidadão, principalmente de membros de partidos que não sejam da situação ou figuras tidas como independentes;

Nestes termos, vale dizer que para lá das fundadas

razões históricas e políticas que estiveram na sua génese, na auto-defesa do emergente Estado Democrático, ameaçado pela ilegítima subversão armada para contestar resultados eleitorais, - querela que pode(ria) ser dirimida por um tribunal eleitoral competente e independente-, e a sua consequente integração nos órgãos de Protecção Civil, para fins civis, acudindo calamidades naturais e outras desgraças que pairam no ar desta nossa tão querida e sofrida Angola, não deixa de ser acertada, pecando apenas por ser tardia, já que há muito era esperada, desde a sua consagração no Protocolo de Lusaka.

Vale dizer que, o presente cenário constitui um dos articulados dos acordos rubricados na capital zambiana, entre o Governo e UNITA, em 1994, sendo um dos pontos em aberto dos mesmos acordos que carece de cumprimento por banda das autoridades (a par do desarmamento dos civis), apesar do referido protocolo já ter sido dado, - inadvertidamente e sem ser cabalmente cumprido -, por encerrado, a 11 de Novembro de 2002, entre o Governo e a então Comissão de Gestão da UNITA.

Articulação com o desarmamento dos civis e o consequente combate à criminalidade. Acrescido à intolerância política, o desarmamento dos civis está necessária e objectivamente articulada à esta problemática, porquanto existe muita gente armada, sem qualquer garantia legal de uso e porte de arma e, ainda mais, mesmo sem pertencer à defesa civil, conduta descriminalizada pela prática da presente (dês)ordem social que "estamos com ela". Dito de outro modo: a desactivação da defesa civil não implicará necessariamente, nem de longe, nem de perto, o desarmamento dos civis, operação que poderá ser feita em conjunto ou em separado, embora esta última variável implique a primeira.

Do que vai dito depreende-se, em última instância, que o desarmamento dos civis poderá constituir um ganho de grande peso nessa matéria, bem como em termos da detenção da criminalidade que grassa um pouco por todo país, principalmente nas capitais de províncias, com particular incidência na capital, onde se assiste a uma onda de assaltos à mão armada um pouco por toda parte, com particular relevo na periferia, em plena luz do dia, mais principalmente à calada da noite.

Defesa civil: sorvedouro do OGE. Outro detalhe não menos importante é como justificar os salários dos membros da Defesa Civil, muitos dos quais chefes de fanulla e que ficam meses a fio sem receber os seus valores monetários, paradoxalmente, quando a estrutura é ilegal, logo inconstitucional, e por maioria de razão não deveria ter qualquer a cobertura orçamental à face da lei, que é/deveria ser o Orçamento Geral do Estado, sendo a sua inclusão abusiva nesta lei quadro, a todas as luzes, uma autêntica

aberração jurídica.

Só para este ano fiscal de 2007 a Defesa Civil, um órgão ilegal e improdutivo, inscrito na rubrica dedicada à Defesa Nacional, deverá mamar do OGE, nada mais, nada menos, do que 2.098.091.091 kz, o que perfaz a grata quantia de 0,08% do OGE/2007, que poderia ser alocada aos sectores mais carentes da área social, como a saúde, a educação, a habitação e o saneamento do meio ambiente.

Aqui chegados, com o Governo e o Parlamento a lavrarem nesta ilegalidade o tempo todo, pelo menos até ser dado por terminado o Protocolo de Lusaka, em Novembro de 2002, pelas contrapartes (Governo e UNITA), uma questão se nos coloca: como é que os contribuintes irão reaver os dinheiros gastos com mais este sorvedouro do OGE durante os últimos anos (2002/2006)?! E uma vez extinta ainda no princípio deste ano a Defesa Civil, para onde é que serão destinados os dinheiros orçamentados para essa instituição ilegal?! Entre o devido e o existente, a ver vamos a reparação desta gravosa lacuna no OGE/ 2008. Desta feita, esperemos que a história, jocosa e abusivamente, não se repita e que se tenha em mais atenção a marcha à sombra da lei, tanto por banda de gestores proponentes da referida "fictícia" unidade orçamental, como de parlamentares, na hora da aprovação do OGE, sem prejuízo das motivações políticas subjacentes à tal "démarche".

Finalmente, sobra um meio termo: a massa que alimentou até aqui a defesa civil poderá doravante ser destinada à Protecção Civil (que vai gerir este e outros eventuais "tsunamis" que vêm aí a absorver produtivamente muitos dos seus membros), conforme se pensa. Amén!

8.5 Sociedade civil capacitada sobre gestão de conflitos

Jornal de Angola...08-02-07

Representantes de organizações da sociedade civil das províncias do Huambo, Bié e Cunene participam, desde terça-feira, na cidade do Huambo, de um seminário sobre Gestão de Conflitos e respectiva mediação, numa iniciativa da ONG sul-africana Centro Africano de Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD).

De acordo com o membro directivo reverendo Anastácio Chembeze, esta acção formativa tem como objectivo reforçar a capacidade da sociedade civil em contribuir efectivamente para a transformação de conflitos, como resultado de um ciclo de avaliações sobre a vulnerabilidade de conflitos em países como Moçambique, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Angola.

Anastácio Chembeze recordou que a cessação da

guerra em Angola, em 2002, significou o fim de mais de 27 anos de conflito violento. "Porém, a paz trouxe consigo-desafios e oportunidades de reconstrução do país. Daí termos concebido especificamente este programa para ajudar a reforçar a sociedade civil a participar na transformação de conflitos e suportar processos de construção de paz e democratização", sublinhou.

Até sábado, dia previsto para o encerramento do seminário, os participantes vão debruçar-se sobre temas relacionados com a origem e mediação de conflitos, diálogo e demais instrumentos utilizados na negociação entre partes em litígio. A iniciativa pretende ainda treinar líderes religiosos e comunitários, bem como responsáveis de ONG que trabalham com comunidades, tornando-os capazes de responder e prevenir conflitos, bem como medir o impacto do seu trabalho nas áreas conflituosas.

A ideia fundamental é que a sociedade civil consiga resolver e prevenir conflitos de forma participativa e positiva, criando redes locais de formadores para partilharem informações, concluiu. A ACCORD é uma organização não-governamental voltada à área de resolução de conflitos, cuja sede localiza-se na África do Sul, onde desde a fundação, em 1992, propôs-se ,criar impacto no processo de negociação e resolução de conflitos na África do Sul

A organização alargou a sua área de actuação para as regiões da SADC, Grandes Lagos, África Ocidental e do Leste, bem como nos extremos Norte e Nordeste do continente, oferecendo soluções inovadas e efectivas para os desafios saídos em conflitos de vária ordem.

8.6 Destacado modelo de resolução de conflitos em Angola

Jornal de Angola...09-02-07

O modelo pacífico e objectivo de resolução de conflitos em Angola foi destacado ontem, na província do Huambo, pelo oficial sénior de programas da ONG sul-africana Centro Africano de Resolução Construtiva de Disputas (Accord), no prosseguimento de mais um dia de trabalhos, do seminário regional- sobre "Gestão de Conflitos e Respectiva Mediação", aberto terça-feira. De acordo com Anastácio Chembeze, que a par de Jerome Sachane e Martha Bakwesegha compõem a equipa de prelectores do seminário, tal modelo utilizado no país, se comparado à realidade de outros países da região Austral, satisfaz os responsáveis da Accord .

Para o responsável da ONG os níveis de conflitos existentes são razoáveis, podendo-se afirmar que Angola está no bom caminho por se notar um engajamento

multiforme a vários níveis da estrutura governativa e não só.

"Nos outros países em que igualmente temos actuado, a existência de conflitos faz com que a sociedade civil reaja imediatamente, por forma a responder a crise, situação que não se observa em Angola, onde se nota uma actividade intensa com tendência de resolver os conflitos de maneira harmoniosa e positiva, evitando deste modo a confrontação entre as partes em conflito destacou.

Anastácio Chembeze reconheceu haver ainda em Angola uma lacuna no aprimoramento de trabalhos básicos, pelo que consida ímperioso que se organize a sociedade civil para fazer face aos eventuais conflitos que possam surgir e evitar que ocorram disparidades de trabalhos em prol da mediação de conflitos.

8.7 "Nunca recusamos negociar com Angola"

Folha8...10-02-07

Pela segunda vez na história na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC, foi eleito, a 7 de Outubro de 2006, um vice-presidente. Alexandre Taty que assumiu essa função segundo o «desejo manifestado pelos guenilheiros» e afirma que o movimento nunca recusou negociar com Angola.

Em 1963, no momento da criação da FLEC, Nzita Tiago foi eleito vice-presidente do movimento. Com o «divórcio» entre Ranque Franque, então presidente da FLEC, e Nzita, este último assume a presidência e desaparece o cargo de vice-presidente para ressurgir a 7 de Outubro de 2006.

Alexandre Taty foi eleito como o segundo vice-presidente na história da FLEC. Desde 1975 que combate no interior de Cabinda. Assistiu à cumplicidade das tropas coloniais portuguesas com o MPLA na ocupação efectiva do território. Viu a chegada e a partida dos cubanos. Participou em vários encontros com as Forças Armadas Angolanas que resultaram esporádicos cessar-fogos. E um dos militares que melhor conhece a guerrilha e a realidade do terreno, a minha nomeação foi uma vontade expressa pela FLEC no quadro da nossa luta», declarou Alexandre Taty. «Foram sobretudo os combatentes que se pronunciaram, além de outras vozes, e foi a vontade maioritária. Eu fiquei surpreendido quando avançaram com o meu nome. Sei que a situação é difícil, mas a própria luta exige que todos tenhamos de dar o nosso contributo», disse o vice-presidente da FLEC.

,Sempre estive na FLEC/FAC e não conheço outros movimentos, fui trabalhando e promovido até chegar ao nível em que estou, mas isso não significa que eu seja o sucessor natural de Nzita Tiago», precisou

Alexandre Taty. Sublinha que foi o «interesse dos combatentes» e um reflexo da unidade patente no movimento «mesmo após a partida de Bento Bembe». «A FLEC continua a combater em defesa dos objectivos que os cabindas fixaram ao movimento», acrescentou o mesmo responsável.

Alexandre Taty afirma que o Memorando de Entendimento foi «analisado no seio da FLEC, Qualifica-o todavia como uma «nova arma criada por Angola» e um «instrumento contra os interesses supremos do povo de Cabinda». Considerando que o acordo assinado por Bento Bembe não vai resolver o conflito que «opõe os cabindas aos angolanos», lembrou que «Bento Bembe, devido ao seu comportamento duvidoso, já estava destituído do cargo da FCD

8.8 Segunda fase do Memorando para paz em Cabinda

Jornal de Angola....14-02-07

As tarefas consignadas, para a segunda fase do Memorando de Entendimento, consubstanciadas nos aspectos políticos e administrativos relacionados com a integração de elementos proveniente da ex-FLEC e das demais organizações sob autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) no GURN, nas empresas públicas e nas missões diplomáticas angolanas em vários países, vão começar a ser executadas muito brevemente, em cumprimento dos pressupostos contidos no Memorando de Entendimento para a paz em Cabinda.

Ontem, membros do Governo e do FCD, que compõem a Comissão Conjunta no quadro do processo de paz e reconciliação nacional para Cabinda, estiveram reunidos na capital desta província, para dar início à implementação da segunda fase do Memorando de Entendimento, assinado a 1 de Agosto de 2006, na província do Namibe as delegações ao encontro, chefiadas pelo ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, pelo Governo, e António Bento Bembe, pelo FCD, fizeram um balanço formal das actividades realizadas na primeira fase, discutiram e aprovaram o programa de trabalho da Comissão Conjunta para o período de Fevereiro a Abril, bem como procederam à recepção da lista dos quadros do FCD que deverão ocupar cargos e funções no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, previstos no Memorando de Entendimento. Para o ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, com a conclusão da primeira fase, dominada pela implementação das tarefas de carácter militar, estão criadas as condições para sistematizar, programar e organizar a execução das tarefas

especificamente políticas resultantes do Memorando de Entendimento e para as quais "vamos, obviamente, mobilizar todas as nossas inteligências e sinergias para o seu cumprimento."

"Temos que priorizar, nos próximos tempos, as tarefas ligadas à efectiva implementação do "estatuto especial" e outras tarefas conexas, pelo que esta nossa reunião se afigura com uma importância particular, na medida em que é a primeira do género realizada neste ano depois da conclusão da parte substancial das tarefas no domínio militar", disse o Ministro da Administração do Território. Segundo o governante, o encontro de ontem serviu para os membros da Comissão Conjunta programarem as suas actividades referentes ao ano em curso, na perspectiva de se implementar um conjunto de tarefas que ainda faltam ser executadas, no quadro do Memorando de Entendimento para paz em Cabinda. Durante o encontro, a delegação do Governo recebeu formalmente do FCD a lista dos seus quadros que vão integrar os vários cargos previstos no Memorando de Entendimento. De acordo com Virgílio de Fontes Pereira, o governo, através dos órgãos competentes, em colaboração com o FCD, vai agora dar tratamento adequado a este respeito, porquanto há procedimentos especiais e particulares a serem seguidos em função do tipo de cargos ministeriais, provinciais, empresariais e diplomáticos a conceder ao seu parceiro. "Tão cedo quanto possível, o Governo responderá ao FCD e procederá ao provimento dos cargos que são devidos ao Fórum no quadro do Memorando de Entendimento", assegurou o ministro Virgílio Pereira, que considerou ser esta uma das principais tarefas de natureza política, que está associada também à implementação global do Estatuto Especial e que deve ser imediatamente implementada, de modo mais audaz e eficaz, "a partir de agora".

"É este o ambiente de tarefas políticas que vamos executar nos próximos tempos. Ligado a isto está o problema de repatriamento e da reinserção social do pessoal do Fórum que não integrou as FAA, da população que esteve ligada à FLEC e que se encontra fora do país. É este conjunto de tarefas que vamos desenvolver nos próximos três meses, de acordo com o plano de actividade que foi aprovado hoje", sublinhou. Para o presidente do FCD, António Bento Bembe, é necessário "retomarmos a dinâmica imprimida desde o princípio do processo, isto é, a realização normal das reuniões da Comissão Conjunta".

A primeira fase do Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda, terminada no princípio de Janeiro deste ano, abrangeu exclusivamente as tarefas militares, com a concentração e acantonamento dos elementos das forças militares da FLEC e outras organizações sob autoridade do FCD, a entrega do armamento e bem como a selecção e integração destes efectivos nas FAA

e na Polícia Nacional.

8.9 Padre Congo recusa amnistia

Agora...17-02-07

O padre Jorge Casimira Congo reagiu contra a amnistia que lhe foi concedida pelo Tribunal da Comarca de Cabinda, na sequência do crime de agressão de que foi vítima o bispo de Saurimo e então administrador apostólico da Diocese de Cabinda, Dom Eugênio Dal Corso, quando este se dirigia para uma eucaristia matinal, na Paróquia de Imaculada Conceição, onde o sacerdote era pároco. O sacerdote a quem o tribunal provincial formulou a culpa, para supostamente responder pelo crime contra o bispo Dal Corso disse que a história foi muito mal contada e gostaria chegar até às últimas consequências para esclarecer a verdade, mesmo que para tal fosse necessário cumprir a prisão.

"Não esperava beneficiar de uma Lei de Amnistia porque eu esperei sempre ser julgado. Estive sempre e estou sempre disponível a ir até e às últimas consequências. Digo-lhe pois a verdade: uma coisa aprendi nesta vida que já fiz o que tinha que fazer como dizia Gandhi. Não tenho mais nada a ganhar e nada mais a perder, porque eu acredito que esta história de Cabinda não sou eu o pivô disso, não sou eu que vou acabar com a contestação popular, isto vai continuar como foi antes de mim e depois de mim e estou disponível a ir aonde for e não tenho o mínimo receio de pegar a minha maleta e ir à prisão", disse o padre. Em relação à crise que a Igreja de Cabinda atravessa, como consequência da nomeação de Dom Filomeno Vieira Dias para bispo da Diocese e que levou à divisão da Diocese em duas alas, Casimiro Congo diz viver com tristeza este momento, lamentando, contudo, o facto de a igreja revelar-se até agora incapaz de resolver o problema. Para ele, não será para breve que a igreja se livrará da situação, enquanto perdurar a suspensão de alguns sacerdotes.

"É triste quando as pessoas não são capazes de resolver as questões e põem tudo nas mãos de outras, mas digo a verdade que vai ser muito difícil desfazerem-se de mim por uma questão muito simples: este povo me assume como sou, com os meus defeitos, com as minhas virtudes, com as minhas grandes qualidades e com a minha inteligência. No entanto, não é fácil o povo ver-me fora dos altares, fora dos púlpitos. Vai ser muito difícil a igreja desfazer-se de mim", apontou. Quanto ao processo de paz assinado em Agosto passado entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo liderado por António Bento Bembe, o padre, um dos signatários dos acordos de constituição daquele órgão representativo dos cabindas, considera o actual momento de paz como sendo mais um ciclo de

fracasso que a história de Cabinda conheceu. Para o sacerdote, esta espécie de paz rubricada por Bento Bembe cela mais um ciclo que vai gerar uma nova geração de políticos. O processo em si, segundo o sacerdote, não resolve definitivamente o problema de Cabinda.

"Duas coisas que reputo importantes: a primeira coisa é pena que seja amnistiado com pessoas que mataram, crianças de três meses. É pena uma amnistia que não tem limites, que não tem conteúdo jurídico e político. A segunda coisa que eu acho verdadeiramente de extrema importância, neste momento de silêncio que passei e que vou reflectindo sobre a minha vida e sobre a vida deste povo, meu povo e povo que sou é que Cabinda tem vivido sempre ciclos. Já passou o ciclo de Alexandre Tati em que os portugueses pensaram que com ele o problema de Cabinda tinha acabado. Agora vêm outros ciclos. Eu estive a ler agora uma carta, creio que dos anos 1999 e 2000, nos tempos do comandante Sita, em que recebi uma carta terrível acusando-me que eu estava contra os compatriotas que vinham das matas e que eu podia ser responsabilizado disto. Ora, mesmo a vinda desses compatriotas que vieram das matas o problema de Cabinda não acabou", notou, sublinhado que "no enclave ainda se vive na perseguição".

"Vai surgir um novo ciclo e esse já começou com o surgimento de novas lideranças como a de Agostinho Chicaia e Martinho Nombo, pessoas que até agora eram desconhecidas e que São neste momento referência para o povo de Cabinda".

O sacerdote disse, no entanto, celebrar com alegria o nascimento de um novo ciclo e espera ver o ciclo de António Bento Bembe terminar do mesmo jeito que acabou o ciclo de Alexandre Tati.

"Ora, assim como errou o português, porque você é muito jovem, nós tivemos o Calabuba, um dos incrementos sociais que mais impacto teve. No entanto, foi o momento de maior contestação política de Cabinda". Para o padre Congo, esta situação vai continuar porque a questão de Cabinda é muito profunda e de alma. "Passam gerações e o problema vem ao de cima, vieram gerações e o problema sobe e aconselha o Governo a reconhecer o povo de Cabinda primeiro como povo".

8.10 JMPLA implicada em violência politica no Londuimbali

Terra Angolana...17-02-07

A policia Nacional, na província do Huambo, tem em sua posse a rede de criminosos que cometiam desmandos políticos em Londuimbali. Os envolvidos são os altos responsáveis locais da JMPLA a organização juvenil do partido no poder.

O desmantelamento do gang foi possível graças a denúncia de um desses marginais, identificado por Nelito Mbule, que confessou diante das autoridades que os actos de intolerância política eram praticados e atribuídos à UNITA

A Secretária do Galo Negro já confirmou a detenção dos referidos marginais, mas lamentou o facto da imprensa local ter silenciado tal facto. "Durante muito tempo andámos a lidar com criminosos que apareciam como dirigentes do MPLA. Hoje estamos em condições de dizer que o crime não compensa e vamos esperar que a polícia continue as investigações" disse Alda Sachiyambo, a mais alta dirigente do Galo Negro naquela província.

Tudo veio à luz do sol quando no passado dia 20 de Janeiro, Nelito Mbule assassinou seu próprio irmão depois de uma briga familiar.

Quando o "mestre" assassino compreendeu que os golpes aplicados ao seu irmão mais velho Candido Angelo foram fatais, correu para o interior do município para dizer que "va UNITA vaponda vali" ou seja a UNITA voltou a matar. Imediatamente a população pegou em machados e catanas e quando tudo indicava para urna chassina, eis que apareceu um enfermeiro, que não tendo podido evitar a consumação do crime, assistiu todo o desenvolvimento, na companhia de mais uma mulher que por aí passava.

Foram estas testemunhas oculares que disseram ao povo que o actor material do crime que vitimou Candido Angelo era efectivamente Nelito Mbule e a tensão abrandou completamente. Mbule pôs-se então em fuga, mas a polícia nacional detê-lo e das informações fornecidas prendeu os restantes envolvidos.

Todos eles, (dirigentes locais da JMPLA) confessaram que os desmandos eram praticados sob efeito de droga. Alda Sachiyambo, interrogada acerca dos danos sofridos pelos militantes e simpatizantes da UNITA em Londuimbali às mãos desses criminosos afirmou não esperar retaliações. Apenas queremos que sejam reparados os danos morais e materiais porque os implicados são responsáveis políticos de um partido legalmente constituído. "Quem investe responsabilidades políticas sobre marginais tem a obrigação de assumir os seus actos sentenciou, aquela dirigente que aproveitou a oportunidade para apelar a população de toda a província do Huambo à calma e ao respeito à Constituição.

Recorde-se que as estruturas da UNITA em Londuimbali foram saqueadas, muitos dos seus militantes foram assassinados enquanto vários outros tiveram de abandonar as suas aldeias por causa desses indivíduos que agora terão de suportar o peso da Lei.

8.11 Cônsul em Brazzaville informa comunidade sobre evolução do processo de Paz em Cabinda

Jornal de Angola...26-02-07

A comunidade angolana radicada em Kouilkou e Ponta Negra, Congo Brazzaville, manifestou-se sábado satisfeita com a concretização plena e efectiva do processo de paz para Cabinda, no âmbito do memorando de entendimento de 01 de Agosto de 2006 no Namibe, entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD). A satisfação foi manifesta num encontro mantido com a comunidade angolana e o cônsul-geral de Angola para os Departamentos de Kouilou, Ponta Negra, Niari e Boenza (Congo Brazzaville), Fernando Álvaro Eduardo, quando enalteceu o empenho e as responsabilidades do Governo angolano para o alcance da paz duradoura para todo o território nacional. Álvaro Eduardo elucidou a comunidade que o processo é irreversível e que Angola é de Cabinda ao Cunene, logo a paz deve ser para todos os angolanos na perspectiva de garantir a estabilidade sócio-económica do país e melhorar a oferta dos serviços básicos e bens às populações.

"Muitos ainda julgam que a paz em Cabinda é duvidosa", mas aconselhou os presentes a acreditar no trabalho do Governo, pois, conforme disse, a província goza de uma paz efectiva, onde os irmãos desavindos da FLEC, actualmente integrados nos diversos sectores da vida nacional, dedicam-se ao trabalho em prol do país, contribuindo assim para o seu desenvolvimento. Alertou ainda aos membros do Bureau da Comunidade e do Conselho de sábios a estarem atentos às informações postas a circular de forma distorcida por parte dos considerados "inimigos da paz", 'que tentam incutir aos angolanos na diáspora a ideia de que ela (a paz) não é real. O encontro decorreu na sala de reuniões do Consulado angolano em Ponta-Negra, onde a comunidade teve a oportunidade de assistir um vídeo retratando imagens das cerimónias da integração e reintegração de exelementos da FLEC e outras organizações sob autoridade do FCD nas FM e Polícia Nacional, bem como o patenteamento dos mesmos nas categorias de generais, tenentes-generais, subcomissários e primeiro superintendentes, oficiais, sargentos e agentes e praças. Atentos à sessão do vídeo, a comunidade acompanhou ainda as intervenções dos dirigentes do Governo e das FM, bem como do Presidente do FCD, tendo assim ganho maior confiança sobre o evoluir do processo de paz e reconciliação em Cabinda. Álvaro Eduardo sublinhou de que "o Presidente José Eduardo dos Santos é uma figura incansável na procura de soluções que visam a união de todos angolanos, a convivência em harmonia,

paz e irmandade com vista a reconstrução do país de Cabinda ao Cunene".

Em Ponta Negra vivem 20 mil angolanos com estatuto de refugiados, que aproveitaram a ocasião para manifestar o desejo de regressar ao país.

O processo de repatriamento dos refugiados angolanos terminou em Dezembro de 2006.

8.12 Ex-militares formam brigadas especiais de construção civil

Jornal de Angola...28-02-07

A execução de obras de grande dimensão ao nível da província do Kuando Kubango; designadamente de estradas, pontes, linha-ferroviária, construção civil e no domínio da agro-pecuária, pode conhecer um novo impulso nos próximos tempos, com a criação de brigadas especiais dos ex-militares residentes na região.

A iniciativa é de vários actores sociais do Kuando Kubango, que entenderam ser esta a melhor forma de inserir os desmobilizados de guerra no mercado de trabalho. Os actores, que debruçaram-se sobre diversos assuntos ligados aos ex-militares, trataram da questão durante um "workshop" que teve como fim avaliar a situação de reintegração social dos cidadãos em causa. O evento, uma iniciativa da direcção provincial do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares (IRSEM), definiu também como tarefa fundamental a conjugação de esforços entre os diferentes sectores da sociedade, o enquadramento de 20 por cento dos desmobilizados, tão logo terminem a sua formação. Sob o lema "Por uma estratégia assente na visão comum consolidemos o processo de reintegração social dos ex-militares no Kuando Kubango", os participantes concluíram ainda que, apesar das dificuldades de ordem técnica, o processo de inserção dos desmobilizados na vida social corre a bom ritmo em toda a extensão da província.

Para o efeito, será necessário intensificar programa mas de alfabetização e formação profissional especializada dos ex-militares nas áreas de construção civil, turismo, florestas, gestão e monitorização de pequenos negócios, para que os desmobilizados tenham acesso ao micro-crédito nos bancos comerciais. Ficou decidido que antes de qualquer intervenção em benefício dos desmobilizados, primeiro deverá ser realizado um diagnóstico das áreas visadas, tipos de kits que se adequam à realidade de cada localidade da província,

de maneira a se atingir a auto-sustentabilidade no seio destes, sem grandes constrangimentos. O Irsem local controla no Kuando Kubango, actualmente, 11 mil 370 ex-militares, como resultado dos acordos de Bicesse (Portugal-1991), Lusaka (Zâmbia-1994) e do Memorando de Entendimento do Luena (Angola-2002). Deste número, dois mil 910 desmobilizados estão já inseridos em três programas sociais, sob responsabilidade da ONG Visão Mundial e Caritas de Angola, avaliados em cerca de 1.397,608 dólares americanos, que estão a ser empregues na agro-pecuária, construção de escolas, reabilitação física e formação profissional. Entretanto, o director provincial do Irsem, Azevedo Pio, esclareceu ao Jornal de Angola que os outros desmobilizados serão integrados em diferentes subprogramas, que a sua instituição vai implementar em todos os municípios da província, com custo inicial de 13 milhões, 390 mil 370 kwanzas, em parceria com vários parceiros sociais.

Para o efeito, serão distribuídos aos ex-militares kits de mecânica, recauchutagem, sapataria, electricidade, serralharia, corte e costura e agricultura. Os beneficiários vão receber ainda gado de tracção animal, incluindo novilhos e novilhas para o hábito de criação de animais.